



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**

Gil Carlos Silveira Porto

**CONFIGURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E INSERÇÃO DAS  
FEIRAS LIVRES DE ITAPETINGA-BA E ARREDORES  
NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA**

Salvador

2005

GIL CARLOS SILVEIRA PORTO

**CONFIGURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E INSERÇÃO DAS  
FEIRAS LIVRES DE ITAPETINGA-BA E ARREDORES NO  
CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA**

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito à obtenção do grau de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa

Salvador  
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
Instituto de Geociências  
Mestrado em Geografia

GIL CARLOS SILVEIRA PORTO

**CONFIGURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E INSERÇÃO  
DAS FEIRAS LIVRES DE ITAPETINGA-BA E ARREDORES NO CIRCUITO  
INFERIOR DA ECONOMIA**

Dissertação para obtenção do grau de mestre em Geografia

Salvador-BA, abril de 2005

Banca Examinadora:

Antônio Heliodório Lima Sampaio \_\_\_\_\_  
Doutor em Estruturas Urbanas e Ambientais, USP.  
Universidade Federal da Bahia

Guiomar Inez Germani \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia, Universidade de Barcelona.  
Universidade Federal da Bahia

Angelo Szaniecki Perret Serpa (Orientador) \_\_\_\_\_  
Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental, Universidade de Agronomia de  
Viena.  
Universidade Federal da Bahia

Aos que idealizam e lutam  
por um espaço geográfico mais justo.

## Agradecimentos

Experiências, algumas mais significativas que outras, pelas quais passamos nas primeiras fases da vida, nos marcam para sempre. Essas experiências, as relações nelas construídas entre os pares e entre esses e o objeto, os encantos e desencantos acabam condicionando ou determinando escolhas que serão feitas ao longo da nossa existência, ou pelo menos em parte dela. A escolha pelo recorte espacial e pela feira, enquanto objeto de estudo, resultou dessas experiências. Desde criança e na adolescência, quando algumas vezes comercializei frutas na feira de Maiquinique, esse fenômeno já me impressionava. Encantava-me seu movimento, seu colorido e o comportamento dos que a freqüentavam. Durante a graduação não cheguei a sistematizar um projeto que possibilitasse o estudo das feiras. No entanto, quanto ao espaço discutido na dissertação, sempre lancei o “olhar” geográfico sobre o mesmo, observando sua paisagem e tentando entender os processos que a produziam. De alguma forma, nos anos que cursei a licenciatura e o bacharelado em Geografia, sentia a necessidade e o desejo de compreender os fenômenos geográficos desse recorte espacial a partir dos conhecimentos construídos em cada disciplina e desenvolvidos no Projeto Espaço Livre<sup>1</sup>.

A possibilidade de ingresso no Mestrado em Geografia, no ano de 2002, permitiu desenvolver um projeto de pesquisa que permitisse estudar um fenômeno que, como disse, esteve muito presente em minhas experiências interioranas e, ao mesmo tempo, entendê-lo em cidades que mantive contato nesse período, sobretudo a de Maiquinique, onde morei e continuo visitando algumas vezes ao ano.

---

<sup>1</sup> Projeto interdisciplinar que tem por objetivo compreender a produção dos espaços livres na periferia de Salvador, coordenado pelo Prof. Dr. Angelo Serpa, e que nos anos de 1997 e 1998 era integrado por mim, Gil Carlos Silveira Porto e por colegas de diferentes áreas, a saber: Adma Elbachá, Antônia Garcia, Fábio Angeoletto, Jânio Santos, Marcio Lima, Markus Spitzbart, Sandro Corrêa e Suely Coelho.

Além disso, o interesse em compreender a morfologia e a produção das feiras livres, permite, ainda que com abordagens diferentes, estudar um fenômeno que acontece em espaços livres urbanos, espaços esses objetos de estudos na época da graduação quando integrava o já mencionado projeto Espaço Livre. Nesse contexto, surgiu o interesse em desenvolver esse trabalho, que resultou nessa dissertação. Para chegar a esse resultado várias pessoas e instituições tiveram importância indispensável. A elas, meus sinceros agradecimentos.

À Universidade Federal, e em especial ao Instituto de Geociências, onde no curso de Graduação em Geografia e em seu Programa de Pós-graduação aprendi, respeitando e valorizando minhas experiências anteriores, compreender o funcionamento do mundo a partir das explicações científicas.

Ao professor Angelo Serpa, que nos anos de 1997 e 1998 orientou-me nos projetos que desenvolvi quando bolsista do PIBIC-CNPQ, e que continuou dispensando sua atenção no mestrado, meu agradecimento pela seriedade, ética, responsabilidade e conhecimento, com as quais orientou meu ingresso na pesquisa geográfica, tão necessária para a compreensão do mundo vivido.

Aos demais professores do programa de pós-graduação em Geografia e do curso de graduação, que em cada disciplina, em cada aula, em cada encontro nos corredores e em suas salas demonstraram preocupação com a Geografia e com a formação crítica do corpo discente. Afetuosamente, agradeço lhes pela forma como trabalharam cada conteúdo, dando significado a cada um deles e também pelos conteúdos presentes em suas posturas, comportamentos e exemplos de vida.

Agradeço especialmente à professora Guiomar Germani e ao professor Antônio Heliódoro Sampaio. À professora Guiomar, pelos cuidados com que me fez interessar cada vez mais pela Geografia a partir do segundo semestre de 1996,

quando, sob sua orientação, cursei a disciplina Geografia Agrária, onde, além de proporcionar que os principais conceitos, indispensáveis para a compreensão da produção do espaço rural, fossem construídos, fez-me refletir sobre o processo de construção do conhecimento que se dá historicamente. Seu cuidado e desempenho continuaram quando cursei a disciplina Geografia Econômica, também sob sua responsabilidade e agora no acompanhamento e na construção de críticas que possibilitaram chegar ao resultado desse trabalho. Ao professor Heliódório, que mesmo não sendo meu professor na graduação, mostrou interesse e boa vontade aceitando o convite para fazer parte dessa banca examinadora, onde fez críticas indispensáveis à operacionalização e conclusão dessa dissertação, inclusive dando suporte teórico-conceitual para a compreensão de algumas questões.

Quanto àqueles que disponibilizaram informações indispensáveis para a conclusão desse trabalho, meus agradecimentos. Aos funcionários das prefeituras de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga, especialmente aos gestores diretos das feiras livres dessas cidades, que relataram, com boa vontade, o cotidiano das mesmas segundo suas impressões e disponibilizaram dados sobre cada uma delas. Em segundo lugar, à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que também forneceu dados de natureza sócio-econômica sobre os municípios em questão. Ao Projeto GeografAR, por informações estatísticas do espaço rural da área escolhida para análise das feiras. Em seguida, agradeço aos feirantes-comerciantes e consumidores que aceitaram ser entrevistados em meios às suas atividades de venda e compra, respectivamente. Às pessoas comuns, que com seus relatos possibilitaram compreender a produção das feiras a partir de suas vivências, sem as quais não seria possível a execução do projeto apresentado na seleção, também expresso aqui meus sinceros agradecimentos.

A Jânio Santos, pela abertura a discussão e a crítica sobre a Geografia e suas principais categorias de análise, sobretudo aquelas feitas ao objeto de estudo desse trabalho. Também sou-lhe grato juntamente com a colega Denise Santos pelo auxílio na construção de mapas e orientações operacionais, dispensadas a mim, para utilização correta da informática na construção desse trabalho.

Às professoras colegas e ex-colegas de trabalho do Instituto Social da Bahia, Ana Frasca, Aracy Fé, Cristina Boaventura, Clélia Santos e Mary Márcia pelas correções de fragmentos dessa dissertação.

À Secretaria de Educação do Estado da Bahia pela licença, com remuneração, das minhas atividades no Colégio Estadual Odorico Tavares por um período de seis meses para que concluísse esse trabalho.

Ao ISBA, especialmente à vice-diretora do Ensino fundamental, Carla Chaves e às supervisoras pedagógicas das 5ª e 7ª séries, respectivamente Jânia Ornelas e Izabela Azevedo da Silva, pela flexibilidade e autorização para minha substituição em horários que estava envolvido com as disciplinas e outras atividades do mestrado.

Aos meus queridos irmãos Neto, Matheus e Cristina que, juntamente com o primo Hélio e os amigos Alana, Alene, Glauber e Leonardo, estiveram juntamente comigo na pesquisa a campo nas cinco feiras. Especialmente a Cristina e Matheus que mostraram compromisso e cuidado com a aplicação de questionários, por um período maior de tempo, tratando cada feirante com educação e respeito.

Finalmente agradeço aos demais membros da minha família, meus avós paternos Ponciano e Aurelina (ambos *in memoriam*), aos meus avós maternos Valdivino e Dilma, aos meus tios, aos meus pais Carlos e Geovanda, pela preparação para um viver pautado na ética e na moral, onde o respeito a si mesmo e

ao próximo esteve sempre presente, sempre preocupados em transmitir os valores de seus antepassados. Especialmente agradeço a minha mãe que, bravamente, apoiou-me nos primeiros anos de faculdade fazendo grande esforços para que concluísse meus estudos e que continua sendo um exemplo para os que a cercam, sobretudo defendendo uma vida digna e marcada pela predisposição para enfrentar as situações desagradáveis que aparecem no cotidiano. Ao meu pai Carlos, que, mesmo sendo analfabeto, sabiamente, honra-me em ter se preocupado com minha educação no trato com a prática das atividades rurais. A tia Nalva, que de forma mais sistematizada fez-me interessar pelo estudo, pela Geografia, pela Bíblia e pelo Deus da Bíblia. A minha tia Cida, que, cuidadosamente, dispensou atenção a mim durante o período da infância. Agradeço àqueles que virão, aos meus filhos, aos meus sobrinhos, porque incentivam-me a buscar um nível de vida social e cultural que possa reverter em condições para que eles, quando chegarem, tenham melhor qualidade de vida.

## RESUMO

O presente trabalho discute a configuração espacial e a produção das principais feiras livres dos municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga, todos inseridos na Região Sudoeste do Estado da Bahia. O trabalho foi desenvolvido a partir do entendimento de que as feiras constituem uma das manifestações do circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. O referencial teórico, de maior relevância, utilizado para se compreender as feiras foi o do professor Milton Santos. As análises foram construídas mediante informações concedidas pelos feirantes comerciantes e consumidores à luz da teoria citada. Após tabulação e interpretação dos dados obtidos verificou-se que a maioria dos atributos do circuito inferior está presente no “acontecer” das feiras livres. Essas características vão desde as relações estabelecidas entre comprador e vendedor à organização interna dos espaços de venda. Além do entendimento da feira enquanto parte integrante do circuito inferior desses municípios, questões outras foram elucidadas. A maioria dos comerciantes e dos consumidores é de baixa renda e freqüentam a feira não somente para vender e compra, mas a vêem como local de encontro e de entretenimento. Por conta disso, a feira não foi entendida apenas como fenômeno econômico, mas também como fenômeno cultural. Percebeu-se que nos cinco municípios estudados a feira é freqüentada por classes sociais diferentes. Porém, a maioria dos feirantes consumidores entrevistados afirmou não ter nenhum rendimento ou recebe menos de um salário mínimo por mês. Itapetinga, município que apresenta maior população total e urbana, também possui a maior parcela da população com rendimentos salariais relativamente altos, isso, se comparados aos rendimentos dos demais municípios. Sua feira é freqüentada por uma população de menor poder de compra, se ela é comparada relativamente à dos demais municípios. Isso implica dizer que, à medida que a população e a renda do município aumenta, e se o aumento dessa renda é acompanhado pela importância da cidade em relação às do entorno, a feira tende a ser freqüentada por uma população de menor poder aquisitivo, ao passo que, nos municípios onde essas características não ocorrem, a feira é “utilizada” proporcionalmente por pessoas de classes sociais distintas. O atual movimento das feiras livres e as características resultantes desse processo produzem uma configuração espacial com elementos característicos em cada uma delas, porém, existem diferenças entre elas, se são observados outros elementos, evidenciando assim, suas peculiaridades. Nesse sentido, duas feiras foram escolhidas para serem compreendidas a partir da sua arrumação no espaço. A menor, a feira de Maiquinique e a maior, a de Itapetinga. A análise das feiras a partir do referencial teórico proposto reafirmou a importância das mesmas para a população rural e urbana de cada município. Sua configuração, sua produção e os aspectos culturais nela presentes são, portanto, resultantes da forma como a sociedade, onde estão inseridas, apropria e utiliza o espaço e do conjunto de valores construídos historicamente por suas populações.

Palavras-chave: configuração espacial; feiras livres; circuito inferior da economia

## ABSTRACT

The content of this work, discourse about the spacial configuration in the production of the main free markets in Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga, all these places are part of the southeast region of Bahia. The work was developed from the understanding that, free markets are part of a manifestation of the economic urban inferior track level in underdeveloping countries of the third World. The most relevant theories used to understand free markets came from Professor Milton Santos. Analyses were made through information brought by people, who sell and consume products from these free markets, on the sight of the theory above showed. After draw the lines of the research, and have all the piece information recieved interpreted, it was realized that, during the free markets is possible verify the characteristics of the inferior track level. In while, these characteristics may start from the basic relation between consumers and sellers, Until the organization of the selling place. Besides, the understanding of free markets, as a proper part of the inferior track level of towns showed above, turned other questions clear to see. The plethora part of sellers and consumers, don't have a good financial condition, they go to free markets, not just for commercial relation, but also, for enjoyment and for meet other people. Because of this, free markets weren't just understood like an economic phenomenon, but , like a cultural one as well. It was also realized that, in the five towns researched, free markets are attended by people with different social level. However, the most consumers interviewed, affirmatively said that, they don't have any income or earn less than one minimum wage in a month. Itapetinga is the town with the biggest urban population in its total, and is also there where live the most part of the people who earn the best salaries, if compared to incomes of the other researched towns. Its free market is attended by the population with less consume power, if it's compared to the other related towns. It means that, the bigger is the population and their incomes, and if the rise of their incomes is followed by the importance of the city related to the surrounded ones, meanwhile that, free market probably will be attended by a population with less income power. Therefore, in towns where these characteristics don't occur, free markets are attended by people with distinct social levels. The current movement of the free markets and their characteristics, have as a result the production of a spacial configuration with distinct elements in each free market place. Nevertheless, there are differences among them, if observed other elements, turning them into light of their particularities. Thereby, two free markets were chosen to be understood from the beginning of the organization in the place of selling. The smallest one, in Maiquinique town, and the biggest one, from Itapetinga town. The analyses of the free markets were made based on theories presented above before, and it corroborates to the importance of free markets for the urban and farmy population in each town. Their configuration, production and cultural aspects, are result of how the community where free markets are in, use the space and the historical values built by the population through years.

Key words: spacial configuration; free markets; inferior track level

# SUMÁRIO

## LISTA DE FIGURAS

## LISTA DE TABELAS

## LISTA DE QUADROS

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	20
1.1 OBJETIVOS.....	28
1.2 A PROBLEMATIZAÇÃO.....	29
1.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	32
1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	33
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
<b>2 PASSADO E PRESENTE NO ESPAÇO SUB-REGIONAL</b> .....	45
2.1 OS TEMPOS “IDOS” DO ESPAÇO EM QUESTÃO.....	47
MAIQUINIQUE.....	47
MACARANI.....	49
ITARANTIM.....	51
ITORORÓ.....	52
ITAPETINGA.....	54
2.2 O ESPAÇO SUB-REGIONAL ATUAL.....	60
<b>3 A PRODUÇÃO SÓCIO-ECONOMICA DAS FEIRAS</b> .....	80
3.1 OS MEANDROS DO CIRCUITO INFERIOR NA FEIRA.....	80
3.2 O QUE NÃO SE APLICA AOS MERCADOS PERIÓDICOS.....	100
3.3 O “MOVIMENTO” DA FEIRA E A ANÁLISE DAS ATIVIDADES COMERCIAIS SOB A ÓTICA DE OUTROS PENSADORES.....	104
<b>4 O “ACONTECER” DAS FEIRAS: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E ASPECTOS CULTURAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO</b> .....	115
4.1 A CONFIGURAÇÃO DAS FEIRAS NO ESPAÇO: .....	115

MAIQUINIQUE.....	117
MACARANI.....	119
ITARANTIM.....	121
ITORORÓ.....	125
ITAPETINGA.....	127
4.1.1 A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS FEIRAS DE MAIQUINIQUE E ITAPETINGA.....	133
4.2 O “IR” A FEIRA: ASPECTOS CULTURAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....	143
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>153</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
<b>7 ANEXOS</b>	

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização dos Municípios integrantes da área de estudo.....	22
Figura 2	Capitanias Hereditárias.....	46
Figura 3	Em Itapetinga, assim como nas demais feiras livres estudadas, vender produtos em lona é um prática comum entre os feirantes-comerciantes.....	85
Figura 4	O caçuá, cesto grande utilizada para vender produtos de origem rural, serve também para transportá-los até à feira.....	86
Figura 5	A inexistência de infra-estrutura adequada impossibilita o estoque de muitos produtos comercializados na feira, dentre esses os hortifrutíferos.....	90
Figura 6	Em Itapetinga, os feirantes-comerciantes de carne estão no grupo dos que obtêm maior lucro com a comercialização do produto.....	95
Figura 7	Produtos originários da Agrovila, uma das localidades rurais que abastece a feira livre de Itarantim.....	98
Figura 8	Em Maiquinique, a maior parte das confecções comercializadas nas feiras livres é comprada diretamente nas unidades de produção.....	108
Figura 9	Aspecto interno do mercado da feira livre de Itarantim.....	116
Figura 10	Sede do Município de Maiquinique.....	118
Figura 11	Aspecto interno do mercado da feira livre de Maiquinique em dia de feira.....	119
Figura 12	Sede do Município de Macarani.....	120
Figura 13	Aspecto da feira livre de Macarani, onde são vendidos produtos rurais, de origem local.....	121
Figura 14	Sede do Município de Itarantim.....	123
Figura 15	Venda de cereais e de outros produtos de “supermercados” no espaço da feira livre de Itarantim, cuja extensão é totalmente coberta .....	124
Figura 16	Área coberta da feira livre de Itororó, onde quase totalidade dos feirantes-comerciantes é de origem urbana.....	125
Figura 17	Sede do Município de Itororó.....	126

Figura 18	Área sem cobertura da feira livre de Itororó, onde quase totalidade dos feirantes-comerciantes é de origem rural.....	127
Figura 19	Sede do Município de Itapetinga .....	128
Figura 20	Vendedor de “antiguidades” (máquinas de costura) na feira livre de Itororó.....	130
Figura 21	Plantas ornamentais à venda na feira livre de Itororó.....	131
Figura 22	Aves vivas sendo comercializadas na feira livre de Itororó.....	131
Figura 23	Venda de hortifrutíferos na feira coberta de Itapetinga.....	132
Figura 24	Comercialização de produtos importados do Paraguai na feira livre de Macarani.....	132
Figura 25	Confecções vendidas na feira livre de Itapetinga.....	132
Figura 26	Produtos de origem rural comercializados na feira livre de Maiquinique.....	133
Figura 27	Em Maiquinique, assim como nas demais sedes municipais, as barracas constituem um elemento da configuração espacial presente nas feiras livres .....	134
Figura 28	Configuração espacial da feira livre de Maiquinique.....	135
Figura 29	Área de comercialização de carne na feira de Maiquinique.....	136
Figura 30	Configuração espacial da feira livre de Itapetinga.....	137
Figura 31	O mercado em planos é um dos principais elementos da configuração espacial da feira de Itapetinga.....	138
Figura 32	Feira do Paraguai: local na feira de Itapetinga onde se comercializa produtos diversos e usados.....	138
Figura 33	Futuras instalações da feira livre e do mercado de Maiquinique.....	141

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	<b>Municípios da Área de Estudo – BA.</b> Evolução da população urbana no espaço sub-regional.....	63
<b>Tabela 2</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> População, área, densidade demográfica e taxa de urbanização - 2000..	64
<b>Tabela 3</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> Leitos hospitalares – leitos hospitalares – 2002.....	65
<b>Tabela 4</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> Produtos temporários, área plantada (ha), área colhida (ha), quantidade produzida e valor - 2002.....	66
<b>Tabela 5</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> Produtos permanentes, área plantada (ha), área colhida (ha), quantidade produzida e valor - 2002.....	69
<b>Tabela 6</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> Rebanho bovino (cabeças) – 2002.....	72
<b>Tabela 7</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> Renda nominal mensal – Absoluta e Relativa 2000.....	74
<b>Tabela 8</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> População com acesso a geladeira, televisão, telefone e computador – 2000.....	76
<b>Tabela 9</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b> Indicadores sócio-econômicos - 1999/2000.....	78



<b>Tabela 21</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b>	
	Consumidores: origem (%) – 2004.....	105
<b>Tabela 22</b>	<b>Municípios da Microrregião Geográfica de Itapetinga</b>	
	Consumidores: renda mensal – 2004.....	107
<b>Tabela 23</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b>	
	Origem dos comerciantes nas feiras livres – 2004.....	111
<b>Tabela 24</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b>	
	Comerciantes e feiras onde trabalham (%) – 2004.....	113
<b>Tabela 25</b>	<b>Municípios da Área de Estudo - BA</b>	
	Consumidores rurais: motivos que o trazem à feira além da compra (%) – 2004.....	148

## *LISTA DE QUADROS*

Quadro 01	Características dos circuitos econômicos.....	83
Quadro 02	Aspectos da configuração espacial das feiras livres.....	116

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a sua origem, a Geografia, enquanto ciência, esteve voltada para a descrição e discussão do espaço terrestre. Com aumento da exploração da natureza pelo homem, ora para atender as suas necessidades, ora para atender às do modo de produção capitalista, essa ciência tem, ao longo das últimas décadas, explicado, de forma crítica, a maneira como a relação homem-meio tem sido construída no ato de apropriação e de produção do espaço. Esse “uso” do território<sup>2</sup> não se dá de forma homogênea em toda a sua extensão, sendo, portanto, diferenciado em várias áreas por conta dos aspectos histórico-culturais, político-econômicos, dentre outros. Esta multiplicidade de condições produz paisagens<sup>3</sup> diferentes em escala local, regional, nacional e planetária.

É sabido que a análise do espaço pode ser focada em qualquer um de seus elementos e/ou fenômenos em diferentes escalas. A cidade e o urbano, discutidos pela ciência geográfica, têm sido objeto de diferentes e grande número de pesquisas nas últimas décadas. Sobre a cidade produz-se uma diversidade de estudos que vão desde a questão ambiental à discussão acerca da morfologia e do planejamento urbano, às vezes calcada na fenomenologia, até a análise das atividades comerciais e dos serviços citadinos, dentre outras questões.

Independente da forma e do que se pensa acerca da cidade, é inegável que o seu espaço é produzido atendendo aos interesses de diversas classes sociais, logo, manifesta-se na paisagem urbana diferenças sócio-espaciais que resultam num espaço dividido. Essas diferenças também estão presentes no espaço rural e podem ser observadas em determinadas regiões se comparadas a outras. Porém, é no espaço urbano, no caso do Brasil e da maioria dos países latino-americanos, que essa diferenciação é mais presente, caracterizando-se por segregar parcela

---

<sup>2</sup> Para Ratzel (In: MORAES, 1990, p.23), território é “uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” e expressa a idéia de conquista e domínio. Santos (In: BRITTO, 2002, p. 13), afirma ser o território “o lócus de manifestação das materialidades sociais em meio às forças universalizantes do sistema capitalista”. Para Souza (1995, p.81) “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes” e são definidos por relações de poder (p. 87).

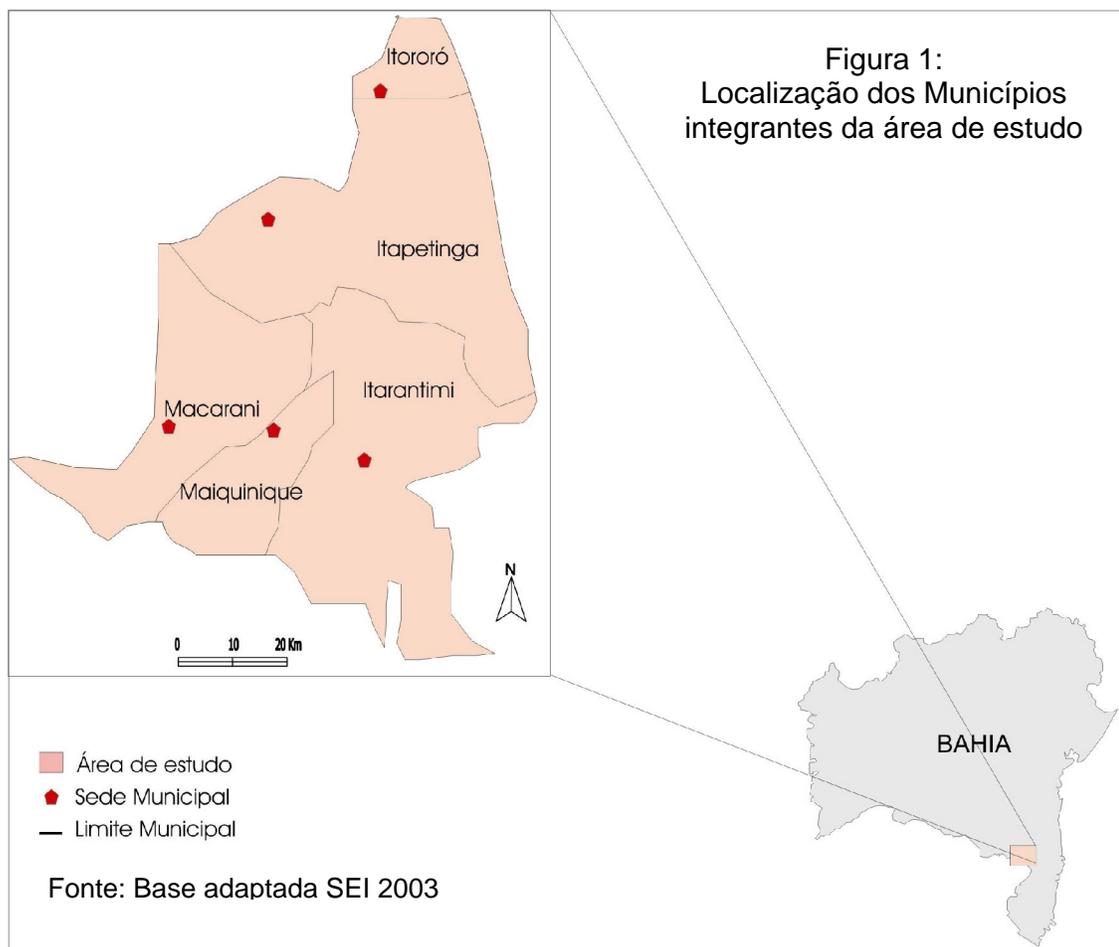
<sup>3</sup> No dizer de Santos (1996, p. 83-85), a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Além disso, pode ainda ser definida como um conjunto de elementos naturais e artificiais, que fisicamente caracterizam uma área, abarcados pela visão.

considerável da população urbana dos serviços que são essenciais a uma boa qualidade de vida.

Para Santos (1979, p. 15), “os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão”. Daí surgem as diferenças espaciais. Ainda afirma que os objetos geográficos, de ordem natural e artificial, juntamente com a sociedade são os principais componentes ou elementos desse espaço (SANTOS, 1985, p. 1). A partir dessa relação, novas configurações são produzidas no processo. No nosso entendimento, ao se referir aos componentes do espaço e a intensidade como eles se apresentam, o autor refere-se às enormes diferenças sociais e econômicas existentes nas nações subdesenvolvidas, que tem seu espaço transformado a partir de interesses que estão além de suas fronteiras. Os homens estão presentes em todos os continentes, porém, historicamente, uma maioria esteve a serviço de uma minoria, produzindo, assim, diferenças de rendas entre países e entre pessoas que habitam esse espaço. Os elementos da natureza estão presentes em toda a superfície da Terra, porém a depender de cada sociedade e de seus interesses econômicos, eles são utilizados diferentemente. A diferença de renda, sendo maior nos países pobres, produz consumidores diferentes e atividades comerciais que satisfazem essas diferenças. No caso desse estudo, as feiras livres, atividade inserida no circuito inferior (CI) da economia, atendem principalmente à população de menor poder aquisitivo.

É grande o interesse das diversas ciências, em suas diferentes abordagens, em estudar as médias e as grandes cidades, entretanto as cidades pequenas têm carecido de estudos científicos. Essas têm sido historicamente analisadas a partir de modelos e teorias já consagradas. Dentre essas se pode citar a dos lugares centrais e dos pólos de crescimento, dentre outras (SANTOS, 1979, p.16). Partindo do pressuposto que a cidade, do ponto de vista econômico, é formada por dois subsistemas, o circuito inferior (CI) e o superior (CS), obriga-se o pesquisador a não fazer uso somente dessas teorias consagradas, mas, também, de lançar mão de outras explicações na tentativa de compreender as especificidades de cada espaço urbano. Dentre essas realidades pode-se mencionar a existência dos circuitos econômicos. No caso do estudo desenvolvido, a discussão foi construída sobre o conceito e as características do circuito inferior da economia, presentes nas feiras

livres pesquisadas. O circuito inferior entra, então, como elemento indispensável na compreensão da economia urbana em qualquer cidade e, em se tratando do nosso objeto de estudo, na economia das pequenas e médias cidades.



A organização do espaço nos países subdesenvolvidos dá-se de forma a atender aos interesses da escala mundial, que se projetam espacialmente com maior intensidade em algumas áreas que em outras. Não há uma homogeneização das atividades econômicas consideradas como modernas, pois o próprio sistema se alimenta dessas diferenciações, que são mais presentes nos países terceiro-mundistas<sup>4</sup>. Dentre as várias características desse grupo de países está a grande

<sup>4</sup> A expressão terceiro mundo foi utilizada pela primeira vez pelo demógrafo e jornalista francês Alfred Sauvy, na revista L'Observateur, em 1952. Nesse artigo, ele comparou os atuais países subdesenvolvidos, ao Terceiro Estado da Revolução Francesa. Com o fim da Guerra Fria e a intensificação do processo de globalização, o terceiro mundo tornou-se apenas sinônimo de subdesenvolvimento, condição essa caracterizada pelo atraso econômico, miséria, desigualdade social, desrespeito aos direitos humanos e por apresentar baixos indicadores socioeconômicos.

diferença de renda da população, que está diretamente associada à distribuição das áreas de produção e à distribuição e ao consumo de diversas mercadorias. Pessoas de classes sociais distintas tendem a fazer uso de áreas comerciais e tipos de produtos diferentes com repercussões espaciais também diferenciadas. Nesse caso, a constituição de áreas produtoras e consumidoras e a projeção no espaço de seu aparato tecnológico-financeiro respondem aos interesses dos diferentes consumidores. Sendo assim, a economia dos países, sobretudo a dos subdesenvolvidos, caracteriza-se por apresentar dois circuitos econômicos, cada um atendendo a diferentes grupos em todas as suas esferas, que marca a produção do espaço em diferentes paisagens, cada uma correspondendo a um circuito e, em alguns casos, sendo impossível distinguí-los. No primeiro caso, as características de cada circuito são facilmente distinguíveis uma das outras. É possível elencar várias atividades que estão inseridas em cada um desses circuitos. No caso da pesquisa desenvolvida, todo o esforço analítico e teórico foi destinado a compreender cinco feiras livres localizadas nos municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga (figura 1), feiras essas, que são uma das manifestações, no espaço, do circuito inferior da economia.

Vários autores estudaram o circuito inferior em diferentes situações no mundo subdesenvolvido<sup>5</sup>. Sem dúvida, aquele que aprofundou essa questão, relacionando-a à produção do espaço urbano nos países pobres, foi o professor Milton Santos. Segundo ele (SANTOS, 1979, p. 17) o estudo do circuito inferior não se reduz apenas à análise dos mercados. O autor propõe dois caminhos para essa análise:

1. Entender o circuito inferior como um subsistema presente no desenvolvimento das atividades comerciais.
2. Estudar o fenômeno do mercado no seu contexto, como um subsistema do sistema geral de relações espaciais, do qual a cidade é um dos centros ou um dos elementos.

Aqui não adotamos nem um caminho, nem outro. A feira livre, inserida dentro do circuito inferior da economia, foi, de certa forma, posta como um dos elementos possíveis para compreensão do espaço urbano, entretanto, em nenhum momento deu-se mais atenção à cidade que à feira livre.

---

<sup>5</sup> Equivale ao sentido conferido ao terceiro mundo, logo, os países que o constituem apresentam declínio constante das condições de vida das suas populações.

Antes de uma discussão sobre a inserção da feira nos circuitos econômicos cabe defini-los. Para SANTOS (1979, p.17-18) “o circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicionais, como o artesanato, assim com os transportes tradicionais e a prestação de serviços” e o circuito superior (p. 31 e 67) é constituído pelas atividades comerciais, industriais e pelos serviços modernos, pelos bancos, pelo comércio atacadista e pelas atividades ligadas ao transporte<sup>6</sup>. O estudo realizado propôs dissecar as atividades relacionadas à produção do comércio e dos serviços nas feiras livres já mencionadas.

Desde a formação das sociedades em recortes têmporo-espaciais diversos, as feiras livres sempre fizeram parte das práticas humanas. Bromley (1980, p. 650) afirma que a feira é uma instituição incomum e multifuncional que serve a pessoas de áreas muito distantes, já o mercado, diário ou periódico, é uma instituição normal e unifuncional que objetiva servir à área local e imediata. No trabalho que se desenvolveu, o uso da expressão “feira livre” equivale à utilização da expressão “mercado periódico”, pois todas elas são utilizadas principalmente pela população dos municípios onde estão inseridas.

Na antiguidade, quando o homem primitivo deixa de ser simplesmente coletor e passa a ser produtor de seus alimentos, começa então a comercializar o excedente da produção. Na Idade Média, as feiras livres perdem sua importância, uma vez que os grupos humanos fixaram-se predominantemente no espaço rural. Na chamada “Era Moderna”, os espaços livres de comercialização ganham novo significado, e as cidades passam a ser lugares privilegiados para o comércio, sobretudo nas feiras livres. Chega-se então à contemporaneidade, na qual o capitalismo impulsiona o processo de urbanização e a atividade de compra e venda é transferida, na maioria das grandes cidades, para as grandes redes de supermercados. Nesses três períodos da história, as cidades projetaram-se no espaço diferentemente. Na antiguidade, elas estavam presentes em poucas civilizações. Esparta e Atenas são exemplos de como as cidades constituíam-se em verdadeiros reinos da civilização grega e possuíam em seu espaço uma grande diversidade de serviços, serviços esses, em sua maioria, ligados à guerra. Na era seguinte, com a desestruturação do sistema feudal e o nascimento e desenvolvimento do comércio, surgem uma grande quantidade de vilas, que mais tarde se tornariam cidades, conhecidas na época como burgos. A vida urbana ganha força com o surgimento de mais serviços, todos eles, em sua maioria, ligados ao

urbano da época, nesse caso, as atividades voltadas ao manufaturamento, ao artesanato e ao comércio. No atual momento, o homem elegeu a cidade como *locus* de reprodução da vida, nela concentra-se a maioria da população do Planeta, concentração essa determinada pela forma como o sistema capitalista transforma as relações campo-cidade, transformações que provocaram, desde a metade do século XX, o “inchaço” das cidades, sobretudo daquelas do mundo subdesenvolvido. Não é propósito deste trabalho discutir a produção das feiras nesses três períodos, porém, em cada um deles, elas estiveram presentes, com menor ou maior intensidade, no cotidiano dos que habitavam o espaço urbano.

Como o processo de mundialização econômica não chega a todos os lugares ao mesmo tempo e com a mesma intensidade, as mudanças pelas quais passam as feiras livres demoram a acontecer, principalmente em lugares onde os elementos que regem o modo de vida (cultura, economia, meio-físico) resistem a serem modificados. Nesse contexto, esses fenômenos continuam existindo na maioria das cidades do Brasil, mantendo grande relevância para as populações locais, sobretudo em municípios da Região Nordeste, onde o movimento da sociedade resulta do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que, para a sua reprodução, permite que parcelas do espaço fiquem à margem do desenvolvimento social e econômico. É importante salientar que mesmo em sociedades de capitalismo desenvolvido, mais especificamente em países europeus, as feiras continuam a existir e consolidaram-se na paisagem de importantes centros urbanos, entretanto, o processo de urbanização nessa região se deu lentamente, ao passo que, no Brasil e demais países subdesenvolvidos, aconteceu de forma rápida. Essas especificidades contribuíram para uma transformação das feiras livres nos países subdesenvolvidos diferentemente da acontecida no Velho Mundo. Sendo assim, acredita-se que a produção das feiras européias não deve servir de parâmetro para entender e caracterizar as feiras estudadas, pois os diferentes grupos de países apresentam especificidades no que se refere à história, à organização da economia, da sociedade e do espaço. Em lugares onde o sistema capitalista não se interessou em criar novas formas de produção, as velhas relações homem e natureza aí resistem, sendo lentamente transformadas.

Essas pretéritas relações referem-se, dentre uma diversidade de combinações e fenômenos, à forma como os homens utilizam-se do espaço e quais instrumentos servem de meio para essa apropriação. O conjunto de práticas, de

costumes e de valores que regem a relação do agricultor com a terra, o tipo de ferramenta utilizada e a interação do próprio ser humano com o outro permanecem pouco ou nada alterados em muitas regiões do Brasil e de outros países. Por exemplo: uma parcela dos produtos que abastece os mercados locais em muitas cidades brasileiras continua sendo produzida por pequenos proprietários rurais, que, como faziam seus antepassados, ainda desenvolvem a agricultura de subsistência em locais geralmente próximos da área de comercialização, sem uso de agrotóxicos e máquinas. Entretanto, é sabido que uma quantidade considerável desses produtos origina-se de locais, onde se desenvolve uma agricultura moderna, que distam centenas ou milhares de quilômetros de onde são comercializados e consumidos os produtos. É nesse sentido que o movimento da sociedade é resultado da superposição no espaço de tempos diferentes, tempos passados e tempos presentes, com estruturas correspondentes a cada um deles. Nessas condições, pode-se citar as feiras livres, práticas tão antigas quanto o processo de formação das sociedades, que, de forma lenta ou não, acompanham as transformações ocorridas na produção e distribuição dos produtos, no campo e na cidade. É propósito nesse trabalho entendê-las enquanto fenômenos tipicamente urbanos e que, a depender da abordagem que se queira dar, podem ser analisadas como “território”. Normalmente essa palavra é associada à idéia de “território nacional” e de fato não é errado pensar assim. No entanto,

[...] territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81).

Essa afirmação respalda o interesse e o desejo de entender as feiras enquanto território porque acontecem em quarteirões ou ruas de fácil acessibilidade, porque existem desde a origem de vilas no século XIX, que hoje são as cidades-sedes municipais e porque possuem existência periódica. Souza afirma ainda que o “território” é, fundamentalmente, “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 97). Sendo assim, a feira, território com uma temporalidade e uma espacialidade definidas, é resultante do estabelecimento de várias relações, inclusive as de poder, todas com repercussões em seu espaço. Essas últimas caracterizam-se por conflitos não declarados entre os setores formal e informal da

economia e entre os valores tradicionais dos feirantes, sua inércia, e as transformações na “cadeia de *marketing*”.

Após tipificar as feiras enquanto território, afirma-se que elas têm passado pelo processo de desterritorialização. Haesbaert (1995, p. 166) diz que o mundo tem passado por uma “modernização arrasadora” que “impõe sua geometria regular sobre todos os espaços”. Espaços considerados, por alguns, sem história, sem identidade. O autor menciona que muitos estudiosos analisam essas mudanças como processos de “desterritorialização”. As feiras livres, fenômenos locais, presentes em todos continentes, estão sendo desterritorializadas, ainda que de forma lenta. Essa desterritorialização não deve ser entendida como mudanças nas dimensões espaciais das mesmas, e sim como transformações em sua dinâmica que resultam da “modernização arrasadora” mencionada acima pelo autor. Um aspecto dessa modernização arrasadora visível nas feiras é a presença dos mercados, entendido aqui como equipamento. O mercado deixa de ser apenas um elemento da feira e passa a ser quase totalidade dela.

Para ele, ao reportar-se ao processo da desterritorialização, é necessário deixar claro se ele se refere “à imbricação de suas dimensões: uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico, ou privilegiando uma delas, mesmo porque muitas vezes se tratam de processos não-coincidentes” (p. 169). Para construir essa possibilidade de trato das feiras enquanto territorialidade dar-se-á ênfase principalmente à sua dimensão cultural e a sua simbologia, simbologia essa, expressa e sentida pelos agentes que a produzem. O autor ressalta (p. 181) que o processo de desterritorialização “pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticas de integração”. Não é objetivo central da dissertação dar ênfase à diminuição dos limites espaciais das feiras municipais ou entendê-las apenas a partir dos *outsiders*, das forças que vêm de fora, impostas pelo modelo econômico vigente, embora elas atuem no acontecer de cada uma. É propósito, sobretudo, identificar as possíveis transformações ocorridas no que tange ao funcionamento das mesmas, bem como suas especificidades, inseridas ou não no circuito inferior da economia, compreendendo as singularidades geográficas de cada uma delas, bem como o comportamento dos membros da coletividade, os *insiders*, os que, em escala local, são responsáveis pelo movimento que é impresso em sua organização e dinâmica.

Em algumas regiões da Bahia várias mudanças têm ocorrido na feira livre: a mudança do dia em que acontece, a alternância de produtos oferecidos e a perda da importância para a sociedade local são alguns exemplos. Além disso, o aumento do número de “mercadinhos” e lojas de supermercados que comercializam os mesmos produtos encontrados na feira mantém íntima relação com as mudanças mencionadas. Este contexto se constituiu na problemática da pesquisa que produziu outras questões:

- Como as feiras livres conseguem persistir nos municípios estudados?
- Qual a atuação dos poderes públicos municipais no que tange às feiras livres?
- Há relação entre o uso das feiras pelas diferentes classes sociais e a produção de cada uma delas nas sedes municipais?
- Quais aspectos são relevantes no entendimento da feira enquanto fenômeno cultural?
- Quais atributos do circuito inferior estão presentes nas feiras livres?

## 1.1 OBJETIVOS

O desenvolvimento dessa pesquisa se deu a partir do seguinte objetivo geral: explicar o processo atual de (re)produção das feiras livres em cidades da Microrregião Geográfica de Itapetinga.

O estudo pretendeu interpretar o comportamento das feiras a partir, principalmente, das informações e depoimentos adquiridos em campo com aplicação de questionários aos feirantes e àqueles que adquirem os produtos nas mesmas. Dados oficiais foram utilizados como suporte para caracterizar a situação sócio-econômica dos referidos municípios de forma a entender como a produção da feira livre está articulada ao contexto histórico-social e atual em que está inserida.

A discussão aqui levantada foi construída a partir de três enfoques: **o processo de produção, a configuração espacial e o “acontecer” dessas feiras.** A escolha de um desses seria suficiente para produzir essa dissertação, no entanto, acredita-se que quanto mais se analisa um fenômeno em suas diferentes abordagens ou esferas poder-se-á entendê-lo em sua essência e também a sociedade na qual ele está inserido.

A análise dessas esferas permitiu concluir o objetivo dessa pesquisa que, juntamente com os objetivos específicos, forneceram condições para entender as feiras em sua totalidade. Dentre as várias possibilidades de objetivos específicos, os escolhidos para a realização do trabalho foram:

- ✓ Classificar as atividades feirenses a partir do circuito inferior da economia;
- ✓ Estabelecer possíveis ligações entre a dinâmica das feiras livres e sua atual configuração espacial;
- ✓ Identificar o grau de importância das feiras para as populações locais;
- ✓ Identificar semelhanças e alteridades entre as feiras estudadas.

## 1.2 A PROBLEMATIZAÇÃO

A Geografia é a ciência que estuda os fenômenos geográficos materializados no espaço. Sendo as feiras livres estabelecidas pontualmente no espaço urbano, são passíveis de investigação por geógrafos e outros cientistas. Entretanto, percebe-se que existem poucos estudos sistematizados na literatura a esse respeito. Christaller, em 1933, construiu a Teoria das Localidades Centrais, onde analisou a organização espacial da distribuição de bens e serviços em países desenvolvidos. No Brasil, alguns trabalhos de cunho descritivo foram publicados na Revista Brasileira de Geografia até início da década de 80 do século passado. Desde então, como resultado do movimento de renovação<sup>7</sup> pelo qual passou a Geografia, alguns textos, nessa mesma revista, foram publicados, contudo de cunho mais crítico-analítico. Nessa mesma década, Bromley, Symanski e Good (1980) publicaram dois artigos que discutiram a análise racional dos mercados periódicos, bem como a situação desses mercados nos países em desenvolvimento. Santos (1979) descreveu os dois circuitos da economia nos países subdesenvolvidos. Ao analisar o circuito inferior, descreveu peculiaridades acerca dessa atividade, semelhantes às desenvolvidas nas feiras livres. Em 1997, Corrêa escreveu o livro *Trajetórias Geográficas*, onde, na primeira parte do mesmo, discutiu a “A rede de localidades

---

<sup>7</sup> A partir de 1950 a base social que engendrara os fundamentos e as formulações da Geografia Tradicional alterou-se. Desde então, passa a questionar-se a eficácia e a validade de suas explicações em relação à realidade espacial. Como consequência, duas propostas de interpretação e de análise do espaço geográfico passam a ser construídas: a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica. A primeira produz um conhecimento utilitário que permite intervenções deliberadas sobre a organização do espaço, a segunda, assume uma perspectiva de conscientização e prática, propondo-

centrais nos países subdesenvolvidos”. Outros trabalhos de cunho acadêmico foram produzidos. Em 1991, Jesus defendeu na UFRJ a dissertação intitulada “O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989”, que no ano seguinte, 1992, foi publicada como um dos artigos da Revista Brasileira de Geografia. Santos & Serpa (2001) trabalharam com a teoria dos Dois Circuitos em bairros periféricos da cidade do Salvador. Nesse contexto, surgiu o desejo de analisar a **Configuração Sócio-Espacial e Inserção das Feiras Livres de Itapetinga-BA e Arredores no Circuito Inferior da Economia**.

Quanto à originalidade do trabalho, pode-se inferir que, do ponto de vista teórico, até então se desconhece a utilização da teoria dos Dois Circuitos Econômicos para explicar o funcionamento das feiras livres em centros locais e sub-regionais. Quanto ao recorte espacial, não se identificou qualquer análise científica em municípios baianos, principalmente em se tratando de centros locais inseridos entre o Nordeste das Minas Gerais, que mantêm poucas relações comerciais com as feiras em questão e Vitória da Conquista, considerada centro regional. Além disso, qualquer área da superfície terrestre, *locus* da manifestação dos fenômenos geográficos, é passível de observação, leitura e interpretação. As feiras livres, nesse contexto, foram analisadas enquanto práticas econômicas, culturais e espaciais porque materializam historicamente interesses econômicos e valores humanos em espaços definidos.

Assim sendo, o estudo se caracterizou tanto como local, quanto urbano-regional, pois os lugares estão em evidência dentro de contextos urbanos que dão identidade a um espaço sub-regional. A compreensão dessa re/produção espacial é sem dúvida importante para a Geografia contemporânea, uma vez que foi possível entender a dinâmica desses locais, conhecer seus usuários, suas práticas, visando, sobretudo, desvelar a realidade a partir do conhecimento científico, que poderá servir de suporte para os que pensam e planejam o espaço urbano, podendo esse conhecimento resultar em propostas que visem à criação e ao gerenciamento de condições mínimas para que as feiras continuem acontecendo de modo a satisfazer aos interesses da coletividade. O resultado das pesquisas poderá também servir de suporte para proposta de ordenamento territorial para as feiras livres ou mesmo para as sedes municipais, onde os pequenos comerciantes, agentes modeladores do

---

se a transformar a ordem social, produzindo um espaço geográfico mais justo, em função dos interesses dos homens.

espaço, possam fazer parte do sistema com os mesmos direitos que os grandes. Embora o capitalismo seja por natureza um sistema que se alimenta do desequilíbrio social, acredita-se que a revanche para superar esse descompasso deve nascer num contexto local, onde os membros da sociedade civil organizada, e aí entra a participação popular na elaboração e execução de projetos que discutam as intervenções no espaço intraurbano, possam se sentir agentes responsáveis na construção de um espaço citadino menos desequilibrado socialmente.

A análise do espaço intraurbano permite identificar e examinar as forças que criam as particularidades no espaço das cidades, particularidades essas ligadas à base econômica, às divisões sociais, aos interesses políticos, às manifestações culturais e às ações dos seus participantes. Entretanto, não se propôs estudar o conjunto das situações mencionadas acima. A análise se centrou na discussão da atividade comercial desenvolvida nas principais feiras livres das cinco sedes municipais. Essas feiras, entendidas como pontas de um “*iceberg*”, se constituem como elementos no conjunto maior que é o movimento da sociedade, e que resultam da necessidade de, como faziam os primeiros habitantes dessas cidades, comprar o necessário para o provimento da vida diária. Sem dúvida, à necessidade de comprar está acrescido o conjunto de valores e práticas de seus participantes. Esses dois fatores entendidos como os principais pressupostos do “acontecer das feiras” têm sido alterados por um conjunto de mudanças acontecidas no seio da sociedade, mudanças essas conseqüentes, sobretudo, do processo de reprodução do capital. Além desses fatores, outros ligados às mudanças climáticas, com rebatimento na produção agrícola local, que já é insignificante, pode ser entendido como mais um elemento que vem modificando a dinâmica dessas feiras em diferentes estações. Além disso, a crise financeira, resultante, dentre outras circunstâncias, do alto índice de desemprego e a inexistência de uma geração de renda socialmente distribuída também acaba contribuindo para as transformações pelas quais passam os fenômenos estudados.

O contexto acima descrito permitiu a formulação de alguns pressupostos:

- As feiras dos municípios de Itororó, Itarantim, Macarani e Maiquinique, centros locais, possuem maior importância para o conjunto da população;
- As feiras livres estudadas são freqüentadas por pessoas de classes sociais distintas, não havendo, portanto, predominância de pessoas com baixo poder

de compra, se consideradas proporcionalmente, em relação às que mais consomem.

Desta forma, embora as feiras possam ser entendidas como uma atividade do circuito inferior da economia, em municípios onde o funcionamento da economia e da vida é determinado pelo ritmo da população local, as feiras são utilizadas por pessoas de todos os níveis sociais, os seja, inexistente uma classe social que faz apenas uso da feira e outra que faz uso apenas dos mercados e/ou supermercados locais.

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo teórico-empírico onde o fenômeno foi tratado de forma dedutiva e diacrônica. Dedutivo, porque analisou a produção de cinco feiras em suas diferenças e semelhanças num espaço sub-regional, o que permitiu construir generalizações acerca do seu funcionamento. Diacrônico, porque se refere à produção das feiras num momento atual, não se objetivando analisar a evolução das mesmas ao longo do tempo.

Quanto à construção das bases teóricas, elas estão respaldadas não apenas em um único método. As feiras, pertencentes ao circuito inferior da economia, são resultantes da forma como o modo de produção capitalista produz realidades contraditórias necessárias à (re)produção da mais valia. Ao mesmo tempo em que essa condição determina a produção das mesmas, não se pode anular a influência do conjunto de valores, práticas e sentimentos das comunidades que também determina a forma como a sociedade (re)produz a si mesma, sua base material, e nelas inseridas as feiras livres.

Acredita-se que os caminhos percorridos na busca dos objetivos propostos permitiram desenvolver a compreensão das feiras livres dos municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga, onde a configuração espacial, a produção e o seu lugar enquanto “patrimônio” imaterial das populações das respectivas cidades foram entendidos como manifestação do circuito inferior da economia nos países subdesenvolvidos.

### 1.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

No caso das feiras livres, a aplicação/operacionalização de três variáveis permitiu fundamentar a discussão acerca do objeto de pesquisa. Essas variáveis são a população rural, a estrutura fundiária e as classes sociais.

Ao longo dos anos, como já mencionado, tem havido uma diminuição da população rural dos municípios em questão, população essa, em sua maioria, detentora de pequenas propriedades, nas quais se desenvolvia a agricultura familiar ou de subsistência e que comercializavam o excedente nas feiras locais. Esse comportamento populacional tem acontecido não somente na área estudada, mas está presente em todas as regiões do país. Sendo assim, parte considerável dos produtos vendidos na feira provinha da zona rural desses municípios. Com a diminuição dessa população, a quantidade de produtos originados no seu espaço também caiu. Esse processo transformou o abastecimento das feiras locais, transformação essa associada ao intenso êxodo rural e à organização do espaço rural, com predomínio de médias e grandes propriedades, destinadas, desde sua ocupação inicial, à criação de gado bovino. Sendo assim, não tem havido um incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar que poderia, com o excedente agrícola, abastecer os mercados e os espaços de comercialização.

Essas feiras são freqüentadas por classes sociais distintas. No caso de Itapetinga, acredita-se que sua principal feira livre é utilizada principalmente por uma população de menor poder aquisitivo, enquanto nos demais municípios elas são utilizadas por pessoas de diferentes classes sociais. É importante salientar que o município de Itapetinga apresenta uma população com rendimentos mais altos se se compara aos rendimentos da população dos outros municípios. O primeiro caso apresenta singularidades em relação ao conjunto dos demais municípios, singularidades essas que devem ser levadas em conta no trato com a discussão iniciada no início desse parágrafo. Essa diferenciação não impede que a feira livre de Itapetinga, inserida no grupo das outras feiras, seja compreendida como parte do circuito inferior da economia. Sendo assim, assegura-se que o comportamento da população rural, a dimensão das propriedades do campo e a diferenciação sócio-econômica das populações locais possibilitaram discutir com maior aprofundamento o objeto proposto e confirmar ou não os pressupostos elaborados.

#### 1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Sabe-se que poucos estudos abordam a temática em questão. A teoria que se aproxima dessa discussão foi desenvolvida em 1933, por Walter Christaller, e denominada de Teoria das Localidades Centrais, cujo arcabouço teórico explicava a

influência que os centros urbanos, com maior oferta de produtos e serviços, exerciam sobre outros centros menores. No trabalho desenvolvido, essa teoria foi relativizada, uma vez que não foi adaptada para atender à realidade dos países subdesenvolvidos e das feiras livres, que “nem sempre exercem relação de interdependência, não constituindo necessariamente uma rede hierárquica, conforme os postulados de Christaller” (SANTOS e SERPA, 2000, p. 53). Milton Santos, criador da teoria dos Dois Circuitos, analisou a situação dos países subdesenvolvidos, criticando o uso de modelos criados em países centrais para a explicação de fenômenos em países periféricos, e, sem dúvida, sua construção teórica foi útil para a construção desta dissertação, pois possibilitou classificar as atividades desenvolvidas nas feiras livres nos Dois Circuitos Econômicos. Bromley (1980, p. 649) analisou a situação dos mercados periódicos nos países em desenvolvimento. Segundo ele, nesses países, os encontros casuais têm sido cada vez mais substituídos pelas jornadas comerciais especializadas, levando, assim, as feiras livres a experimentarem um declínio nas sociedades mais avançadas. Afirma ainda que (p. 649) “em muitos dos países em desenvolvimento existem situações de dualismo social e econômico”, onde as feiras são usadas principalmente por classes de baixo poder aquisitivo, enquanto as grandes lojas fornecem produtos para os consumidores de classes de alto poder de compra. Quanto à organização espacial das mesmas, diz que, havendo uma expansão da população agrícola, haveria uma alteração na sua estruturação espacial. Acerca da existência de hierarquias entre elas, afirma que numa região de “movimento uniforme”, os centros de mercado não são do mesmo tamanho, havendo, nesse caso, o estabelecimento de uma hierarquia. Quando discute a sincronização desses centros, menciona que em suas interações espaciais algumas formas de sincronização temporal são mantidas de forma que feirantes e consumidores possam visitá-los em diferentes localidades. Sobre “a cadeia de *marketing*” dos fenômenos em análise diz que “à medida que os sistemas de mercado interno se tornam mais sofisticados, a importância das negociações diretas do produtor ao consumidor geralmente diminui e a importância dos negócios intermediários aumenta” (BROMLEY, 1980 p. 654). Ao discutir a troca de funções das feiras livres, diz que a natureza do sistema de mercado interno está intimamente ligada à economia e às comunidades locais. Uma mudança na estrutura

social pode ser importante no desenvolvimento dos mercados e pode até mesmo levar a um a um reajustamento geral do sistema, no qual se insere <sup>8</sup>. As análises construídas por este autor foram de grande relevância na pesquisa desenvolvida, no sentido de se verificar a materialização ou não das mesmas nas feiras estudadas. Essas análises permitiram compreendê-las no que tange ao seu enfraquecimento, à sua participação em um dos dualismos citados por ele, a uma possível hierarquização das mesmas, à sua sincronização, dentre outras. Num outro artigo, Bromley, Symansky e Good (1980) fazem considerações sobre as feiras em diversos contextos têmporo-espaciais. Essas considerações contribuíram no sentido de analisar as feiras livres não apenas como instituições comerciais, com ênfase nos processos econômicos contemporâneos, mas também evidenciar o contexto social onde estão inseridas, bem como o desenvolvimento histórico da atividade comercial. Infelizmente, não chegaram a apontar um caminho para a compreensão das feiras nessa abordagem. Acerca de suas origens, afirmam que geralmente surgem em sociedades estratificadas com nítidas divisões de trabalho e fortes vínculos de influências externas. Tornam-se periódicas a partir do estabelecimento do comércio em tempo parcial e a designação de dias especiais para a sua realização e persistem no tempo pelas necessidades dos produtores e consumidores, da organização do tempo<sup>9</sup>, da inércia<sup>10</sup> e da vantagem comparativa. Essa última condição refere-se às vantagens que algumas feiras possuem em relação a outras, indo desde a primazia na origem, à variedade e quantidade de produtos comercializados. Além de outros objetivos, pretendeu-se identificar esses comportamentos nos fenômenos em análise, iniciando pelas suas origens, caracterizando as inércias ali existentes, dentre outras questões já mencionadas. Corrêa (1997), ao analisar as feiras nordestinas, sugeriu entendê-las nessa perspectiva. As conclusões produzidas por eles subsidiaram o entendimento das feiras não apenas enquanto fenômenos econômicos, mas também enquanto

---

<sup>8</sup> O autor exemplifica esta mudança mencionando o reajustamento ocorrido nas feiras livres dos Andes bolivianos, a partir da década de 1960, resultante de medidas de reforma agrária tomadas e que fragmentaram grandes fazendas em pequenas propriedades. A partir de então, os produtores camponeses, que substituíram os grandes proprietários de terras, passaram a vender parte das colheitas para os atacadistas de armazenagem nos mercados locais.

<sup>9</sup> Inferindo sobre este aspecto afirmam que “os agrupamentos de mercado periódico estão relacionados aos conceitos sócio-culturais de tempo, à duração da semana ou mês estabelecidos, e à existência de dias separados para descanso, cerimônias religiosas ou reuniões públicas e festividades” (BROMLEY, SYMANSKI & GOOD, 1980, p. 185).

<sup>10</sup> Significa o não ajustamento das feiras livres aos novos progressos, permanecendo nos mesmos locais com a mesma periodicidade e padrões tradicionais.

fenômenos culturais, produzidos historicamente. Jesus (1992, p. 112), descrevendo a feira livre carioca, afirma que, nos últimos 25 anos (1964-1989), como “resultado de uma política de modernização do varejo e das estratégias de sobrevivência dos feirantes”, ela empreendeu um autêntico mergulho no universo do setor informal da economia urbana, adquirindo cada vez mais atributos do circuito inferior: mobilidade, flexibilidade e fácil adaptação às novas situações de compra e de venda. Sua contribuição se deu ao presente trabalho, no sentido de identificar se as modificações pelas quais passou a feira livre na grande cidade capitalista, nesse caso a cidade do Rio de Janeiro, foram as mesmas pelas quais passaram as feiras livres estudadas. Foi de grande relevância verificar em que medida o comportamento de uma feira numa grande metrópole se assemelha ao de feiras em cidades pequenas e de médio porte, levando em conta as singularidades de cada uma. Santos & Serpa (2000, p. 54-55), analisando as atividades de comércio e serviços na periferia de Salvador, afirmam que

[...] não só as questões de acessibilidade, circulação e renda que influenciam o poder de um centro na periferia. Outros fatores podem influenciar este fenômeno. Dentre os mais importantes coloca-se a proximidade, o fato de ser uma área de ligação, a oferta de emprego de um núcleo e o preço dos produtos e serviços.

Às feiras analisadas chegam consumidores de seus respectivos municípios, os poucos que vêm de outros, o fazem pela proximidade geográfica ou pela fácil acessibilidade às mesmas. Frente à essa questão, a contribuição dos mesmos permitiu identificar que os fatores mencionados acima, que produzem centralidades na periferia de uma metrópole, podem ser os mesmos que explicam a preferência dos consumidores por determinadas feiras no espaço em análise ou mesmo a possibilidade de ir comprar nelas determinados produtos.

Mesmo com o avanço das pesquisas na Geografia Econômica, na Economia Regional e na economia informal urbana, ainda há carência de estudos que analisem as feiras livres no Brasil, no Nordeste e, sobretudo, na Bahia, estado onde as desigualdades sociais são evidentes em todas as cidades, estendendo-se com a mesma intensidade no campo. Frente a essa discussão, percebeu-se que inexistia um único referencial teórico utilizado para servir de base ao desenvolvimento da pesquisa. O arcabouço teórico construído pelo professor Milton Santos foi aquele que inicialmente melhor esclareceu as interrogações e dúvidas acerca do tema proposto. Ao discutir a natureza do espaço, Santos (1985, p.1) sugeriu que o mesmo

seja considerado como fator da evolução social e “como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica.” Isso significa que enquanto instância, “ele contém e é contido pelas demais instâncias”, nesse caso, a social, a econômica e a cultural-ideológica, que foram analisadas articuladas à produção do próprio espaço. Analisou-se essas três instâncias no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que qualquer fenômeno geográfico é resultado da ação simultânea da sociedade, da ideologia e da economia dos homens que o produzem. Sendo assim, as feiras livres são construções humanas que não podem ser analisadas separadamente como se fazia no positivismo; qualquer proposta coerente de pesquisa científica atual deve analisar criticamente os fatos, direcionando-a para a análise crítica dos mesmos, sem perder de vista suas singularidades.

Para Corrêa (1997, p. 49-50), os mercados periódicos são um dos modos de estruturação das redes de localidades centrais dos países pobres e podem ser caracterizados como:

aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco em cinco dias, durante o período de safra, ou de acordo com outra periodicidade (CORRÊA, 1997, p. 49-50).

Os municípios tornam-se núcleos comerciais em dias da semana estabelecidos historicamente pela população ou pelos órgãos públicos municipais. As cinco feiras analisadas acontecem aos sábados. Corrêa (1997) afirma que os mercados periódicos representam uma forma de sincronização espaço-temporal das atividades humanas. Para ele “os dias de funcionamento de cada mercado acham-se articulados aos demais” (p. 50). A organização das feiras nos municípios em questão não correspondeu ao que o autor afirma como se verá no capítulo onde se discute a produção das mesmas.

Ainda segundo Santos (1978, p. 163), “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”. O espaço em sua totalidade tem sido re/produzido para atender às necessidades do homem. Ora ele é intensamente modificado, ora menos. O fato é que, de uma forma ou de outra, o espaço é objeto de intervenção. Essa, então, tornou-se a premissa básica aceita para o início das pesquisas: o espaço, sobretudo o das feiras livres, é um espaço reproduzido pelo homem que determina a

sua inserção em um ou nos dois circuitos da economia. Essa produção espacial não se dá de forma isolada, sendo assim,

[...] o espaço não se (re) produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata (dentro de cada estabelecimento); é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente; nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade de produtos consumidos etc. (CARLOS, 1994, p. 23).

Ainda citando Santos (1978b, p.34),

[...] o progresso técnico atual muda profundamente a composição técnica do capital e reduz rápida e drasticamente a demanda de mão-de-obra, principalmente nos setores mais afetados pela modernização. Se a clássica idéia de um exército industrial de reserva não for modificada, levando em conta novas realidades, perderá o sentido quando aplicada a países subdesenvolvidos. De qualquer maneira, quem permanecer fora do mundo do emprego permanente não está perdido para a economia como um todo. Assim, a economia urbana deve ser estudada como um sistema único, mas composto de dois sub-sistemas.

Além da abordagem econômica que foi dada às feiras em estudo, pretendeu-se entendê-las enquanto fenômenos culturais, uma vez que se torna cada vez mais necessário estudar os fenômenos em sua totalidade. Cosgrove (1999, p. 105) afirma que há “culturas dominantes e subdominantes ou alternativas”. Para ele, as culturas subdominantes podem ser divididas em residuais (que sobram do passado), emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são ativas ou passivamente suprimidas), encontrando elas obviamente alguma expressão na paisagem. As feiras aqui foram entendidas enquanto paisagens residuais porque, desde sua origem, na Idade Média, continuam resistindo ao tempo e presentes na paisagem urbana na contemporaneidade. Nesse sentido, foi possível pensar a espacialidade do circuito inferior nas feiras em estudo como um conjunto de atributos da economia urbana dessas cidades, conjunto esse, diferente das características do circuito superior. A presença e expansão de estabelecimentos formais, o circuito superior, nos espaços em estudo e arredores, configura-se enquanto cultura dominante, ao passo que as atividades feirenses, o circuito inferior, são entendidas como cultura subdominante ou alternativa, uma cultura residual. O autor afirma ainda que o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder, logo, há, entre os dois circuitos econômicos, relações de poder que se manifestam, por exemplo, através de disputas entre lojas varejistas e as barracas das feiras.

Afirma ainda, que “a maioria das pessoas vive em sociedades que são divididas em classe, casta, sexo, idade ou etnicidade” (p. 103 e 104). Essas divisões geralmente refletem a divisão do trabalho. Afirma também que uma posição diferenciada na sociedade significa uma experiência e consciência diferentes, até certo ponto, uma cultura diferente. Nesse sentido é que se pensou em entender a feira não apenas enquanto fato econômico mas, também, cultural. Sendo assim, a maioria dos consumidores que as freqüentam possui experiência e consciência diferenciadas, pois, ao fazerem parte de uma classe social de baixo poder aquisitivo, construiu, ao longo do tempo, hábitos, costumes e vivências diferentes, da população que tem maior poder de compra, portanto da classe média ou alta.

A contribuição de Cosgrove possibilitou identificar diferentes experiências e consciências vividas e sentidas pelos freqüentadores das feiras. Certamente essas diferenciações se materializam no espaço da feira livre de cada dia.

Além das abordagens econômica e cultural desse fenômeno, propôs-se entendê-las a partir da forma como se apresentam, em termos de morfologia no espaço citadino. A impossibilidade de aprofundar a morfologia das feiras, processo que demandaria maior tempo para o desenvolvimento do trabalho, fez-nos descrever apenas sua configuração espacial. Sendo assim, o uso da expressão morfologia neste trabalho, equivale ao sentido de configuração espacial. Segundo Sampaio (1999, p. 331), a morfologia urbana deve ser entendida como ramo do conhecimento que aprofunda a noção de forma urbana, forma essa que apresenta uma configuração espacial e que resulta de vários processos, processos esses associados a conteúdos, sentidos, sentimentos, intenções, etc. Para ele, essa forma pode ser entendida de duas maneiras. No primeiro caso, constitui-se como exterioridade de diversos objetos e no segundo corresponde à maneira que condiciona determinada coisa a ser o que é. No caso do trabalho desenvolvido, a forma foi entendida como a aparência material do fenômeno. Não foi propósito entender a morfologia das cinco sedes municipais, uma vez que o objeto estudado não corresponde à cidade em sua totalidade. Deu-se atenção a um elemento da morfologia de duas sedes municipais, nesse caso as feiras de Itapetinga e de Maiquinique, municípios que apresentam respectivamente a maior e a menor população absoluta. A análise morfológica não se estendeu às cinco feiras porque quatro das sedes municipais são consideradas centros locais e apresentam semelhanças entre suas feiras. A feira de Itapetinga, considerada centro sub-

regional, é a que apresentou mais diferenças em relação às demais. Por conta desse quadro, escolheu-se a feira de Maiquinique para representar as feiras dos centros locais e a feira de Itapetinga foi analisada por conta dos motivos descritos acima. Vale ressaltar que a análise da estrutura interna das duas feiras centrou-se na disposição das partes que a constituem, partes essas correspondentes aos tipos de produtos comercializados.

Sampaio (p. 342) define ainda três níveis de apreensão da forma urbana. No primeiro nível a apreensão se dá por meio dos sentidos. No segundo, os mesmos também são responsáveis pela mensuração do objeto, porém faz-se necessário utilizar outros instrumentos como mapas, maquetes, dentre outros. Técnicas especializadas de base quantitativa são utilizadas para a apreensão da “estrutura” urbana no terceiro nível de apreensão. As feiras livres foram compreendidas como elementos da morfologia das cidades a partir do primeiro e do segundo níveis. A apreensão pelo primeiro nível possibilitou definir as diferentes configurações nas duas feiras. No caso da feira de Itapetinga, foi possível fazer uso do segundo nível de apreensão, pois, encontrou-se na prefeitura local plantas que possibilitaram essa análise.

Quanto à compreensão da forma urbana, Sampaio (1999, p. 342) define duas maneiras de compreender a morfologia das cidades. Sendo a feira um elemento dessa morfologia, adaptamos a concepção do autor à análise da mesma enquanto objeto “isolado” dentro do tecido urbano, que, ao nosso ver, pode ser compreendido a partir dessas duas maneiras. Segundo ele, um tipo de compreensão baseia-se na estrutura superficial e outro na estrutura profunda dessas feiras. A estrutura superficial foi estudada a partir do uso do primeiro e do segundo níveis de apreensão, nesse caso a observação direta e a análise do material cartográfico. A compreensão da estrutura profunda se deu a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo e com o preenchimento da grade de observação.

Quanto à escala de tratamento dessa configuração, Sampaio (p. 344), citando Tricart, Rossi e Monteiro, indicou que existem quatro possibilidades de analisar a forma urbana: a micro-escala, a topo-escala, a meso-escala e a macro-escala. Elas correspondem respectivamente a uma rua ou uma praça, a um bairro e nele um conjunto de ruas, a um conjunto de bairros e ao espaço de uma megalópole. No caso do trabalho desenvolvido a escala de análise corresponde à micro-escala, pois

as duas feiras analisadas do ponto de vista morfológico localizam-se em praças construídas para esse fim.

Os dois sub-sistemas chamados por Santos (1979) de “circuito superior” e “circuito inferior” foram analisados no grupo de municípios em questão. O primeiro é aquele que atende principalmente os consumidores com alto poder de compra, o segundo, os “sub-consumidores” do sistema, os que possuem baixo poder de consumo. Inicialmente, algumas questões nortearam o trabalho: Será que realmente existe um “circuito superior” nas economias em análise? Será que a quantidade de capital e de tecnologia e o nível de organização serão suficientes para afirmar que um “circuito superior” existe e/ou se expande nas feiras em questão? Quais fatores possibilitam a permanência das feiras na paisagem dos respectivos municípios? Estas e outras questões foram analisadas no presente trabalho.

## 1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mesmo sendo os documentos locais de grande relevância no desenvolvimento desse trabalho nada é comparável à importância das informações fornecidas, em campo, pelos feirantes comerciantes e consumidores na aplicação de questionários. Elas se constituíram no material, sem o qual não teria sido possível compreender as feiras a partir da teoria dos circuitos econômicos. Não foi possível aplicar questionários a todos os usuários da feira por dois motivos: primeiro, o alcance a todos os feirantes demandaria maior tempo e maior número de pessoas envolvidas no processo. Segundo, a dinâmica da feira e a rotatividade dos freqüentadores impossibilitaram trabalhar com todas os sujeitos responsáveis pelo “acontecer” do fenômeno, nesse caso, os que vendiam e, principalmente, os que compravam na feira.

A inexistência de controle, por parte dos órgãos que gestam a feira, de quantos freqüentadores a visitam cada sábado, provocou o seguinte questionamento: Quantos feirantes comerciantes e consumidores seriam, para a pesquisa de campo, representativos da população que diretamente produz a feira? Para chegar a uma amostra que refletisse essa população, criou-se os alguns procedimentos. No primeiro, preencheu-se a grade de observação, onde se teve conhecimento da quantidade de feirantes-comerciantes, com seus respectivos pontos de venda, que vendiam seus produtos. Ao final do preenchimento, soube-se

quantos vendedores comercializavam carne, produtos hortifrutíferos, confecções, cereais, produtos diversos, etc. De posse dessas informações, escolheu-se aproximadamente 30% desses comerciantes para serem entrevistados. P. ex.: Se foram identificados 20 pontos de venda de produtos hortifrutíferos, 30% de seus respectivos “donos” foram entrevistados, ou seja, 06. De posse dessas informações escolheu-se a amostra dos consumidores. Para cada comerciante submetido à entrevista, foi escolhido de dois a três feirantes-consumidores que compravam em seu estabelecimento, ou seja, para cada ponto de venda, foi escolhido 2 ou 3 compradores.

Se no primeiro sábado, foi preenchida a grade de observação, nos outros dois se deu a aplicação do questionário. No primeiro dia de entrevista o diálogo se deu com vendedores de carne, cereais e hortifrutíferos, no segundo, com os que vendiam demais produtos.

A construção e a aplicação destes procedimentos esteve atrelada à seguinte premissa: respostas semelhantes a partir de determinado número de questionários aplicados indicavam sê-las suficientes para a compreensão do fenômeno, o que levou, portanto, o pesquisador a parar de aplicá-los. Essa realidade esteve mais presente na aplicação dos últimos questionários, onde as respostas não se diferenciavam muito das obtidas nos primeiros.

A elaboração e o cumprimento desses procedimentos possibilitou a aplicação de 482 questionários aos feirantes, desses, 157 foram aplicados aos comerciantes e 325 aos consumidores das cinco feiras livres. Em média, foram aplicados 96,4 questionários em cada feira. Antes, porém, outros procedimentos foram adotados na execução do projeto, que se deu em três etapas distintas, embora alguns procedimentos tenham sido desenvolvidos concomitantemente.

A primeira etapa permitiu uma maior compreensão científica do fenômeno a partir do levantamento e utilização de fontes secundárias como livros, artigos, teses, revistas, dentre outras, o que permitiu aprofundar o conhecimento acerca das feiras livres.

A conclusão dessa etapa possibilitou a construção desse primeiro capítulo, no qual estão presentes os objetivos da pesquisa, a problematização que gerou o interesse em discutir o fenômeno proposto, os pressupostos formulados, bem como a descrição dos conceitos fundamentais e a apresentação do referencial teórico e metodológico que fundamentou o presente trabalho.

A segunda etapa da pesquisa caracterizou-se pela/pelo:

- a) Coleta de informações em arquivos públicos municipais e nas prefeituras para localizar informações sobre a origem e desenvolvimento de cada município, bem como de suas respectivas sedes municipais e as feiras nelas localizadas;
- b) Levantamento de informações junto aos moradores mais antigos dos respectivos municípios para complementar as já existentes acerca da evolução histórica dessas localidades;
- c) Busca de dados estatísticos em instituições públicas (IBGE e SEI) que descrevessem a situação sócio-econômica dos municípios.

Ao ser concluída, essa etapa assegurou a construção do segundo capítulo da dissertação, no qual a evolução histórica dos municípios foi descrita, onde se deu atenção à forma inicial de ocupação de cada localidade, bem como a menção de parte dos agentes que empreendeu esse processo. Além disso, foi possível descrever o quadro regional no qual as feiras estão inseridas, dando atenção à descrição das condições sócio-econômicas de seus habitantes, bem como à análise de indicadores que descrevessem a dinâmica e funcionamento de sua economia.

A terceira etapa caracterizou-se pela tentativa de compreensão do fenômeno a partir do objetivo dessa pesquisa, bem como a partir dos pressupostos levantados. Para isso foi necessário:

- a) Aplicar questionários junto aos responsáveis pela gestão das feiras nos respectivos municípios. As informações obtidas com esse procedimento possibilitaram entender o funcionamento da feira a partir das diretrizes definidas pelo poder municipal em cada um deles;
- b) Desenvolver entrevistas e aplicar questionários com os principais agentes diretos responsáveis pela produção das feiras, nesse caso, os consumidores e os comerciantes, para, a partir de suas vivências e impressões, entender o funcionamento das feiras;
- c) Construção e preenchimento da grade de observação referente às 5 (cinco) feiras em análise, de forma a dimensionar a densidade das mesmas em relação à quantidade de estabelecimentos presentes, bem como possibilitar a descrição de sua configuração espacial.

Esta etapa possibilitou construir o terceiro e o quarto capítulos. No terceiro capítulo, discutiu-se a produção das feiras a partir das impressões dos entrevistados analisadas à luz da teoria dos dois circuitos da economia. No quarto capítulo, deu-se

ênfase à repercussão espacial das feiras, discussão essa que permitiu construir a configuração espacial de duas feiras, a maior, nesse caso a de Itapetinga e a menor, a de Maiquinique. O quarto capítulo resultou também da tentativa de entender essas feiras enquanto manifestação do conjunto de valores de cada comunidade. Para isso, utilizou-se de impressões sobre as feiras relatadas pelos entrevistados.

A pesquisa bibliográfica esteve presente no desenvolvimento de todo o trabalho, pois subsidiou a análise de todos os dados, possibilitando explicá-los a partir de uma base teórica existente. Sem dúvida, os dados obtidos em campo foram responsáveis pela construção de quase toda a dissertação. Isso mostra a tentativa do entendimento de uma realidade a partir de dados não oficiais onde se fez uso de um referencial teórico construído por alguns pensadores do espaço geográfico.

É importante destacar que em se tratando de atividades não-oficiais um problema que surge no desenvolvimento de qualquer trabalho nesses moldes é a ausência de dados estatísticos sobre elas. As leituras e as interpretações aqui produzidas resultaram, sobretudo, como já mencionado, desses dados, que foram coletados junto aos feirantes, aqui entendidos como os que vendem e os que compram nas feiras. Os dados estatísticos oficiais não foram utilizados como material de suporte para a interpretação e análise, porque, geralmente, não levam em consideração as atividades econômicas informais, tão presentes na paisagem urbana do mundo subdesenvolvido.

## 2 PASSADO E PRESENTE NO ESPAÇO SUB-REGIONAL

A possibilidade de trabalhar a evolução histórica dos municípios pesquisados sem fragmentá-la seria possível. Entretanto, se a abordagem histórica fosse assim construída, perder-se-ia, no processo, as peculiaridades municipais. Por conta disso, optou-se em descrever a origem de cada município separadamente.

A periodização é um recurso possível e às vezes indispensável no trato com a evolução dos fenômenos de qualquer comunidade ou povo. Compreende-se a relevância da análise histórica para entender o funcionamento das relações econômicas dentro de cada município e estabelecidas entre si e nesse contexto inseridas as feiras livres que têm suas origens ligadas à origem das próprias sedes municipais. No entanto, não se fez uso dessa metodologia, pois o objetivo central desse trabalho não foi perceber a evolução das sedes municipais ao longo do tempo, bem como das feiras livres em períodos pré-estabelecidos. A análise centra-se na compreensão da produção dessas feiras na contemporaneidade.

Antes da chegada dos portugueses o território brasileiro já era palco de uma organização espacial construída pelos indígenas que provavelmente há 11.000 anos atrás já habitavam aqui.

Os primeiros habitantes dessas terras possuíam aspectos culturais relativamente semelhantes e constituíam a grande “nação” Tupi-Guarani que era dividida em dois grandes grupos: os Tupi, que dominavam o litoral desde o sul do estado de São Paulo, estendendo-se até o litoral norte brasileiro e os índios Guaranis, que habitavam a bacia dos rios Paraná-Paraguai e o restante do litoral brasileiro. Esses dois grandes grupos indígenas eram divididos em vários grupos menores formados por conjuntos de aldeias. Essas possuíam uma população de quinhentos até dois ou três mil índios. Sendo assim, pode-se afirmar que a área correspondente à atual região Sudoeste da Bahia era ocupada pela grande nação Tupi, formada por diferentes tribos indígenas, dentre essas destacando-se os Tapajós-Camacãs, que habitavam as terras hoje pertencentes aos municípios de Ibicuí, Poções e seus arredores.

Os Maracás e os Cotoxós habitavam as áreas correspondentes aos municípios de Barra da Estiva e de Jequié, respectivamente. Os Mongoyós e os Emborés habitavam as áreas que hoje pertencem aos municípios de Vitória da Conquista e Boa Nova. Os Pataxós viviam na área hoje correspondente aos

municípios de Potiraguá e Belmonte. Nos municípios onde o trabalho se realizou habitavam os indígenas da citada tribo dos Mongoyós.

Ao longo dos 505 anos passados, desde o “descobrimento” até os dias atuais, os índios que habitavam a área estudada foram dizimados pelo homem branco. Os que resistiram representam a luta pela sobrevivência e estão concentrados em municípios das regiões do Litoral Sul e do Extremo Sul do Estado. Os Pataxós Hã Hã Hã habitam terras dos municípios de Pau Brasil, Camacã e Itajú do Colônia e os Tupinambás de Olivença, em terras do município de Ilhéus. Outro grupo, denominado de apenas Pataxó, sobrevive em terras dos municípios de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália. Essas tribos continuam enfrentado dificuldades para a demarcação oficial de suas terras. Conflitos entre os Hã Hã Hã e os fazendeiros locais têm sido constantes. A tribo Pataxó, do extremo sul baiano, vem enfrentando dificuldades no reconhecimento de suas propriedades em torno do Monte Pascoal e os Tupinambás de Olivença, embora tenham sua identidade reconhecida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), não possui terras próprias.

Sendo assim, os índios que habitavam a área estudada foram expulsos de

Figura 2



suas terras a partir da chegada dos portugueses. Esse processo foi intensificado pela ocupação de terras por fazendeiros que, a partir do início do século passado, iniciaram o desenvolvimento da pecuária. A ação do homem civilizado esteve sempre assegurada pelo uso de armas e por práticas agressivas de exploração aos recursos naturais. Os que resistiram foram empurrados para as localidades situadas nos municípios citados e continuam lutando para sobreviver e para preservar sua cultura.

Segundo Andrade (1982, p.59), somente após a ocupação de alguns locais da costa deu-se o início da abertura para o interior da Bahia. Sendo assim, pode-se

Fonte: Atlas Histórico Escolar. Rio de Janeiro, FAE.

afirmar que o início da ocupação da área estudada ocorreu no final do século XIX. A primeira expedição deu-se em 1533 e visava conhecer o interior do Brasil, elegendo-se o extremo sul baiano para a execução da viagem. Sob comando de Francisco Espinosa, a expedição saiu da Capitania de Porto Seguro, subiu o rio Jequitinhonha, alcançando o rio Verde, descendo em direção ao rio São Francisco, regressando pelo vale do rio Pardo, cuja bacia hidrográfica drena os municípios estudados. Embora o conhecimento da região drenada pelo rio Pardo tenha se dado em meados do século XVI, a região onde inserem-se os municípios estudados ficou nos primeiros séculos inexplorada por conta da dificuldade de acesso via planalto conquistense e da pouca expressividade econômica da Capitania de Ilhéus (figura 2) que administrava as terras atualmente pertencentes aos municípios estudados (ANDRADE, 1982, p.63).

Ao longo do tempo, vários fatores determinaram a origem das cidades brasileiras. Dentre esses, pode-se citar a proximidade dos cursos d'água e do litoral, a existência de um relevo aplainado, facilidade de acesso, dentre outros. No caso das sedes municipais estudadas, um fator importante para o surgimento de algumas cidades como Maiquinique e Macarani foi a existência de pousadas que abrigavam tropeiros e/ou pontos de descanso das boiadas que do sertão viajavam em direção aos centros povoados – Salvador e áreas de extração de minério.

## 2.1 OS TEMPOS “IDOS” DO ESPAÇO EM QUESTÃO

### a) MAIQUINIQUE

O município tem sua origem nos idos anos de 1930. O fator inicial para sua origem está na existência de uma estrada que dava acesso ao Estado de Minas Gerais e que passava no local onde hoje se encontra a cidade de Maiquinique. Um trecho desse eixo de comunicação estava à margem direita do rio cujo nome é também Maiquinique e no local havia uma casa e uma espécie de barracão onde os viajantes e os tropeiros dormiam para no dia seguinte continuar a viagem. Essas construções pertenciam ao Sr. Permínio Melo Flores. Os que ali dormiam eram, em sua maioria, boiadeiros, vendedores e compradores. Além da casa, havia um local de venda de variados produtos que abasteciam os diversos transeuntes, inclusive

uma farmácia. Permínio Melo Flores teria vendido a sua propriedade ao Sr. Aleixo Pereira Passos que doou quatro alqueires a Francisco Martins de Almeida, idealizador da construção de um povoado. Francisco deu início ao seu projeto, convidando aqueles que residiam nas proximidades a fazerem um mutirão com o propósito de roçar o local. Alguns homens de importância na região participaram do empreendimento. Dentre eles estavam Manoel Vitalino e Massú Gato.

As primeiras casas foram então construídas a oeste da residência do Sr. Permínio Melo Flores. Como na época não havia cimento e tijolos, elas foram levantadas com paredes de enchimento. Para construí-las fincavam-se no solo varas e troncos de madeira e a eles eram trançados cipós que davam firmeza à construção. Em seguida, amassava-se barro e o mesmo era lançado na parte interna e externa das casas. Ao longo do tempo, a argila secava formando rachaduras nas paredes, contudo, a casa não perdia sua consistência e segurança. Além de construções de enchimento, fez-se também residências de adobe sendo ambas cobertas por palhas. Ainda hoje é possível encontrar na sede municipal e na zona rural casas construídas nesses moldes. Elas são feitas principalmente por pessoas de baixa renda.

A primeira rua da cidade era conhecida como a Rua do Sangra Galo. Recebeu essa toponímia porque, numa de suas festas noturnas, nos idos anos de 1930, entre uma briga e outra, um homem por pseudônimo de Galo, um dos mais valentes da localidade, foi esfaqueado, no linguajar popular da época, “sangrado”. Daí o antigo nome da rua ser Sangra Galo, que atualmente recebe o nome de Tertulino Silveira Filho. A poucos metros dessa rua foi construído um barracão que nos dias e anos futuros abrigaria a feira da localidade. Hoje, no antigo local, está a praça de maior valor histórico para a cidade, que recebe o nome do ex-governador da Bahia, Lomanto Júnior.

Ao longo dos anos a quantidade de casas e ruas e a população aumentavam no distrito. Alguns moradores e principalmente os poucos políticos locais desejavam a emancipação política do distrito em relação ao município de Macarani. A população teve seu desejo atendido quando o então governador Juracy Magalhães, aos 16 dias do mês de julho do ano de 1961, aprovou o decreto-lei que criava o município de Maiquinique.

Maiquinique apresenta a menor população dos municípios em estudo. É também aquele que possui menor dinamismo econômico e social, embora a cada

ano sua população urbana aumente consideravelmente. Em menos de 15 anos houve um aumento de quase 40% do espaço construído na sede municipal em consequência do intenso êxodo rural ocorrido nos últimos anos. Esse aumento está ligado à diminuição das oportunidades de trabalho no campo e outras questões que serão discutidas no capítulo 3.

## b) MACARANI

A história oficial do município de Macarani inicia-se a partir do ano de 1919 com a chegada no local dos senhores Joviniano Neres de Carvalho e Antônio Caíres Pinheiro que adquiriram uma propriedade ao Sr. Manuel Henrique Soares, conhecida como Fazenda União. Ali iniciaram a construção da pequena vila denominada de São Pedro de Macarani. Afirma-se que no momento da compra existia apenas uma casa no local. A presença de uma estrada que permitia a comunicação entre Verruga (atual Itambé) e Encruzilhada indo até o Estado de Minas Gerais e as agradáveis condições climáticas permitiram que, em pouco tempo, o número de casas aumentasse, chegando a quase 80 no ano de 1926. Nesse momento já existiam no local quatro lojas de fazendas e outras de secos e molhados. Além dos novos proprietários da antiga Fazenda União, outros senhores de fato levaram à frente o propósito de ali construir um povoado. Dentre esses pode-se citar José Correia de Oliveira Melo, Estanislau Clemente de Souza, Damázio Ferreira da Silva, Joaquim Liris, José Ferreira e outros.

Sabe-se que, antes da ocupação desse espaço pelo homem branco, os índios ali viviam, construindo também sua história. Segundo informações de um trabalho conclusivo em uma disciplina do programa UNEB 2000, ainda em desenvolvimento no município, as tribos indígenas que ali habitavam eram os Aimorés ou Botocudos, assim denominados por introduzirem no lábio inferior rodela de madeira. Dentro dessa tribo existiam os índios Caranys.

Segundo relatos de pessoas mais antigas do local, a população branca que primeiro ocupou o espaço,

[...] vivia da puáia, umas raizinhas pretas; arrancava aquela puáia a família toda, o chefe da casa levava a família toda, só ficava a esposa para cuidar da casa. Aí trazia aquela puáia, trazia e botava pra secar, aí vendia, chegava os compradores e comprava. Chegavam os compradores da semente de umburana, vendia pra eles fazerem medicamentos. Da quina tirava a casca. Os medicamentos eram nativos, quando as pessoas

construíam suas casas, já plantavam no quintal erva cidreira, hortelã, buti, puáia, quina; tirava a casca da quina e tomava para curar o impaludismo.<sup>11</sup>

Esse relato demonstra a importância da natureza para as populações que habitavam o núcleo inicial da cidade de Macarani. Poucos produtos eram manufaturados. A maior parte do que se consumia era obtida diretamente na relação com o espaço natural utilizando-se os produtos coletados como equivalentes de mercadorias não encontradas no local.

De 1919 até os dias de hoje, Macarani demonstrou significativa liderança político-administrativa no contexto sub-regional. Foi elevada à condição de vila pertencente ao então município de Encruzilhada pela Lei Estadual nº 1483, de 17 de junho de 1921, que se emancipou de Conquista, atualmente Vitória da Conquista. O município de Encruzilhada, naquele momento, possuía quatro distritos, o sede, que recebia o mesmo nome, o de Campinas, o de Macarani e o de Ribeirão do Largo. O decreto-lei estadual de nº 141, de 31 de dezembro de 1943, transferiu a sede do município de Encruzilhada para o distrito de Macarani<sup>12</sup>. Nesse momento, o distrito de Macarani foi elevado à condição de cidade e o município passou a receber o mesmo nome. Encruzilhada, por sua vez, deixa de ser distrito-sede, ficando na mesma posição que Ribeirão do Largo e Campinas. Essa transferência aconteceu porque o distrito de Macarani possuía maior quantidade de equipamentos e arrecadava mais impostos que a sede, nesse caso, Encruzilhada. No ano de 1952, ele perde parte de suas terras para aquele que havia sido por algum tempo o município do qual fizera parte. Por força da lei estadual nº 551, de 12 de dezembro do mesmo ano, recria-se o município de Encruzilhada.

Do grupo dos municípios analisados, Macarani possui algumas características bastante diferenciadas dos outros quatro municípios. Num período superior a duas décadas foi distrito-sede dos atuais municípios de Maiquinique e Itarantim. Foi o primeiro no contexto sub-regional estudado a se tornar distrito-sede no momento em

---

<sup>11</sup> FIGUERÊDO, Albelina Maria Santos. Memória e História de Macarani. Espaço e Tempo. Trabalho conclusivo da disciplina Ensino de História II do curso de Pedagogia do programa UNEB 2000 no município de mesmo nome. Macarani – Bahia, 2002.

<sup>12</sup> Desde o ano de 1926, os moradores de São Pedro de Macarani ostentavam o desejo de o tornar sede do município. Em documentos coletados na prefeitura a população descreve o arraial, informando que ele já possuía condições de se emancipar, pois, naquele momento, já havia na localidade uma escola privada com frequência diária de 20 alunos, a sede de uma sub-delegacia de polícia e dos serviços da Delegacia de Terras e Minas do 14º Distrito do Estado da Bahia, além de se situar na área central do município com estradas que o ligavam às vilas mais próximas.

que Encruzilhada perdeu essa mesma posição para ele, sendo, ainda, o único município onde o feirante não paga taxa ou imposto para comercializar na feira livre.

### c) ITARANTIM

A constituição do núcleo inicial da cidade de Itarantim deu-se por meio da chegada na região de viajantes que decidiram residir no local e se dedicarem à atividade agropecuária. Dentre esses está o Sr. Manuel Rodrigues. Foi ele quem vendeu parte de suas terras ao Sr. Antônio Guedes. Este doou e vendeu pequena parte de sua propriedade para construir um arraial. A idéia de construí-lo surgiu após conversas com o Sr. Juvenal Farias da Silva. Para tal empreitada, chamaram alguns moradores que residiam nas proximidades, dentre esses cita-se Alcebíades Marinho Correa e Néo Rodrigues. Aos 15 dias do mês de junho de 1946, desmataram o terreno para a construção das primeiras casas. O Sr. Antônio Guedes organizou no espaço uma feira que teria atraído pessoas dos arredores. A feira foi um fator de atração para o surgimento da localidade. Além de seu espírito empreendedor, como elucidado em suas ações, Antônio Guedes teve tempo para construir ali a primeira escola e ministrar aulas para os filhos dos primeiros moradores. Esse local mais tarde ficaria conhecido como a Praça Antônio Guedes, a mais importante da cidade por muitos anos. Naquele momento, nomearam a localidade de arraial Nova Esperança, que popularmente foi denominado de Acabajá, nome dado principalmente pelos moradores do distrito de Potiraguá.

Nova Esperança foi elevada à posição de distrito, ficando, assim, sob jurisdição do município de Encruzilhada, do qual Macarani também o era. Quando esse se emancipou, Nova Esperança passou a ser distrito do mesmo. Vale ressaltar que o nome Nova Esperança foi substituído por Diadema de Pedra, nome em homenagem a uma grande pedra que margeia a sede municipal no sentido oeste da mesma, conhecida como Pedra de Três Pontas.

Em 21 de março de 1961, o distrito de Itarantim emancipou-se do município de Macarani, tendo o Sr. Paulo Martins de Almeida como o primeiro prefeito, que veio a tomar posse dois anos depois, em 07 de abril de 1963.

#### d) ITORORÓ

A origem do município está ligada ao desbravamento em direção ao interior do Estado e à tentativa, via iniciativa particular, em povoar o interior do país. Os primeiros a ocuparem o espaço, que hoje corresponde ao município de Itororó, vieram de Sergipe e chegaram antes em Itabuna e arredores onde, nas primeiras décadas do século XX, desenvolveram a cultura cacaueteira. Por interesses econômicos e de ordem particular invadiram novas terras, passando a desenvolver nelas a pecuária extensiva. O Cel. João Borges da Rocha Neto foi um dos primeiros a sair em busca dessas terras. Desejava ele dedicar-se ao criatório de gado ao invés de investir no plantio de cacau. Para essa empreitada chamou o jovem João Alves de Andrade, conhecido como João Alves Cachaça, com quem dividiu a missão de encontrar e ocupar novas terras que pudessem ser usadas para o desenvolvimento da pecuária. Dirigiu-se então a oeste de Itabuna no sentido do Planalto Conquistense, que naquele momento histórico já era vista como local de prosperidade e enriquecimento. No ano de 1922, algumas propriedades já haviam sido ocupadas por esses desbravadores e construções já haviam sido feitas em alguns locais. Nesse ano, uma das propriedades recebeu o nome de Cabana da Ponte, que futuramente determinaria o surgimento do Arraial de Colônia, que recebeu em 1928 o nome de Itapuy e que mais tarde viria a ser Itororó. Segundo relatos de moradores atuais, os dois homens, ao chegarem na localidade, encontraram cerca de oito posseiros, que continuaram nessa mesma relação com a terra, possuindo pequenas extensões, porém, as maiores propriedades ficaram sob domínio dos homens já citados.

Sendo assim, com a expulsão dos índios e a chegada dos homens “civilizados”, o espaço que corresponde ao município de Itororó começou a sofrer as primeiras transformações, que atenderam, principalmente, aos interesses dos novos posseiros, que mais tarde tornaram-se proprietários e imprimiram as mudanças de maior impacto no espaço.

De Itabuna até o referido local encontrava-se a Mata Atlântica fechada e os lameiros resultado da grande quantidade de chuva que sobre essa região precipitava, que certamente dificultou o tráfego dos que primeiramente lá chegaram, bem como dos comerciantes, viajantes e tropeiros. Deve-se ressaltar aqui o papel importante dos tocadores de bois e animais, os tropeiros que, bravamente,

contribuíram para a construção de caminhos que deram origem a muitas vilas e cidades no interior do Nordeste e do Brasil. Em 1927, já com o nome de Cabana da Ponte, a propriedade, que nos meses iniciais de sua compra possuía aproximadamente quinhentos mil hectares, nesse ano chegou a ter quatro mil.

Após a construção da sede da fazenda Cabana da Ponte, casas esparsas começaram a ser construídas, adicionando-se às já existentes. As famílias que ali habitavam sentiam dificuldades para irem às aglomerações urbanas de Palestina, Itatinga e de Itambé para efetuarem compras, pois a localidade não era auto-sustentável. Por conta disto e pensando na possibilidade de atração de pessoas para residirem no local, foi que João Alves de Andrade planejou a primeira feira registrada, acontecida na cidade de Itororó. Com o apoio do proprietário da fazenda, João Borges, o dia de 26 de abril de 1928 amanheceu com ares de compra e venda, um movimento diferente surgia, era a feira que dava os seus primeiros passos.

Barraquinhas espalhavam-se ao longo da pequena praça, onde se vendia mingau, rapaduras, milho assado, requeijão, carne fresca, e se expunham alguns condimentos; e ao chão, sobre lonas e esteiras protetoras, negociavam-se farinha de mandioca, feijão em sacas, galinhas, porcos, fumo de corda e tantas outras bugingangas (Neto, 2002, p. 11)<sup>13</sup>.

Afirma-se que, no mesmo local onde acontecia a feira, construiu-se um mastro linheiro de cedro onde se fincou a imagem de São Jorge, uma espécie de agradecimento ao santo lunar em virtude do sucesso da feira. Nesse mesmo ano, também em virtude do crescimento da feira, mudaram o nome do Arraial do Colônia para o de Itapuy. Em 1930, no mesmo largo, construiu-se a primeira casa comercial, empreendimento esse também encabeçado pelo idealizador da feira, João Alves de Andrade, sempre apoiado pelo fazendeiro João Borges. Em 1931, foi celebrada a primeira missa em território itapuiense, ocasião em que Santo Antônio passou a ser o padroeiro da localidade e não São Jorge como fora definido. Até hoje não se sabe por que Santo Antônio passou a ser o padroeiro da cidade, e não São Jorge. A primeira escola do arraial foi criada no ano de 1934, onde a professora Maria Odete de Andrade lecionou a primeira aula.

No ano de 1938, pelo decreto nº 11.089, o povoado foi elevado à categoria de vila, jurisdicionada pelo município de Ibicaraí. Denominada outrora pelo nome de Itapuy, a vila continuou com esse nome até o ano de 1943, quando passou a ser

---

<sup>13</sup> Este parágrafo foi retirado de um texto produzido por iniciativa particular, que circula nas instituições de ensino da cidade.

chamada pelo nome atual: Itororó. O projeto de Lei nº 962/57, criado pelo Deputado Antônio Fernandes, propusera a emancipação política do povoado de Itororó em relação a Ibicaraí, que se efetivou com a Lei nº 1.045, de 22 de agosto de 1958, publicada no Diário Oficial do dia seguinte. No momento de sua emancipação política Itororó só contava com o distrito sede. Rio do Meio e Itatí tornaram-se áreas distritais no ano de 1979.

Pode-se afirmar que a cidade de Itororó é resultado do ideário dos donos da Fazenda Cabana da Ponte. A madeira utilizada para construir as primeiras casas da aglomeração foi retirada das terras dessa propriedade. Além disso, vários loteamentos utilizados para a construção de prédios públicos ou de interesse da comunidade local foram cedidos pelos proprietários dessa fazenda.

#### e) ITAPETINGA

Itapetinga surgiu a partir de interesses externos. Sua origem remonta por volta do ano de 1912, quando o espaço em que está situada e seus arredores foram ocupados para o desenvolvimento da pecuária. A ocupação desse espaço certamente não foi fácil, alguns obstáculos como a vegetação densa e a resistência indígena dificultaram esse processo. Os agentes envolvidos com o processo de desbravamento da área foram os caçadores, os jagunços, os viajantes e os fazendeiros. Bernardino Francisco de Souza foi o primeiro posseiro que em 1912 apropriou-se de algumas hectares, onde hoje se encontra a cidade de Itapetinga, para depois utilizar o espaço de acordo com seus interesses e suas necessidades.

No decorrer do tempo outros homens foram chegando e cravando caminhos e clareiras no meio da mata densa. Dentre esses, se encontra Augusto de Carvalho, que indubitavelmente teve enorme importância na formação da cidade. Em 1923, ele escolheu aproximadamente 10 hectares dentro da mata virgem para construir as primeiras casas, dando origem a uma das cidades de maior crescimento econômico no sudoeste baiano.

A origem de Itapetinga está relacionada, sem dúvida, à necessidade do homem de dedicar alguns locais para a troca de mercadorias. Oliveira (2003, p. 55) indica, em seu trabalho de conclusão de mestrado, qual a função maior dessas primeiras casas construídas. Para ela, o núcleo urbano inicial, constituído a partir de setembro de 1924, com a construção de cinco casas de taipa no terreno escolhido

por Augusto de Carvalho, tinha o objetivo de concentrar o abastecimento necessário à população, que começava o desbravamento da região. O núcleo passou a ser chamado de “Comercinho de Augusto”.

A grande quantidade de pedras brancas existentes no local serviu de inspiração para que o aglomerado de casas passasse a se chamar de Itatinga, que na língua tupi-guarani significa **Ita** – pedra e **tinga** – branca. A cada ano que passava, novas casas eram acrescentadas ao lugarejo, o que permitiu que, pelo Decreto Estadual nº 8.499, de junho de 1933, se tornasse sede do distrito de Itatinga, jurisdicionado pelo município de Vitória da Conquista.

Em meados da década de 1930, já contava com aproximadamente mil pessoas e possuía cerca de 40 casas. Nesse momento, o distrito mantinha poucas relações com centros mais desenvolvidos. Itambé era o mais próximo, Vitória da Conquista já apresentava certo desenvolvimento. Cidades como Maiquinique, Macarani, Itororó e Itarantim nem chegavam à condição de distritos. Dificilmente naquele momento havia dependência ou relações estabelecidas entre essas localidades. As que existiam serviam apenas como ponto de apoio a viajantes. Itatinga ao longo do tempo passou a ser local de entroncamento para os que do sertão destinavam-se ao litoral.

Aqueles que ali chegavam, motivados pelo desejo de construir uma nova vida na região da “mata<sup>14</sup>”, precisavam desmatar o terreno, no qual desenvolveriam uma agricultura de subsistência. Os mais “endinheirados” compravam terrenos maiores onde implantavam grandes fazendas que eram usadas principalmente para a pecuária.

Os proprietários rurais, grandes ou pequenos, constituem-se nos agentes que deram o “pontapé inicial” na construção de Itapetinga. A designação, ainda utilizada, referindo-se a ela como a capital da pecuária reforça a idéia de que não se pode falar da história desta cidade sem discutir o papel do pecuarista na construção e organização do seu espaço.

Ainda na década de 1930, chegavam ao distrito outros homens também com o propósito de adquirirem grandes extensões de terra a serem utilizadas também no desenvolvimento da pecuária extensiva. Dentre esses, o Sr. Juvino Oliveira, que viria

---

<sup>14</sup> Essa expressão era bastante utilizada pela população sertaneja, referindo-se às áreas correspondentes hoje à parte das regiões Sudoeste e Extremo Sul do Estado, por apresentarem

a ser nas três décadas seguintes um grande idealizador e concretizador, contribuindo para tornar Itatinga num dos principais pólos de gestão da pecuária extensiva e semi-intensiva do Estado, da Região Nordeste e do Brasil. Ao chegar, comprou do já mencionado Augusto de Carvalho, 25 alqueires de terra, iniciando, assim, sua liderança em relação à classe produtora de gado na localidade e arredores.

A sede do distrito de Itatinga elevou-se à categoria de vila no ano de 1938 pelo Decreto Estadual de nº 10.724, de 30 de março desse mesmo ano. Ainda nessa mesma data, pelo Decreto Estadual nº 11.089, Itatinga desmembrou-se do município de Vitória da Conquista e foi anexado ao de Itambé.

No ano de 1943, o Decreto-Lei Estadual de nº 141, de 31 de dezembro, modificado pelo Decreto Estadual nº 12.978, de 1º de junho de 1944, mudou o nome de Vila de Itatinga para Itapetinga. Isso aconteceu porque havia uma vila com o mesmo nome no Estado de São Paulo. Em casos dessa ordem, em havendo duas vilas com a mesma denominação, por determinação do Governo Federal, prevaleceria com o nome a que há mais tempo havia sido organizada, nesse caso, a vila paulista. A Itatinga baiana passara a ser então denominada de Itapetinga.

No final da década de 1940, a vila de Itapetinga já apresentava maior desenvolvimento econômico que a sede do município. Esse quadro levou algumas lideranças locais a questionar a permanência dessa situação uma vez que a vila em muitos aspectos encontrava-se em posição de destaque em relação à cidade de Itambé.

Sendo assim, na tentativa de reverter esse quadro, no ano de 1951, Juvino Oliveira encaminhou ao deputado Adelmário Pinheiro, representante da população local na Assembléia Legislativa, um abaixo-assinado requerendo a emancipação política da vila.

Em anexo ao manifesto escrito fez-se menção de parte dos equipamentos que a vila possui e também a descrição de sua situação, o que, segundo ele, assegurava-lhe a condição de independência. Dentre as características citadas destacam-se:

[...] a quantificação do rebanho bovino como superior a 100.000 cabeças de gado; o “franco” desenvolvimento da atividade industrial contando com três fábricas de laticínios, uma usina de beneficiamento de arroz e milho, quinze

---

maiores índices pluviométricos. A população “expulsa” via nessa região a possibilidade de crescimento sócio-econômico.

olarias exportando telhas e tijolos para o sul e Salvador, grande número de mercearias, carpinteiros, selarias, saboarias, curtumes, serrarias, fábricas de calçados e 15 alfaiatarias; a emergente indústria extrativista de madeira; a presença de mais de 50 estabelecimentos comerciais, de dois prédios escolares e algumas escolas particulares; a existência de 42 hotéis e pensões, dois serviços de autofalante, 1.517 casas pagando décimas e cerca de 500 em construção e, por último, as possibilidades de intercâmbio interestadual, devido ao intenso comércio estabelecido com o norte de Minas Gerais: pela via pedestre com as localidades de Divisa do Salto, Jacinto, Jordânia e Almenara, negociando cerca de 100 lotes de 12 animais por mês e pelo tráfego de caminhões através da estrada Rio-Bahia (atual-116) (OLIVEIRA, 2003, p. 66).

Mesmo com os avanços descritos acima, a vila de Itapetinga não possuía boas condições de higiene e saúde pública, o que demonstrava que o governo do município dispensava pouca atenção à vila.

Como resultado dos documentos enviados à Assembléia Legislativa e da manifestação da comunidade local junto às autoridades estaduais foi criado o município de Itapetinga pela lei Estadual nº 508, de 12 de dezembro de 1952, desmembrando-o do município de Itambé, elegendo a vila de Itapetinga como cidade-sede do município então criado, que passou a vigorar somente a partir de sete de abril de 1955, com a posse de Juvino Oliveira como seu primeiro prefeito. O município de Itapetinga passou a possuir dois distritos, o sede e o de Bandeira do Colônia, de acordo com a lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953.

A construção da rodovia ligando Vitória da Conquista a Itabuna, passando pela vila de Itatinga, com conclusão no ano de 1941, foi um grande marco, possibilitando o surgimento de uma espécie de entreposto comercial entre localidades próximas como Maiquinique, Potiraguá, Itarantim, dentre outras, e até mesmo com o norte de Minas Gerais. Entre os anos de 1961 e 1963, essa rodovia foi asfaltada diminuindo as “distâncias” entre essas localidades e estreitando e aumentando as diversas relações entre elas.

Na década de 1970, iniciou-se a obra de aterramento de parte da planície de inundação às margens do Rio Catolé, onde mais tarde seria construída a central de abastecimento em substituição ao antigo mercado.

Itapetinga, desde sua emancipação até os dias atuais, vem reforçando seu papel como centro sub-regional. O título de bacia leiteira do Estado não lhe cabe mais, por conta da crise que a atividade de pecuária vem passando desde a década de 1960. Embora essa atividade não possua a mesma importância, Itapetinga

constituiu-se como centralidade em relação aos municípios vizinhos em vários setores como na saúde, na educação e no comércio formal.

O principal objetivo que levou o homem branco a se apropriar do espaço sub-regional em questão foi a necessidade de desenvolver a atividade agropecuária, dando maior atenção à pecuária. No intuito de tornar o espaço apropriável para a criação de gado, intensificou-se, durante toda a expansão, a atividade extrativista madeireira. Nesse processo, os primeiros habitantes desse espaço foram dizimados ou aculturados e com eles a maioria de seus hábitos e de seus costumes. O que resta em muitos dos habitantes locais é a característica racial desses que foram os primeiros habitantes do espaço em estudo como também do país.

Os principais agentes modificadores do espaço foram os fazendeiros, os caçadores, os jagunços, os viajantes, dentre outros. Outros que tiveram grande importância foram os sertanejos, que fugindo da seca do sertão baiano e de outros estados da Região Nordeste, vieram, no espaço estudado, a possibilidade de ascensão econômica e social por apresentar condições climáticas mais favoráveis no trato com a terra. Para Hasegawa (1992 *apud* OLIVEIRA, 2003, p.53), o início dessa migração teria se dado na década de 80 do século XIX, quando o sertão foi acometido por uma grande seca.

A designação dada a Itapetinga de “Capital da Pecuária” do norte e do nordeste brasileiro e todo o investimento feito para o crescimento econômico do município, via atividade pecuária, resultou na introdução dessa atividade nos municípios vizinhos que vieram, no desenvolvimento da mesma, a possibilidade de obter os mesmos resultados. A crise que atingiu a atividade nesse município se estendeu por todos do entorno. Segundo Oliveira (2003, p. 76-78) alguns fatores determinaram a crise na pecuária no município de Itapetinga, logo, nos municípios vizinhos. Dentre esses, pode-se citar a manutenção dos métodos de criação utilizados desde o momento da ocupação regional, a permanência da concentração fundiária associada ao empobrecimento de muitos pecuaristas e as mudanças climáticas ocasionadas pela derrubada da mata ao longo da ocupação, bem como por outros fatores.

Vale ressaltar que a inexistência de bibliografia acerca da história dos municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim e Itororó dificultou o aprofundamento, nesse trabalho, da historicidade desses municípios. As informações aqui descritas resultam, dentre outras fontes, do contato estabelecido

com os moradores mais antigos de cada localidade, que, via história oral, contribuíram para a descrição de uma breve história local. No caso de Itapetinga, a existência de jornais, de impressos encontrados em bibliotecas do município e de dissertações que relatam a história da cidade, possibilitou elencar maior número de informações sobre a história dessa cidade.

Optamos por valorizar essas informações dentro da dissertação para que elas sirvam como incentivo à construção de futuros trabalhos, trabalhos esses que possam dar conta de uma história detalhada dessas localidades.

Mesmo sendo a história dessas localidades uma construção da coletividade, ela foi contada como sendo uma ação de grandes homens, de grandes líderes, que teriam mudado os rumos das pessoas e das próprias localidades. É inegável a importância desses homens, porém, cada grupo social, cada indivíduo é co-participante da construção dessa história. No caso dos municípios em questão, suas populações tendem a mencionar o nome dos primeiros desbravadores como os heróis que pensaram e planejaram a construção de vilas, que mais tarde tornaram cidades. É importante ressaltar que esses primeiros homens se apropriaram de terras devolutas, tornando-se mais tarde seus proprietários e as fizeram instrumento de poder e de reprodução do capital. Portanto, suas decisões e suas “benevolências” respondiam a esse propósito. As ruas e as praças de cada uma dessas cidades receberam os nomes desses desbravadores, porém, toda materialidade do espaço urbano representa o suor e o trabalho de milhares de homens que participaram ativamente da construção desses municípios ao longo de décadas.

Nesse contexto, estiveram presentes as feiras livres que, nos municípios estudados, historicamente tiveram importância para o abastecimento dessas comunidades, e constituíram, ao longo dos anos, elementos de grande valor na paisagem urbana. Ressaltamos aqui, a relevância da construção de uma historicidade dessas feiras, porém, a indisponibilidade de informações, e principalmente de tempo, impossibilitaram analisá-las a partir dessa abordagem. Essa lacuna não invalida a importância desse trabalho que teve como principal objetivo compreendê-las na contemporaneidade. Elas, contudo, acontecem num contexto sub-regional que apresenta características próprias a serem abordadas a seguir.

## 2.2 O ESPAÇO SUB-REGIONAL ATUAL

A mais recente atividade industrial, de grande porte, implantada na região, está ligada à produção de calçados: a Azaléia do Nordeste S/A. Itapetinga, na condição de centro sub-regional, concentra atividades, nesse caso referentes à produção de calçados com maior número de empregados e maior produção que os municípios circundantes, que também receberam postos de produção calçadista.

No caso das principais atividades econômicas desenvolvidas no contexto sub-regional, desde as origens municipais até o presente momento, bem como a ação dos agentes detentores do capital e do poder, vê-se que todo o empreendimento esteve a serviço da reprodução do capital e da mais valia. Em nenhuma das atividades existiu ou existe um projeto participativo propondo ações para que o desenvolvimento social acompanhe o desenvolvimento econômico.

Os interesses de políticos locais no processo de emancipação dos municípios estudados confundiam-se com os dos fazendeiros, que viam no processo de criação dos mesmos a possibilidade de acumularem mais terras, logo, mais poder. Acredita-se que poucas vezes o processo de emancipação política de cada município, no contexto regional, foi liderado pela população de baixa renda. Ainda hoje, no espaço estudado, a posse ou não de terras rurais é usada como medida para classificar os cidadãos em ricos ou pobres. Nesse contexto foram construídas as condições que possibilitam diferenciar a área em estudo de outras regiões no Estado e no país.

Segundo Leite (1994, págs. 49 e 50), a região é um quadro arbitrário, definido com propósitos políticos, econômicos e administrativos. A região pode ainda ser definida como a organização do espaço decorrente da divisão social do trabalho.

Segundo Gilbert (1988 *apud* BEZZI, 1996, pp. 238 e 239), existem três formas de conceber o conceito de região. A primeira é aquela que a descreve como “resposta local aos processos capitalistas”, sendo definida como resultado da articulação concreta das relações de produção num determinado local e num determinado tempo. A segunda, afirma ser a região um foco de identificação ou apropriação simbólica do lugar por determinado grupo. Estudos que analisam a região sob esse prisma têm lugar na Geografia Humanista e na Geografia Cultural. A terceira forma é aquela que entende a região como meio de interação social; nesse caso, a dominação e o poder constituem fatores fundamentais na diferenciação das áreas.

A discussão construída sobre as cinco feiras livres não foi feita sem o entendimento de que as mesmas, seu funcionamento e sua configuração espacial, dão-se num contexto onde a organização do espaço regional é uma resposta local ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Os fatores culturais e o uso do poder e da dominação pelos diferentes grupos sociais também interferiram no processo de organização desse recorte espacial, permitindo, ao longo do tempo, a construção de elementos identitários que o diferencia de outros.

Embora o estudo das feiras livres esteja diretamente ligado ao funcionamento do cotidiano e dos serviços do/no urbano, as relações campo-cidade não podem ficar à margem de qualquer estudo em que seu principal objeto de análise tenha, historicamente, estado com o “pé no campo”. Sendo assim, a caracterização do espaço rural foi necessária no sentido de se compreender se a maneira como ele está organizado determina a atual configuração das feiras livres estudadas.

Segundo Andrade (1982), não houve no Brasil, salvo poucas exceções, a construção de uma civilização agrária voltada para o auto-abastecimento interno. No caso do espaço sub-regional analisado nem sequer se verificou esse tipo de vocação ao longo do tempo. Trata-se de uma área que desde a sua ocupação, pós-século XIX, elegeu a pecuária como atividade econômica principal. Paralelamente, a agricultura sempre foi desenvolvida, principalmente nas pequenas e médias propriedades, onde os principais produtos cultivados eram o feijão, o milho e a mandioca, que serviam para a alimentação diária dos produtores e eram comercializados nas feiras semanais.

Andrade (1982, p. 121) descreve o tipo de imóvel rural que predomina na área onde a pesquisa foi desenvolvida. Em relação ao número de estabelecimentos rurais, aproximadamente 50% dos mesmos são minifúndios, sendo que a área ocupada por eles é inferior a 30% do total da extensão do espaço estudado.

A escolha, porém, da área para o desenvolvimento da pesquisa foi resultado da necessidade de compreender o funcionamento das cinco feiras livres que estão inseridas respectivamente em cinco municípios da Microrregião Geográfica de Itapetinga no Estado da Bahia. A área está compreendida entre os paralelos 15<sup>o</sup> e 16<sup>o</sup> a sul do equador e entre os meridianos 39<sup>o</sup> 30' e 41<sup>o</sup> a oeste do meridiano de Greenwich, estendendo-se sobre terrenos granulíticos, migmatíticos e complexos vulcano-sedimentares nos quais se encontram os seguintes minérios: feldspato, berilo (pedra preciosa), rochas ornamentais, dentre outros. Toda a área estudada

está inserida no planalto pré-litorâneo com altitude inferior a 800 metros. As condições atmosféricas produziram ao longo do tempo um clima tropical que apresenta maior umidade à medida que se aproxima do Oceano Atlântico, umidade essa presente na quase totalidade do município de Ipororó e na parte leste do município de Itapetinga. As terras da área estudada são drenadas pelas bacias hidrográficas do Leste, do rio Pardo e do rio Jequitinhonha, sendo que a maior extensão situa-se nas terras banhadas pelo rio Pardo e seus afluentes. A vegetação original corresponde à floresta tropical de Mata Atlântica, que se encontra quase que totalmente desmatada para que, em seu lugar, a atividade de pecuária fosse desenvolvida. Inexistem no espaço em questão áreas de proteção ambiental, parques, reservas e quaisquer projetos de assentamento de reforma agrária.

Parte significativa dessas características compõem o estrato da área estudada e caracterizam os elementos da paisagem. A ação humana tem, ao longo do tempo, determinado mudanças no referido espaço e, sem dúvida, esses impactos resultam da forma como o homem, em resposta ao desenvolvimento do sistema capitalista, ou pela própria sobrevivência, transforma a natureza no sentido de obter mais valia ou satisfazer suas necessidades primárias.

Antes de 1988, o IBGE havia dividido o Estado, assim como as demais unidades da Federação em mesorregiões e microrregiões homogêneas. A partir de então, essa fundação renomeou os espaços regionais e Itapetinga e demais municípios incluídos na Microrregião Pastoril de Itapetinga passaram a fazer parte da Microrregião Geográfica de Itapetinga. Segundo o IBGE, as características que dão unidade a esse espaço vão desde a existência de condições naturais adequadas ao criatório de gado bovino, à predominância de grandes propriedades rurais, bem como ao fato de a lavoura ocupar um papel secundário. Esse recorte espacial, polarizado pela cidade de Itapetinga, é composto por nove municípios e vem passando por grandes transformações econômicas nas últimas décadas, com desestruturação da atividade agropecuária, implantação de atividades industriais, como, por exemplo, a Indústria Calçados Azaléia S/A e aumento da população urbana em detrimento da rural como mostra a tabela 1. No entanto, o presente trabalho resulta da análise das principais feiras em cinco dos nove municípios da Microrregião Geográfica de Itapetinga. A escolha dos nove municípios demandaria maior tempo para o desenvolvimento do projeto construído, o que levou o pesquisador a escolher o município de Itapetinga, cuja sede é o único centro sub-

regional do espaço definido pelo IBGE, e quatro municípios de maior proximidade geográfica dessa cidade e de maior distanciamento das cidades de Vitória da Conquista e de Itabuna, ambas centros regionais.

Tabela 1  
Municípios da Área de Estudo – BA.  
Evolução da população urbana no espaço sub-regional

Município	1970			1980			1991			2000		
	Total	U	R	Total	U	R	Total	U	R	Total	U	R
Maiquinique	7.944	2.870	5.074	7.345	3.056	4.289	7.833	4.056	3.777	7.326	5.208	2.118
Macarani	14.381	4.514	9.867	14.099	6.479	7.620	14.057	8.881	5.176	14.594	10.719	3.875
Itarantim	20.841	5.965	14.876	17.126	7.188	9.938	17.216	10.127	7.089	16.923	12.960	3.963
Itororó	19.347	7.730	11.617	21.860	9.529	12.331	20.510	15.924	4.586	19.799	16.627	3.172
Itapetinga	46.112	32.659	13.453	47.418	39.673	7.745	53.476	49.340	4.136	57.931	55.182	2.749

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970/2000.

U – Urbana

R - Rural

Esses quatro municípios, juntamente com o município de Itapetinga constituem-se no espaço sub-regional no qual a pesquisa se desenvolveu. Sendo assim, a expressão espaço sub-regional, utilizada nesse trabalho, refere-se aos municípios objetos de estudo, não constituindo assim, uma região proposta por órgãos oficiais. As características mencionadas, a predominância de grandes propriedades de terra caracterizando a estrutura fundiária local e o aumento crescente da taxa de urbanização são condições que repercutem diretamente na organização do sistema de feiras livres em análise. Nesse contexto, se deu o desenvolvimento da pesquisa, com a análise das atividades feirenses desses municípios (tabela 2), todos centros locais, exceto Itapetinga, considerado centro sub-regional, como foi mencionado. O interesse por esses municípios surgiu a partir de contatos estabelecidos com suas paisagens, onde foi possível lançar um "olhar geográfico" sobre eles e seus respectivos fenômenos. Dentre esses, optou-se pelo estudo dessas atividades e a influência ou não que a feira livre de Itapetinga exerce sobre as feiras da rede de centros locais da referida região, buscando-se classificar essas atividades dentro dos Dois Circuitos da Economia, "circuito inferior" e "circuito superior", conceitos construídos por Milton Santos, que serão discutidos, com maior aprofundamento, no capítulo 3 desse trabalho.

Vale ressaltar que não foi objetivo da pesquisa analisar o comércio formal desses municípios, contudo, para se compreender essas feiras, como já mencionado, foi necessário analisar o contexto geral no qual são produzidas e aí entra como suporte os dados referentes às atividades formais e outros aspectos sócio-econômicos, que serão apresentados na seqüência desse texto.

Tabela 2 – Municípios da Área de Estudo - BA

População, área, densidade demográfica e taxa de urbanização - 2000.

Municípios	População			Área (km <sup>2</sup> )	Hab/km <sup>2</sup>	Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural			
Maiquinique	7.326	5.208	2.118	415,30	17,66	71,09
Macarani	14.594	10.719	3.875	1.376,50	10,6	73,45
Itarantim	16.923	12.960	3.963	1.789,80	9,46	76,58
Itororó	19.799	16.627	3.172	331,90	59,65	83,98
Itapetinga	57.931	55.182	2.749	1.615,40	35,86	95,25
Total	116.573	100.696	15.877	5.528,90	26,53	80,06

Fonte: SEI, 2000 / IBGE - 2000.

É importante salientar que a importância de Itapetinga enquanto centro sub-regional dá-se pela quantidade de serviços e infra-estrutura que possui em relação aos demais municípios. Ali está presente um dos *campus* da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), onde são oferecidos os cursos de Zootecnia, Pedagogia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Química e Biologia, bem como escolas particulares, hospitais, clínicas particulares, estabelecimentos comerciais diversos, dentre outros serviços que atendem à população dos municípios próximos.

As informações da tabela 1 possibilitam caracterizar a distribuição da população nos cinco municípios selecionados. Itapetinga possui a maior população absoluta. São 57.931 pessoas. Os demais municípios possuem uma população de 58.642, ou seja, o total da população dos quatro municípios se aproxima da população itapetinguense. Quanto à taxa de urbanização, Itapetinga é também o município que apresenta o maior crescimento da população urbana, mais de 95% das pessoas habitam a sede municipal. Itororó, Itarantim, Macarani e Maiquinique apresentam respectivamente 83%, 76%, 73% e 71% do contingente populacional habitando nas áreas urbanas. Esses dados por si só descrevem a distribuição da população no espaço desses municípios, bem como o comportamento de cada sede

em relação aos serviços oferecidos. Em consequência da diminuição crescente da população do campo, a agricultura familiar tem sido menos desenvolvida, o que implica de certa forma no abastecimento das feiras locais, que hoje são abastecidas principalmente por produtos que se originam em outras regiões, em substituição aos produtos que eram cultivados localmente. Pode-se afirmar que no caso de algumas sedes municipais seu espaço tem crescido com a construção de novos bairros, que muitas vezes não possuem infra-estrutura adequada.

Itarantim é o município que possui a maior extensão territorial, extensão essa de 1.789,80 km<sup>2</sup>. Em seguida estão Itapetinga e Macarani com 1.615,40 e 1.376,50 km<sup>2</sup> respectivamente. Maiquinique possui uma extensão territorial de 415, 30 km<sup>2</sup> e Itororó de 331,90 km<sup>2</sup>. Ambos constituem-se nos menores municípios do espaço sub-regional.

A classificação de Itapetinga como centro sub-regional determinou, num primeiro momento, a escolha dos municípios para a realização da pesquisa. Foram escolhidas sedes municipais que sofrem sua influência em relação a alguns serviços. Dos municípios estudados, Itapetinga é o único que possui dois hospitais; nos demais existe apenas um para cada sede respectivamente. Além de possuir um hospital a mais, a quantidade de leitos é também superior se comparada aos das demais cidades como descrito na tabela 3.

Tabela 3 - Municípios da Área de Estudo - BA

Leitos hospitalares – 2002	
Municípios	Leitos hospitalares
Maiquinique	12
Macarani	25
Itarantim	30
Itororó	52
Itapetinga	167

Fonte: SEI, 2002.

Embora a quantidade de leitos hospitalares itapetinguenses seja proporcional ao total da população municipal, a existência de dois hospitais pode ser considerada como indicador de que a saúde local caracteriza-se por possuir especialistas permanentes em diversas áreas. Esta situação possibilita a procura desses especialistas pela população dos municípios trabalhados, que, em suas respectivas cidades e no espaço rural, tem acesso a apenas um ou dois médicos com uma ou

duas especialidades, quando estes as possuem. Esta condição pode ser entendida como mais um aspecto que assegura a Itapetinga a posição de centro sub-regional, já que seus serviços de saúde servem à população dos municípios do entorno.

Tabela 4 – Municípios da Área de Estudo – BA  
Produtos temporários, área plantada (há), área colhida (há), quantidade produzida e valor – 2002.

Produtos	Total do(s) Estado/Municípios	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Valor (mil reais)
Batata- doce	Total do Estado	2.181	2.181	18.810	4.156
	Maiquinique	-	-	-	-
	Macarani	-	-	-	-
	Itarantim	-	-	-	-
	Itororó	15	15	179	42
	Itapetinga	-	-	-	-
Cana-de- açúcar	Total do Estado	92.060	91.755	4.878.527	279.049
	Maiquinique	40	40	3.600	93
	Macarani	100	100	9.000	252
	Itarantim	800	800	64.000	1.728
	Itororó	100	100	8.000	224
	Itapetinga	50	50	3.000	84
Feijão	Total do Estado	826.693	826.693	540.125	286.030
	Maiquinique	100	100	60	54
	Macarani	150	150	90	81
	Itarantim	70	70	42	38
	Itororó	30	30	18	17
	Itapetinga	10	10	6	5
Mandioca	Total do Estado	325.501	318.836	4.143.953	520.549
	Maiquinique	100	100	1.200	32
	Macarani	150	150	1800	50
	Itarantim	80	80	960	26
	Itororó	300	300	4.500	126
	Itapetinga	60	60	900	24
Milho	Total do Estado	674.267	674.267	1.321.56	222.254
	Maiquinique	50	50	38	7
	Macarani	50	50	38	6
	Itarantim	70	70	70	13
	Itororó	20	20	18	3
	Itapetinga	10	10	9	1
Tomate	Total do Estado	5.145	5.145	170.653	56.084
	Maiquinique	-	-	-	-
	Macarani	-	-	-	-
	Itarantim	6	6	90	45
	Itororó	-	-	-	-
	Itapetinga	-	-	-	-

Fonte: SEI, 2002.

Ao longo do tempo, a forma de uso e ocupação do espaço sub-regional deu-se privilegiando a atividade econômica agropecuária. Paralelamente ao desenvolvimento das sedes municipais, ainda que de forma lenta, as atividades comerciais e de serviços também se desenvolveram. A atividade industrial é muito recente nos cinco municípios estudados e caracteriza-se pela produção de sandálias e sapatos da Indústria de Calçados Azaléia S/A. Antes dela, o beneficiamento do leite constituía-se na principal atividade de transformação da matéria-prima em produtos industrializados, nesse caso, o leite (líquido) em leite em pó, em iogurte, e em outros derivados.

A principal indústria que operava nesse setor era a Leite Glória do Nordeste S/A, que possuía uma filial em Itapetinga e postos de recolhimento de leite nas cidades do entorno. Atualmente, a maior empresa desse tipo de beneficiamento é a Vale Dourado Ltda, também localizada em Itapetinga e com pontos de coleta de leite nas cidades próximas. Laticínios com baixa capacidade produtiva existem nos demais municípios estudados. Em Maiquinique foi identificada duas dessas unidades, a Laticínios Rocha e a Juruá Ltda. Em Itarantim, também existem duas unidades, a Primos e a Três Estrelas. Esses laticínios especializam-se principalmente na produção de queijo e de manteiga.

A agricultura desenvolvida no espaço estudado destina-se em sua maior parte ao consumo local e caracteriza-se por sua insuficiência para satisfazer essa população, que hoje consome produtos vindos de outros municípios. Dentre esses produtos, pode-se citar os do ramo hortifrutífero, derivados de farinha e cereais.

Das 19 culturas temporárias catalogadas, no Estado, pela SEI, no ano de 2002, seis são desenvolvidas nos municípios estudados, a saber: batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho e tomate. Por meio da tabela 4 é possível verificar a participação dos municípios estudados em cada um dos produtos catalogados. A batata-doce é cultivada apenas no município de Itororó, sendo que nos demais não se encontrou registro da produção dessa raiz. Sendo assim, pode-se dizer que em relação a esse produto, as feiras livres dos municípios em questão não são abastecidas em sua totalidade pelas suas respectivas zonas rurais, exceto a feira livre de Itororó. Durante a pesquisa de campo, percebeu-se que poucos pontos de venda comercializavam esse produto; menor ainda era a quantidade vendida de origem no próprio município. Em relação à cana-de-açúcar, todos os municípios a produzem. Itarantim é aquele que destina maior extensão de suas terras ao plantio

da mesma. Pode-se afirmar que não existe uma relação direta entre o cultivo da cana-de-açúcar nesses municípios e suas respectivas feiras livres, pois toda a cana cultivada é destinada à produção de cachaça. Sem dúvida, uma pequena parcela do líquido destilado abastece os bares locais, mas a maior parte da mesma destina-se à exportação para outros municípios e estados. Itarantim é conhecido em nível estadual e regional pela “pinga” de qualidade que produz, daí se destacar entre os municípios por produzir 64.000 t de cana-de-açúcar no ano de 2001 enquanto os outros municípios juntos produziram 23.000 t/ano. Maiquinique e Macarani destacam-se na produção de feijão e mandioca. No caso desse último produto, sua maior produção ocorre no município de Itororó, que, sozinho, é responsável por um total correspondente à soma de toda a produção dos outros quatro municípios. Enquanto no ano de 2001 a produção anual dos quatro municípios foi de 4.860, Itororó produziu sozinho 4.500 toneladas. Pode se afirmar que parte do feijão e dos derivados da macaxeira comercializada nas feiras estudadas tem suas origens nos próprios municípios, embora, como ficou evidente na pesquisa de campo, boa parte desses produtos provêm de outras localidades. O milho também é uma cultura praticada nos municípios, mas, pela quantidade produzida, pode-se inferir que sua produção serve à população local e em alguns casos é insuficiente para a criação de aves como se pode observar no caso de Itapetinga. Ao contrário, Itarantim é o único que pode comercializar esse produto com outras regiões já que no ano de 2001 chegou a produzir 70 toneladas desse cereal. Em relação ao tomate, Itarantim também se desponta, sendo o único município que o produz. Sua produção é insuficiente para o consumo local e está associada à presença da agrovila. Na década de 1980, um dos prefeitos desse município comprou 27 hectares de terra distante cerca de três quilômetros da sede municipal e distribuiu os títulos para famílias pobres. Essas famílias passaram a produzir para o consumo e para a comercialização dos produtos na sede e em sua feira municipal. Ainda hoje parte dos produtos produzidos na “comunidade” da Agrovila destina-se ao abastecimento da feira de Itarantim, dos quais o tomate também é um dos produtos comercializados.

Tabela 5 - Municípios da Área de Estudo - BA  
 Produtos permanentes, área plantada (ha), área colhida (ha), quantidade produzida e valor - 2002.

Produtos	Total do Estado/Municípios	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Valor (mil reais)
Banana	Total do Estado	49.118	49.079	58.752	101.939
	Maiquinique	2	2	2	1
	Macarani	2	2	2	1
	Itarantim	3	3	3	1
	Itororó	100	100	100	57
	Itapetinga	5	5	4	2
Cacau (em amêndoa)	Total do Estado	608.299	606.835	137.568	222.043
	Maiquinique	-	-	-	-
	Macarani	-	-	-	-
	Itarantim	-	-	-	-
	Itororó	5.548	5.548	1.664	2.462
	Itapetinga	-	-	-	-
Café	Total do Estado	134.616	116.326	129.948	225.296
	Maiquinique	-	-	-	-
	Macarani	35	35	25	53
	Itarantim	-	-	-	-
	Itororó	100	100	90	197
	Itapetinga	-	-	-	-
Coco da Baía	Total do Estado	78.270	76.775	402.937	146.190
	Maiquinique	-	-	-	-
	Macarani	3	5	6	2
	Itarantim	-	-	-	-
	Itororó	12	12	30	10
	Itapetinga	18	18	42	15
Laranja	Total do Estado	49.062	49.062	3.337.542	79.368
	Maiquinique	-	-	-	-
	Macarani	-	-	-	-
	Itarantim	5	5	145	10
	Itororó	-	-	-	-
	Itapetinga	-	-	-	-

Fonte: SEI, 2002.

Comparando a produção das culturas temporárias nos municípios onde suas principais feiras foram estudadas pode-se afirmar que Itapetinga é o que mais se diferencia em relação à quantidade dos produtos produzidos, no conjunto dos municípios, ocupando quase sempre a última posição em relação aos demais. Esta

posição revela o fato de que a agricultura não é uma atividade relevante para os principais agentes produtores daquele espaço que ainda vêem a pecuária extensiva como a forma mais lucrativa de uso e ocupação do espaço. Essa realidade também reflete o fato de Itapetinga possuir a maior taxa de urbanização dos municípios estudados como mostra a tabela 2.

Em relação às culturas permanentes, a SEI catalogou 23 culturas no Estado, das quais apenas cinco são desenvolvidas nos municípios em questão. A cultura da banana está presente em todos os municípios, o coco da baía desenvolve-se em três deles, exceto em Maiquinique e Itarantim, o café é plantado em Itororó e em Macarani e o cacau e a laranja, respectivamente, em Itororó e em Itarantim. A tabela 5 permite uma maior visualização da distribuição da produção nos municípios em questão. Por meio dela pode-se inferir que a quantidade de banana produzida na maioria dos municípios é insuficiente para o abastecimento local, sendo então necessário comprá-la em outros municípios ou centros de distribuição. Apenas o município de Itororó tem uma produção suficiente para o consumo local e o abastecimento de outras localidades. Sem dúvida, o uso e a ocupação do solo na zona rural do município de Itororó determina o desenvolvimento dessa cultura que se utiliza do mesmo espaço onde o plantio do cacau e do café se dá, culturas essas beneficiadas por uma maior umidade do ar e pela presença de árvores, principalmente no caso da cultura do cacau. Por conta da relação existente entre essas culturas e as características naturais, esse município é o único que cultiva o cacau e destaca-se como maior produtor de café e de banana no grupo dos municípios trabalhados. Quanto à produção do coco da baía e da laranja, pode-se afirmar que não há destaque em suas produções, pois além da pouca expressividade em toneladas, elas não são culturas desenvolvidas em todos os cinco municípios.

Vale ressaltar que dos poucos produtos catalogados pela SEI, a banana e a laranja são os únicos que possuem maior possibilidade de se inserirem como mercadoria nas feiras livres locais. No caso da banana, os municípios e suas respectivas feiras se abastecem com a banana produzida em Itororó. A laranja satisfaz parte pequena do consumo de Itarantim e dos demais municípios pesquisados. Isso se dá pelo fato de serem produzidas 145 toneladas/ano. O café e o coco são consumidos nos municípios onde são cultivados e, no caso do café, parte do mesmo é exportada. Dos cinco produtos catalogados, o cacau é o único

que se destina em sua totalidade a outras regiões, estado ou países, onde é beneficiado e consumido.

Um dos carros-chefe da economia local continua sendo a pecuária, que, como já foi mencionado, vem perdendo importância no contexto sub-regional por conta, entre outros fatores, da não modernização de sua prática e a concorrência com áreas do país mais próximas do grande mercado consumidor. Mesmo nessa situação, a criação de gado não deixou de ser uma atividade que ainda determina, como em tempos passados, a organização do espaço rural, que por sua vez interfere na dinâmica do espaço urbano. A tabela 6 mostra a extensão dos municípios, a quantidade de gado bovino presente em cada um, dentre outras informações.

Aproximadamente 3,2% do rebanho de gado bovino do Estado da Bahia ocupa o espaço rural dos municípios estudados. A porcentagem de 3,2% é pequena, contudo, o fato de em apenas cinco, dos 417 municípios baianos, estar concentrado essa parcela do total do efetivo do rebanho bovino na unidade federativa em questão mostra a importância da pecuária para a economia da área estudada. Observando cada município em particular, e considerando-se os valores absolutos, Itarantim é aquele que possui maior quantidade de cabeças de gado, em seguida aparece Itapetinga, Macarani, Itororó e Maiquinique. Embora Itororó maximize o uso e a ocupação do seu espaço com a pecuária, o desenvolvimento da mesma é expressivo em todo o espaço sub-regional e, como já mencionado, é a atividade que mais valida a produção da renda nesse espaço. Nesse contexto, outros dois indicadores que merecem destaque são a quantidade de vacas ordenhadas em relação ao gado bovino total dos respectivos municípios, bem como o total de leite produzido em cada um deles. A quantidade de vacas leiteiras não se diferencia muito nos municípios se se observa a densidade das cabeças de gado em cada um. Porém, se num total de 313.631 cabeças de gado no espaço sub-regional, apenas 25.437 são vacas produtoras de leite, pode-se afirmar que a maioria do gado criado nesse espaço é composta por bois que se destinam ao abate e à venda para outros municípios e regiões. Quanto à produção de leite, o município que possui a maior quantidade de vacas ordenhadas é aquele que também mais produz leite por ano, nesse caso Itororó. Apenas uma pequena parcela desse leite é destinada ao consumo local. Um montante maior destina-se às indústrias locais que compram e transformam o produto bruto em queijo, iogurte, leite em pó, produtos esses que são

distribuídos para municípios do Estado, inclusive para sua capital, Salvador. Esses produtos dificilmente são comercializados nas feiras livres estudadas, pois são considerados itens secundários em relação aos produtos de maior necessidade para a população, como feijão, arroz, carne e verduras e, geralmente, são encontrados em alguns mercados.

A análise feita a partir do total do gado bovino, da quantidade de vacas ordenhadas e da produção de leite em cada município, permite afirmar que o desenvolvimento da pecuária não trouxe para esses municípios um desenvolvimento que atendesse a todas as classes sociais. Se essas características fossem suficientes, as cidades de Itarantim e Itororó estariam ocupando posição similar à de Itapetinga, uma vez que o maior efetivo bovino e de vacas ordenhadas (maior produção de leite) estão em seus respectivos espaços rurais. Um dos fatores que determinou esse fraco desenvolvimento nas duas cidades e também em Macarani e Maiquinique foi o fato de que quase sempre os proprietários não residem nas sedes municipais correspondentes aos municípios onde suas propriedades se localizam. Sendo assim, possivelmente não se sentem na condição de agentes que poderiam atuar na melhoria da infra-estrutura e dos serviços desses centros locais. Itapetinga, porém, desde o início do desenvolvimento da pecuária, tornou-se o local de moradia desses proprietários.

Tabela 6 - Municípios da Área de Estudo - BA  
Rebanho bovino (cabeças) – 2002

Municípios	Indicadores				
	Área (km)	Gado bovino	Cabeça/km <sup>2</sup>	Vacas ordenhadas	Leite (mil litros)
Maiquinique	415,30	30.293	72,94	1.889	665
Macarani	1.376,50	53.576	38,92	3.566	1.245
Itarantim	1.789,80	95.162	53,16	5.195	1.813
Itororó	331,90	47.422	142,88	7.809	2.743
Itapetinga	1.615,40	87.178	52,96	6.978	2.360
Total	5.528,90	313.631	56,72	25.437	8.826
Total do Estado	567.295,03	9.556.752	16,84	1.508.904	724.897

Fonte: SEI, 2002.

Em se tratando de instituições financeiras, a cidade de Itapetinga possui quatro agências bancárias e os demais municípios possuem uma agência bancária cada um. A existência ou não dessas instituições em qualquer cidade pode ser um indicador da quantidade de capital que circula em suas respectivas economias. Sendo assim, por possuir uma maior quantidade de bancos, pode-se inferir que Itapetinga possui um certo dinamismo econômico resultante também da quantidade dessas instituições, que, certamente, não se instalariam onde não houvesse a possibilidade de lucratividade. Itororó, embora possua uma agência, já chegou a possuir três instituições bancárias e revelava em sua paisagem e no seu conteúdo social e econômico o tempo em que a produção do cacau era, sem dúvida, uma de suas principais atividades econômicas nessa época, o município tentava responder ao consumo de cacau em alguns países e aproximar-se do dinamismo de Ilhéus e Itabuna, municípios que se destacaram no desenvolvimento da cultura cacauzeira, nas primeiras décadas do século passado. Maiquinique, Macarani e Itarantim, os mais distantes das cidades mencionadas, da mesma forma que Itororó, possuem apenas uma agência bancária, o que permite afirmar que suas economias são pouco dinâmicas no contexto sub-regional.

Um outro elemento que deve ser considerado como relevante na análise econômica de qualquer região é a existência ou não de empresas registradas e a quantidade delas no espaço em questão. Segundo o IBGE, no ano de 1998, em Maiquinique, existiam 52 empresas com CNPJ. Em Macarani foram registradas 47 e em Itarantim, Itororó e Itapetinga registrou-se respectivamente 130, 272 e 994. Esses dados confirmam o fato de Itapetinga despontar, em relação aos quatro municípios, como centro econômico e de serviços, uma vez que a soma das empresas dos outros municípios não chega nem à metade do total de suas empresas. Essas empresas, independente em qual município se localizam, são de diversas especialidades, como indústrias de transformação, serviços de construção, comércio e outros serviços sociais.

Outros indicadores analisados e que possibilitaram uma maior compreensão da organização do espaço sub-regional referem-se à renda dos habitantes desses municípios. A tabela 7 descreve de forma detalhada a distribuição da população em relação à renda mensal.

A análise dos dados possibilita descrever a situação financeira da população desses municípios. Essa situação refere-se à população municipal com tempo de

vida superior a 10 anos de idade, sendo assim, os moradores com idade inferior a essa não foram considerados no universo de análise. Este limite foi definido pelo IBGE e aceito porque inexistem dados desse tipo, específicos para cada faixa etária. Os municípios de Itapetinga e Macarani são os que possuem uma menor parcela da população sem rendimentos, 40% e 46%, respectivamente, em comparação aos municípios de Maiquinique, Itororó e Itarantim, que possuem, respectivamente, 46,6%, 47% e 50% da população analisada sem rendimentos.

Tabela 7 - Municípios da Área de Estudo - BA  
Renda nominal mensal – Absoluta e Relativa 2000

Renda	Municípios/Renda-Absoluta e Relativa									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	A	R	A	R	A	R	A	R	A	R
Até 1 s.m	2.136	37	4.243	37	4.779	35	5.698	36	15.151	33
Mais de 1 a 2 s.m	571	10	1.135	10	1.427	10	1.636	10	6.869	15
Mais de 2 a 5 s.m	231	4	556	5	403	3	769	4	3.427	7
Mais de 5 a 10 s.m	104	2	122	1	171	1	241	2	1.519	3
Mais de 10 s.m	25	0,4	70	1	81	1	135	1	815	2
Sem rendimento	2.701	46,6	5.295	46	6.835	50	7.546	47	19.194	40
População analisada	5.768		11.421		13.696		16.025		46.975	
População Absoluta	7.326		14.594		16.923		19.799		57.931	

Fonte: IBGE, 2000.

A – Renda Absoluta

R – Renda Relativa

Em relação à fatia da população que recebe até um salário mínimo, Maiquinique e Macarani são os municípios que possuem 37% da população analisada nessa faixa salarial. Do grupo dos municípios, Itapetinga é aquele que possui menos habitantes nessa faixa salarial, ou seja, 33%. Itororó e Itarantim estão numa posição intermediária, entre os municípios do primeiro grupo e Itapetinga. 10% da população analisada dos cinco municípios recebe mensalmente mais de um até dois salários mínimos, exceto em Itapetinga, que apresenta 15% da população recebendo esse valor. Em relação aos outros intervalos salariais, mais de dois a cinco, mais de cinco a dez e mais de dez salários mínimos, Itapetinga é o município que apresenta, em relação a todos os outros, mais pessoas que recebem salários dentro desses intervalos, ou seja, 12% de sua população. Em Itarantim, 5%, em Maiquinique, 6,4%, e em Macarani e Itororó, 7% de sua população recebe salários

correspondentes aos intervalos citados. A partir da leitura da tabela 7 pode-se afirmar que o rendimento mensal da população dos municípios trabalhados, levando-se em conta os intervalos salariais, apresenta características semelhantes, ou seja, a maioria da população do espaço sub-regional não possui rendimento algum. Os que recebem até um salário mínimo mensal correspondem a mais de 33% dos habitantes dos respectivos municípios. Aqueles que mensalmente dispõem de mais de um a dois salários mínimos perfazem menos de 15% da população. Pode-se afirmar que à medida que os intervalos salariais aumentam, a população diminui. Por exemplo, menos de 2% da população desses municípios recebe mais de dez salários mínimos/mês. Pode-se afirmar, desse modo, que a maioria da população do espaço estudado não tem nenhuma renda ou recebe menos de um salário mínimo por mês. Essa realidade impede que a maioria das pessoas das respectivas cidades e do espaço rural tenha acesso ao mínimo de lazer e a uma educação e saúde de qualidade. Estas pessoas certamente alimentam o alto índice de desemprego no espaço em questão. Essa situação naturalmente determina a forma de organização e uso do espaço urbano e rural, que por sua vez gera também a realidade descrita. Sem dúvida, por conta do desemprego, o comércio e as feiras de cada município não apresentam um crescimento em suas vendas, determinando, assim, sua dinâmica. Embora a análise acima descreva a realidade dos cinco municípios, Itapetinga constitui-se numa exceção, pois a população que recebe menos de um salário e que não possui rendimentos é menor, apresentando mais habitantes que são assalariados com mais de um a dois, mais de dois a cinco, mais de cinco a dez e mais de dez salários mínimos, ou seja, a população itapetinguense é a melhor assalariada em relação aos demais municípios integrantes do espaço em que a pesquisa se desenvolveu. Isso se dá em consequência de concentrar em seu espaço uma maior diversidade de serviços ligados à educação, como universidades, escolas particulares de ensino fundamental e médio, sedes de órgãos estaduais e federais, mais bancos e um comércio mais dinâmico e diversificado, além de possuir uma população mais escolarizada em relação a dos outros municípios.

Tabela 8 - Municípios da Área de Estudo - BA  
 População com acesso a geladeira, televisão, telefone e computador – 2000

Bens	Municípios									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000
Acesso à geladeira	26,3	44,3	28,2	44,8	24,3	49,5	33,1	51,1	50,7	71,5
Acesso à televisão	33,5	66,4	36,6	71,1	38,5	68,6	43,5	80,7	64,7	87,0
Acesso ao telefone	2,8	5,8	4,0	4,3	2,1	8,6	7,9	10,9	12,9	16,7
Acesso ao computador	ND	1,6	ND	1,3	ND	0,7	ND	1,5	ND	4,1

Fonte: IBGE, 2000.

ND - Não disponível

O acesso a alguns bens e serviços indica de certa forma o comportamento e o padrão de vida de uma população, num determinado espaço. A tabela 8 mostra a parcela da população dos referidos municípios que tem acesso à geladeira, à televisão, ao telefone e ao computador. Está claro que em todos eles houve um aumento dos habitantes com acesso a esses bens. De 1991 a 2000, o município em que a população com acesso a geladeira menos cresceu foi Maiquinique, 17% da população adquiriram esse bem. Itarantim foi o município onde a população passou a utilizá-la mais, havendo um aumento de 25%. Em relação à parcela da população que passou a usar televisores, houve um aumento de mais de 29% dos habitantes utilizando o aparelho, exceto em Itapetinga, em que 22,3% das pessoas passaram a ter acesso a ele. Entretanto, é importante salientar que Itapetinga, segundo o censo de 2000, é o município, no grupo dos estudados, que possui maior parcela da população com acesso à TV, ou seja, 87% de sua população. Itapetinga lidera também em quantidade de pessoas com disponibilidade de linha telefônica, 16,7% de sua população tem acesso ao telefone. Macarani está em último lugar, com apenas 4,3%. É importante salientar que nos últimos dez anos houve um aumento de 3% da população com acesso a linhas telefônicas em todos os municípios, exceto em Itarantim, onde o crescimento foi maior, de 6,5%. Em relação à quantidade de pessoas com acesso a computadores, pode-se afirmar que uma parcela muito pequena da população de todos os municípios tem acesso a ele. Os itapetinguenses

são os que têm mais acesso a esse aparelho, 4,1% de sua população o utilizam com frequência, ao passo que Itarantim é o município que possui menos pessoas utilizando-o, apenas 0,7%. A possibilidade de venda a crédito com distribuição do valor do bem adquirido em várias parcelas e a difusão de pequenas lojas de eletrodomésticos em todas as sedes municipais possibilitaram maior acesso das pessoas a esse bem. O telefone e o computador são os bens menos utilizados no conjunto de todos os municípios. Os dados da tabela confirmam o fato de Itapetinga ser o município onde a população, se comparada a dos demais municípios, tem maior acesso a esses bens. Sem dúvida, esse comportamento contribui para que Itapetinga exerça uma posição de comando no espaço em questão, sendo considerada centro sub-regional. Uma maior quantidade de pessoas tendo acesso ao conjunto desses bens em todos os municípios, principalmente no caso da televisão, que atinge maior parte da população, contribui para uma mudança de comportamento na população. Os hábitos são modificados e moldados de acordo com os interesses da mídia e de quem está por trás dela. Não cabe afirmar que o acesso aos meios de comunicação produz comportamentos transformadores dos hábitos locais, determinando, assim, a escolha das pessoas em relação aos locais de compra dos produtos que lhe são necessários, porém, esse fato não deve deixar de ser discutido, uma vez que, ao mudar os hábitos da população, o costume de ir à feira pode transformar-se. A cultura de comprar em mercados e supermercados pode, ao longo do tempo, substituir o hábito de comprar na feira. Além das informações já analisadas deve-se mencionar também outros dados para caracterizar a situação sócio-econômica da população dos municípios estudados. A tabela 9 mostra alguns desses aspectos.

A análise dos dados da tabela 9 permite afirmar que, nos municípios em questão, houve avanço praticamente em todos os indicadores sociais e econômicos de 1999 a 2000. O único indicador que não avançou no grupo dos cinco municípios foi o índice de gini que aumentou em Maiquinique e em Itarantim, mostrando que a má distribuição de renda se intensificou nesses municípios, ou seja, ela está mais concentrada no grupo minoritário e de maior poder aquisitivo da população. O município de Itororó manteve o mesmo índice, enquanto que nos municípios de Macarani e Itapetinga esse índice diminuiu, demonstrando uma pequena diminuição na concentração de renda nesses municípios. Quanto à taxa de mortalidade infantil, Maiquinique foi o município em que houve a maior redução de mortes de 1999 a

2000, em seguida aparecem os municípios de Itarantim, Macarani, Itapetinga e Itororó, esse último apresentou menor redução, além de ostentar a maior taxa de mortalidade infantil no conjunto dos municípios, ao contrário de Itarantim, que possui a menor taxa.

Tabela 9 - Municípios da Área de Estudo - BA  
Indicadores sócio-econômicos - 1999/2000

Indicadores	Municípios									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000
Mortalidade infantil*	73,8	49,2	61,3	39,2	62,5	38,6	75,8	58,6	60,2	39,7
Esperança de vida (anos)	59,0	63,1	61,5	65,9	61,3	66,1	58,6	60,7	61,8	65,8
Taxa de analfabetismo	55,9	42,0	60,2	47,1	53,0	34,5	55,6	44,0	39,9	28,4
Renda per capita média**	56,4	98,0	66,4	93,8	52,3	98,8	70,8	109,0	120,4	160,3
Índice de gini***	0,51	0,52	0,59	0,51	0,47	0,58	0,55	0,55	0,62	0,59
IDH municipal	0,505	0,623	0,510	0,637	0,528	0,659	0,528	0,625	0,614	0,700

Fonte: IBGE, 2000.

\* Até 1 ano de idade em cada grupo de 1000 nascidos vivos.

\*\* Em R\$ de 2000

\*\*\* Refere-se a concentração de renda. Quanto mais próximo de 1 a concentração de renda é maior

Em relação à expectativa de vida, todos os municípios apresentam uma média de vida inferior à média nacional, 68 anos. No conjunto dos municípios, Itarantim é aquele que apresenta melhor esperança de vida ao nascer, diferentemente de Itororó, que possui a menor. Os demais apresentam índice de longevidade semelhante. Em relação à taxa de analfabetismo, Itapetinga apresenta a menor e Macarani a maior. Esse último é o único município do grupo estudado que implantou o curso de formação de professores para o início e conclusão do curso de Pedagogia com recursos próprios e em parceria com a Universidade Estadual da Bahia. A iniciativa mostra a preocupação do poder público municipal em melhorar a qualidade da educação, bem como planejar ações que diminuam o número de analfabetos. Em relação à renda *per capita*, percebe-se que houve aumento da mesma em todos eles. Itapetinga detém a população com maior renda e Macarani é o que possui a menor. É interessante observar que exatamente nesses municípios a

concentração de renda é menor. O IDH, indicador resultante do cruzamento da renda *per capita*, da taxa de analfabetismo e da expectativa de vida cresceu nos referidos municípios nos últimos anos. Itapetinga é aquele que possui o mais alto e Maiquinique o que apresenta o mais baixo. O fator que mais contribuiu para esse crescimento foi o maior acesso da população à escola, bem como a melhoria da qualidade da educação, seguidos pelo aumento da renda e da longevidade.

Embora haja uma evolução desses indicadores em todos os municípios, sabe-se, como foi demonstrado na tabela 7, que a maioria da sua população vive sem rendimentos e/ou com menos de um salário mínimo por mês. Mais uma vez fica evidente que o município de Itapetinga se destaca em relação aos demais por possuir melhor colocação na maioria dos indicadores descritos na tabela 9.

As informações e as análises construídas nesse capítulo possibilitam conhecer e compreender a organização do espaço onde a pesquisa se desenvolveu. Essas observações certamente possibilitam entender a organização do espaço, bem como do seu uso, e, ao mesmo tempo, imaginar a paisagem resultante da interação de todos esses elementos. Sem dúvida, caberia nesse capítulo a análise de outras informações, como daquelas ligadas às manifestações culturais mais significativas para o conjunto de sua população. Além disso, dados referentes à produção da indústria de Calçados Azaléia, bem como as relações trabalhistas construídas nos seus galpões. No entanto, em qualquer trabalho com esse formato, é preciso delimitar o tipo de informação a ser trabalhada, por conta disso, não foi possível expandir a análise para outros dados. Outro fator limitante é a indisponibilidade de informações sobre esses municípios, uma vez que a temática em discussão é um tema pouco analisado em trabalhos científicos.

Toda discussão construída e a percepção do movimento que se dá nesse espaço não está separada da produção das feiras livres de cada um desses municípios. Os elementos discutidos acima, bem como a sua dinâmica, repercutem nas feiras. Feiras essas que respondem ou não a esse movimento da sociedade, na qual também estão inseridas. Nas páginas seguintes as feiras pesquisadas serão descritas, o que possibilitará conhecê-las e identificar as suas peculiaridades.

### 3 A PRODUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS FEIRAS

#### 3.1 OS MEANDROS DO CIRCUITO INFERIOR NA FEIRA

O desenvolvimento do modo de produção capitalista tem produzido diferentes realidades sociais e espaciais. Essas realidades caracterizam-se pela existência de uma massa de pessoas que recebe salários baixos, trabalham esporadicamente ou não tem nenhum rendimento, convivendo ao lado de uma minoria com rendas elevadas (SANTOS, 1979, p. 29). Esse quadro cria uma divisão entre aqueles que podem consumir permanentemente o que necessitam e aqueles que, mesmo tendo necessidades, não podem satisfazê-las. Esse contexto cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo nas diferentes cidades do mundo subdesenvolvido, diferenças essas que se expressam nos circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços, produzindo, assim, dois subsistemas dentro da economia desses países, a saber, o circuito superior e o circuito inferior.

Um desses circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica e uma de suas características é o desenvolvimento de atividades modernas que beneficiam a poucos. O outro resulta de um mesmo processo, mas com resultados inversos, onde os indivíduos beneficiam-se parcialmente das atividades ligadas a essa modernização. É nesse sentido que o modo de produção capitalista produz regiões que dependem de outras e subsistemas que são subordinados a outros.

Essa modernização tecnológica produz transformações na estrutura do trabalho, que se reproduz diferentemente em regiões e países. Santos (1979, p. 29), ao discutir essa transformação, afirma que

[...] quanto à agricultura, ela também vê diminuir seus efetivos, ou porque é atrasada ou porque está se modernizando. Essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária; nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes.

Em se tratando do recorte espacial onde a pesquisa se desenvolveu, pode-se afirmar que o aumento do desemprego está associado, principalmente, às transformações ocorridas no espaço rural sub-regional: a agricultura tradicional não se modernizou, ao contrário, tem sido substituída pelas pastagens. Boa parte dos desempregados tem sua origem na zona rural. Antes de migrarem para as cidades desenvolviam a agricultura familiar ou de subsistência, comercializando os

excedentes nas feiras locais. Enquanto de um lado ocorre a diminuição do emprego na agricultura e na indústria, provocada pela modernização tecnológica, sendo essa última mais presente nas grandes cidades, por outro lado, a força de trabalho não para de aumentar. Conseqüentemente, criam-se atividades de pequenas dimensões. Essas atividades estão presentes em diferentes sociedades e cidades e, aquelas ligadas ao comércio, ocorrem geralmente nos espaços livres públicos. No caso dos municípios estudados, os vendedores ambulantes não chegam a fazer parte do cenário urbano. Não se pode dizer que tem havido um aumento do número de feirantes-comerciantes por conta desse aumento do desemprego, pois a dimensão das feiras não tem aumentado, nem tão pouco a quantidade dos que compram na feira. A existência das feiras não está ligada a esse aumento de desempregados, que vêm nas pequenas atividades a possibilidade para sobreviverem, entretanto, essa transformação ocorrida no campo tem provocado mudanças no tocante ao abastecimento das mesmas, quanto à origem e à quantidade dos produtos comercializados.

Santos (1979, p. 31) afirma ser o circuito superior constituído,

[...] pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-'capital intensivo', pelos serviços não-modernos fornecidos 'a varejo' e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

São várias as atividades que podem ser incluídas nos dois circuitos da economia. O autor afirma ainda que não há uma definição rígida entre os usuários dos dois circuitos, considera que tanto uma população de médio poder de compra, como a de baixo poder pode adquirir seus produtos no circuito não-moderno e de pequena dimensão, nesse caso, a feira livre. Antes de prosseguir a discussão sobre as diferentes classes que se utilizam da feira para adquirir seus produtos de consumo, cabe definir qual conceito de classe média e de população pobre foi aplicado a esse trabalho. Santos (1979, p. 38) afirma ser difícil definir o conceito de classe média, visto que os critérios de ordem cultural freqüentemente vêm interferir nos de ordem econômica, mas ressalva ser essa classe formada por assalariados de todo tipo que se situam acima do nível de subsistência, mais os proprietários e empresários cujos ganhos são insuficientes para que passem para as classes superiores. Quanto aos pobres, o autor os define como;

[...] aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente têm acesso ao crédito institucional e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais [...] Trata-se, em geral, dos não-empregados e dos subempregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco (p. 38).

Para efeito de compreensão das classes que fazem uso das feiras, aceitou-se a definição dada por Santos em relação a elas. Cabe ainda afirmar que a depender da dimensão das cidades e das atividades nelas desenvolvidas os conceitos de classe média e de classe popular devem ser relativizados. Sendo assim, a população pobre das sedes dos municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim e Itororó, se comparada a essa mesma população no município de Itapetinga, possui pouco ou nenhum acesso a bens de consumo para satisfazer suas necessidades básicas. Isso decorre do fato de a população itapetinguense possui melhores rendimentos que a população dos demais municípios como mostra a tabela 7. É importante salientar que a maioria dos dados utilizados para construir as tabelas desse capítulo, logo, as interpretações resultantes da análise de cada uma delas, são provenientes do trabalho de campo, constituindo-se, portanto, de dados primários.

Os dados da tabela 7 mostram que em todos os municípios, exceto em Itapetinga, mais de 80% da população analisada vive sem rendimentos e/ou recebe até meio salário mínimo mensal. Em todos eles os que recebem mais de dois salários mínimos correspondem a menos de 7,5%, exceto Itapetinga, onde mais de 11% da população recebe esse rendimento. Essa diferença de distribuição de renda entre Itapetinga e demais municípios permite inferir que um único critério, seja ele qual for, não deve ser utilizado para identificar e tipificar as classes sociais nesses municípios. Itapetinga apresenta uma população com melhores rendimentos, se comparados ao rendimento populacional dos outros quatro municípios. Essa realidade determina diferentes comportamentos de sua principal feira livre se comparada às feiras livres das outras sedes municipais.

Antes da análise do circuito inferior nas feiras livres estudadas, faz-se necessário definir as características mais importantes de cada circuito. O quadro 1 apresenta essas características que foram definidas por Santos (1979, p. 34).

As feiras livres não apresentam todas as características descritas nesse quadro, entretanto algumas delas estão presentes no “acontecer” semanal de cada

uma. Das características do circuito inferior, as presentes na produção dessas feiras relacionam-se:

- À organização das atividades;
- Ao valor de capitais empregados pelo comerciante para a manutenção do negócio;
- Ao emprego e às relações entre “patrão” e empregado;
- Ao comportamento do estoque;
- Ao funcionamento dos preços;
- À utilização dos créditos;
- À margem de lucro;
- À relação entre o feirante-comerciante e a clientela;
- À publicidade.

Quadro 1 – Características dos circuitos econômicos

Características	Circuito superior	Circuito inferior
1. Tecnologia	1. Capital intensivo	1. Trabalho intensivo
2. Organização	2. Burocrática	2. Primitiva
3. Capitais	3. Importantes	3. Reduzidos
4. Emprego	4. Reduzido	4. Volumoso
5. Assalariado	5. Dominante	5. Não-obrigatório
6. Estoques	6. Grande quantidade e/ou alta qualidade	6. Pequena quantidade, qualidade inferior
7. Preços	7. Fixos (em geral)	7. Submetidos à discussão entre comprador e vendedor ( <i>haggling</i> )
8. Crédito	8. Bancário institucional	8. Pessoal não-institucional
9. Margem de lucro	9. Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	9. Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
10. Relações com a clientela	10. Impessoais e/ou com papéis	10. Diretas, personalizadas
11. Custos fixos	11. Importantes	11. Desprezíveis
12. Publicidade	12. Necessária	12. Nula
13. Reutilização dos bens	13. Nula	13. Freqüente
14. <i>Overhead capital</i>	14. Indispensável	14. Dispensável
15. Ajuda governamental	15. Importante	15. Nula ou quase nula
16. Dependência direta do exterior	16. Grande, atividade voltada para o exterior	16. Reduzida ou nula

Fonte: Santos (1979, p. 34). Adaptado.

Enquanto no circuito superior a organização do trabalho é burocrática, no inferior e, no caso das feiras livres, ela se dá de forma não oficial. No caso do primeiro, existe todo o cumprimento de etapas para a abertura do empreendimento, etapas essas que vão desde a liberação da Receita Federal para o funcionamento do estabelecimento à taxação de diferentes impostos. Nas feiras livres, os vendedores organizam-se desprovidos de fiscalização, pois, dentre outras características, não há um controle rígido de quem pode ou não, ali, comercializar seus produtos. Nas cinco sedes municipais onde a pesquisa foi desenvolvida o poder público municipal destina um sub-espço da feira ou do mercado central para que a população rural comercialize o excedente da produção. Esses agricultores-feirantes espalham lonas sobre o chão ou outros tipos de suporte para que seus produtos sejam comercializados. Os que utilizam barracas também o fazem de forma simples, rudimentar, no sentido de que nem sempre se apropriam de máquinas calculadoras ou fichários e suas respectivas atividades não estão cadastradas em nenhum órgão estadual ou federal. Um comportamento que caracteriza essas feiras é a negligência por parte dos órgãos públicos municipais que não fazem fiscalização sanitária e não administram adequadamente os pontos de venda. Se por um lado, esse abandono contribui para que a feira não receba os cuidados que lhe são necessários, enquanto bem coletivo, por outro, favorece a todos que, sem empecilhos, comercializam seus produtos. Em todas elas, exceto em Itapetinga, não há empecilhos para que qualquer cidadão passe a comercializar qualquer produto. No caso dos boxes, o candidato inscreve-se na secretaria municipal responsável, geralmente a Secretaria de Serviços Públicos, e aguarda a “vacância” dos mesmos. Quando isso acontece, apropria-se do box até que não deseje mais utilizá-lo. No caso dos que desejam vender em lonas, nenhuma inscrição é necessária, basta chegar aos sábados, estendê-las sobre o chão (figura 3), e ali estabelecer um pondo de venda provisório. Além disso, o transporte das mercadorias geralmente é feito em caminhões, animais e em alguns casos nas costas dos próprios vendedores como se observa na tabela 10. Sendo assim, a forma como essas feiras se organizam possibilita enquadrá-las como parte integrante do circuito inferior da economia, uma vez que seu comportamento apresenta elementos “primitivos”, se comparado ao das lojas integrantes do circuito superior.

Tabela 10 – Municípios da Área de Estudo – BA  
 Transporte usado para condução de produtos à feira (%) – 2004

Meio de transporte	Feiras									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Caminhão	12	34	9	35	12	43	18	58	26	70
Carroça	7	21	1	4	4	14	-	-	-	-
Animal	5	14	3	11	2	7	4	13	-	-
Ônibus	6	17	7	27	9	32	3	10	9	24
Carro pequeno	3	9	3	11,5	-	-	4	13	2	6
Outros	2	5	3	11,5	1	4	2	6	-	-
Total	35	100	26	100	28	100	31	100	37	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

VA – Valor Absoluto

VR – Valor Relativo



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 3: Em Itapetinga, assim como nas demais feiras livres estudadas, vender produtos em lona é uma prática comum entre os feirantes-comerciantes.

Como afirmado acima, um elemento que caracteriza o caráter primitivo na organização do circuito inferior é o tipo de meio utilizado para transportar as mercadorias dos locais onde são produzidas ou compradas para onde são comercializadas (figura 4), nesse caso as feiras livres. Se esses meios são mais “rústicos”, sua utilização pode caracterizar uma marca do circuito marginal. Mais de 34% dos comerciantes fazem uso dos caminhões para transportarem suas

mercadorias até à feira. A maioria desses é aberto e serve para o transporte de carnes, cereais, legumes e frutas.



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 4: O caçua, cesto grande utilizada para vender produtos de origem rural, serve também para transportá-los até à feira.

Em Itapetinga, parte desses caminhões é fechada, nesse caso o “baú”, que é utilizado para o transporte da carne do matadouro-frigorífico municipal até à feira. Um dos meios de transporte mais primitivos e que ainda se usa para levar as mercadorias à feira é a carroça. 21%, 4% e 14% dos donos de pontos de venda, respectivamente das feiras de Maiquinique, Macarani e Itarantim, fazem uso desse veículo para que seus produtos cheguem aos feirenses. Todos aqueles que o utilizam são moradores da zona rural, que comercializam o excedente da produção nessas feiras. O ônibus também foi mencionado nas entrevistas e é utilizado principalmente pelos vendedores de produtos importados do Paraguai e pelos que comerciam roupas. Entre 10% e 32% dos feirantes-comerciantes o utilizam como meio de transporte de mercadorias. Os outros mencionados na tabela correspondem

ao carro de mão, à motocicleta, ao próprio homem, dentre outros. A tabela 10 mostra um certo equilíbrio entre as escolhas dos meios de transporte utilizados pelos que vendem na feira. O uso do caminhão pode se dar tanto pelos que estão inseridos no circuito superior ou no CI. Afirma-se não haver um limite rígido acerca desse meio entre os dois circuitos, ou então é também nesse sentido que o CI depende do CS, utilizando-se de alguns dos elementos desse último. No caso da presença de carroças, carros de mão, motocicletas e até os ombros do carregador, trata-se, sem dúvida, de um comportamento do circuito inferior.

Tabela 11 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Comerciantes: investimento anual em capital – 2004

Investimento (R\$)	Municípios									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Até 100	3	9	1	4	2	7	-	-	-	-
Entre 101,00 – 500,00	7	19	4	16	6	21	4	13	1	3
Entre 501,00 – 1.000,00	3	9	2	8	-	-	5	17	1	3
Entre 1.001,00 – 5.000,00	14	30	5	19	8	29	8	25	10	27
Entre 5.001,00 – 10.000,00	3	9	5	19	3	11	2	6	5	13
Mais de 10.000,00	-	10	2	8	4	14	9	29	18	49
Não sabe	5	14	7	26	5	18	3	10	2	5
Total	35	100	26	100	28	100	31	100	37	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.

VA – Valor Absoluto

VR – Valor Relativo

A análise de um segundo comportamento, nesse caso, o valor de capital empregado para manter o funcionamento da atividade comercial, possibilitou identificar o montante de dinheiro empregado pelos comerciantes para o funcionamento dos seus pontos de venda. Segundo Santos (1979, p. 34), no CS o valor de capital empregado para o funcionamento da atividade comercial é importante, nesse caso, destina-se valores altos para seu funcionamento. No CI esse valor é reduzido. A tabela 11 descreve o investimento que os feirantes-

comerciantes empregam em seus negócios anualmente. Em média, mais de 52% dos feirantes-comerciantes investem até R\$ 5.000,00 nas 5 feiras estudadas. Itapetinga apresenta-se como o único município onde apenas 34% de seus feirantes investem até esse valor e 62% deles mais de R\$ 5.001,00. É importante ressaltar que foi incluso nesse total o valor das despesas com pagamento de “funcionários”, com transporte, manutenção e reforma do local de venda (usuários de boxes) e, em alguns casos, com a compra de mercadorias.

A análise dos dados da tabela 11 reforçou o propósito de inclusão das feiras no circuito inferior da economia, visto que o valor reduzido do capital, empregado para a manutenção de seus respectivos negócios, apresenta-se como mais uma característica desse circuito.

O circuito inferior da economia caracteriza-se por apresentar uma grande oferta de empregos se totalizada a quantidade de estabelecimentos ou unidades de produção, porém, nesse circuito, cada indústria ou ponto de venda oferece um número reduzido de empregos, embora seja difícil definí-los, pois compreendem tanto o trabalho mal remunerado como o trabalho temporário e instável (Santos 1976, p. 160 e 175). No caso dos dois circuitos econômicos, sabe-se que há diferenças tanto na quantidade de empregados que cada um absorve, como nas duas definições acima. No CS o número de pessoas absorvidas por suas instituições geralmente é baixo e o trabalho tende a ser bem remunerado, enquanto o CI retém maior número de indivíduos e o emprego é mal remunerado, sendo geralmente temporário e instável. No primeiro caso, as relações trabalhistas entre patrão e empregado se estabelecem mediante o uso da carteira assinada, seguindo-se a legislação trabalhista. Quanto às relações no CI elas resultam quase sempre de um contrato pessoal estabelecido entre as partes, onde se dá grande importância ao trabalho familiar, diferentemente do setor formal, onde a presença dos membros da família nos estabelecimentos é insignificante. A tabela 12 caracteriza o perfil do comerciante das cinco feiras livres pesquisadas no tocante à existência ou não de empregados em seus pontos de venda e aos vínculos existentes entre eles, nesse caso entre o “dono” do comércio e o “contratado”.

Tabela 12 – Municípios da Área de Estudo - BA  
 Perfil do comerciante nas feiras livres – 2004

Relações de trabalho	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Próprio/sozinho	12	35	12	43	12	43	10	32	15	41
Próprio/família	13	37	7	30	9	32	16	52	13	35
Próprio c/outros	8	28	3	12	6	21	3	9	7	19
Para terceiros	-	-	4	15	1	4	2	7	2	5
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>31</b>	<b>100</b>	<b>37</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

VA – Valor Absoluto

VR – Valor Relativo

Em todas as feiras a porcentagem de comerciantes que são os donos dos pontos de venda é significativa. Mais de 90% dos entrevistados trabalham por conta própria, excetuando-se apenas a feira de Macarani, onde 85% dos consultados apresentam-se como proprietários do local de venda. Portanto esse quadro se constitui em mais um motivo para a compreensão da feira a partir do circuito inferior da economia, que possui, dentre outras características, o fato de os locais de venda pertencerem aos próprios comerciantes. Outra característica presente na tabela 12 e que fortalece esta idéia é o fato de que em todas as feiras a quantidade de feirantes que apenas têm os membros da família como ajudantes nos serviços é significativa. Santos (1976, p. 172) afirma que a utilização de membros da família nas atividades comerciais substitui o trabalho assalariado, que obrigaria o comerciante a pagar encargos sociais e impostos, o que poderia inviabilizar uma atividade onde a demanda é flutuante. Alguns fatores determinam essa demanda flutuante pelos produtos da feira. Dentre esses pode-se citar o calendário agrícola, o calendário das festas locais, as estações do ano, o período de pagamento das prefeituras locais e a data de pagamento aos aposentados, dentre outros fatores.

A escolha de familiares para o auxílio nas atividades feirenses possibilita ao feirante manter o seu ponto de venda de forma que não tenha prejuízos e que o lucro obtido possibilite a sobrevivência dele e de sua família. Como mostra a tabela 12, cerca de 38% dos “donos” de estabelecimentos trabalham com a colaboração de

familiares, tomando-se a média das 5 feiras estudadas. No caso da feira livre de Itororó, cerca de 52% dos comerciantes têm a presença do trabalho familiar em seus locais de venda. Se a utilização do trabalho familiar é uma característica importante no desenvolvimento do circuito inferior, as feiras, por possuírem parte de seus comerciantes que se utilizam dos membros da família no trabalho semanal, também são passíveis de serem entendidas como parte do circuito marginal.



Figura 5:  
A inexistência de infraestrutura adequada impossibilita o estoque de muitos produtos comercializados na feira, dentre esses os hortifrutíferos.

No que se refere ao estoque, as lojas dos dois circuitos apresentam comportamentos diferentes. Santos (1979, p. 34) afirma que no circuito superior ele se caracteriza por apresentar grande quantidade e/ou alta qualidade de/das mercadorias. Já no circuito inferior, o volume estocado é pequeno e elas possuem qualidade inferior se comparadas às do circuito maior. A razão do menor estoque no CI deve ser procurada no consumo e no fracionamento do mesmo pelo cliente além de o comerciante não dispor de condições que o possibilitem estocar produtos perecíveis e não-perecíveis, adquirindo-os sempre em pequena quantidade. No caso das feiras, o estoque para a maior parte dos produtos é sempre baixo, pois a maioria dos feirantes compra a quantidade a ser vendida por conta da precariedade em que suas atividades são desenvolvidas. É o caso dos “donos” dos pontos que vendem hortifrutíferos (figura 5), carnes e derivados, que não dispõem dessas condições acima mencionadas. Quanto àqueles que comercializam cereais, roupas e importados, estocar mercadorias é uma prática mais comum, já que o produto não perde a qualidade ao longo do tempo. No caso dos que vendem o que produzem, os feirantes rurais, a possibilidade de “acumular” é nula, pois à medida que se dá a

colheita ou a produção de determinado bem, dá-se também a venda do mesmo na feira. No caso dos feirantes que fazem uso dessa prática, o volume estocado é pequeno, pois não dispõem de locais para guardar as mercadorias. Geralmente elas ficam em caixotes dispostos na própria barraca esperando para serem comercializados.

Outros comerciantes ainda se utilizam dos boxes para “guardarem” os produtos ao mesmo tempo em que estabelecem pontos de venda na feira livre. Ainda assim, esses não têm condições de fazê-lo, uma vez que esses boxes são de pequena dimensão e se prestam a múltiplas funções. Sendo assim, o estoque na feira livre é uma prática inexistente para parte significativa dos que lá vendem, e, no caso dos que fazem uso desse procedimento, a quantidade da mercadoria que fica à espera da comercialização é pequena.

No circuito superior os preços são geralmente fixos. No caso do circuito inferior, Santos (1979, p. 194) afirma que os preços dependem das condições em que o comerciante é abastecido e das formas de relações estabelecidas com sua clientela. O comprador quase sempre se utiliza do recurso de regatear, pechinchar, prática essa entendida aqui a partir da definição de Santos (p.196) como a discussão que se estabelece entre o comprador e o vendedor sobre o preço de uma mercadoria, constituindo-se como um dos aspectos mais característicos da formação dos preços no circuito inferior. No caso das feiras livres, o valor dos produtos depende muito das relações que se estabelecem entre o comprador e o vendedor. O fato de a maioria dos consumidores afirmar que o preço dos produtos na feira é mais baixo que nos mercados é um indicativo de que o comportamento do mesmo é mutável e pode, após a pechincha, baixar. Essa possibilidade acaba construindo no imaginário popular a idéia de que, na feira livre, os preços são mais baixos. A tabela 13 revela o comportamento dos consumidores que afirmam ser os produtos feirenses de menor valor que aqueles encontrados em outros estabelecimentos.

Mais da metade dos consumidores afirmou ser o preço dos produtos vendidos na feira mais baixo que os comercializados nos mercados. No caso da feira de Itapetinga 76% dos consumidores afirmaram que os preços dos mercados são mais altos que os produtos encontrados na mesma.

Tabela 13 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Consumidores: preço mais acessível dos produtos (%) – 2004

Respostas	Municípios				
	Maiquinique	Macarani	Itarantim	Itororó	Itapetinga
Sim	61	52	58	63	76
Não	23	31	29	16	6
Depende do produto	12	11	10	16	11
Não sabe	4	6	3	5	7

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

Para Santos (p. 195) a escala do tempo não é a mesma nos dois circuitos econômicos. Isso explica as diferenças de preço de um mesmo produto numa mesma rua e até mesmo numa mesma feira. Essa lógica interna no circuito inferior é baseada, sobretudo, no tempo. Guardar uma mercadoria ao invés de vendê-la a um preço baixo pode representar maior prejuízo. A falta de lucro é compensada pela recuperação do dinheiro líquido que será utilizado na compra de nova mercadoria. Imagine o vendedor de frutas e legumes que não dispõe de refrigerador para conservar o produto para que seja vendido no dia seguinte ou no sábado seguinte. Por conta desse complicador, os preços de determinados produtos variam de comerciante para comerciante. Essa variação se dá, sobretudo, para os que vendem legumes frutas e verduras. Os feirantes-produtores rurais são obrigados a baixar o preço do produto quando o final da feira se aproxima, pois precisam comprar os bens que não produzem, para a sua subsistência, além de ser trabalhoso voltar para as suas propriedades com produtos perecíveis como cachos de banana, alface, coentro, dentre outros.

Ao falar sobre o crédito institucional (bancário), Santos (1979, p. 186 e 187) afirma que “as pequenas atividades do circuito inferior não oferecem garantias suficientes para obter esse tipo de crédito, e o próprio princípio de seu funcionamento lhe veda qualquer pagamento de títulos em datas fixas”. Enquanto no CS os diferentes agentes que o constituem fazem uso dessa possibilidade, no CI essa prática é quase inexistente. Essas duas realidades estão condicionadas à organização de cada sistema. Enquanto no primeiro o lucro é maior em se tratando do montante do negócio, possibilitando assim o comerciante tomar empréstimo, no

segundo, sendo o lucro pequeno, impossibilita aos agentes fazerem uso do mesmo. No caso dos feirantes-comerciantes o crédito institucional é uma possibilidade descartada. A maior parte do dinheiro obtido na venda de produtos na feira é destinada à compra de mercadorias a serem vendidas na feira seguinte, valor esse se constituindo como capital de giro. O pequeno lucro é destinado à compra de alimentos para a subsistência diária.

Quanto à questão do lucro, Santos (p. 194) chama atenção para o fato de que não se deve confundir lucro global com lucro unitário. Segundo ele, no circuito superior, o montante de lucro é alto, enquanto é baixo por unidade vendida, no circuito inferior, dá-se o contrário, o montante de lucro obtido pelas vendas é baixo e é alto por unidade comercializada. O vendedor de rua tem menor lucro global pelo fato de seu comércio ser mais aleatório, pelo fato de ter uma clientela menor e pelo fato de ele poder passar dias sem “ganhar nada”. De certa forma essas características o obrigam a aumentar o preço das mercadorias que vende. Enquanto no circuito superior, a obtenção ou não do lucro determinará a continuação do negócio, no circuito inferior, essa não é a primeira preocupação. O lucro adquirido destina-se à sobrevivência, nesse caso, o principal objetivo é assegurar a vida imediata. O comportamento do circuito inferior no que se refere aos lucros obtidos pode ser observado nas feiras livres estudadas. O lucro alto por unidade vendida se dá por conta dessas e de outras condições: o comércio aleatório, uma menor clientela, a inexpressiva comercialização de produtos durante a semana e a indisponibilidade de técnicas de armazenamento e de sistemas de distribuição mais evoluídos, como ocorre no CS. Isso obriga os feirantes-comerciantes a aumentarem o valor do produto nos dias de feira, de forma a compensar a não vendagem e/ou o baixo número de venda nos dias em que a feira não ocorre. Mesmo aquelas que duram mais de um dia, como as feiras de Itororó e de Itapetinga, que começam, mesmo com menor movimento, nas sextas à tarde, essa prática é um procedimento utilizado por seus vendedores.

A tabela 14 mostra o montante do lucro dos comerciantes obtido semanalmente nas feiras onde a pesquisa se desenvolveu. Os dados mostram que cerca de 53,8% dos entrevistados afirmaram que têm lucro semanal de até meio salário mínimo, tomando-se a percentagem média das 5 feiras estudadas. Quanto àqueles que recebem semanalmente, entre meio e um salário, correspondem a cerca de 25,2% dos entrevistados, considerando-se a percentagem média para as

cinco feiras. Somando-se a porcentagem do primeiro grupo com a do segundo chega-se à seguinte conclusão: cerca de 79% dos feirantes-comerciantes das feiras municipais recebem semanalmente, correspondendo ao lucro global, até um salário mínimo. No caso dos feirantes de Maiquinique e Macarani esse valor sobe respectivamente para 86% e 85% respectivamente. Os dados obtidos sobre a distribuição da renda global por feirante mostram mais uma característica do circuito inferior presente na produção das feiras livres: o total do lucro obtido pelo comerciante na venda dos produtos é baixo, porém, existe uma variação do mesmo a depender do tipo de produto que se comercializa, do investimento material e de capital que se emprega e do montante de produto comercializado. Em Maiquinique, os feirantes-comerciantes de confecções são os que obtêm maior lucro se comparados aos vendedores dos demais produtos. Em Macarani, os que vendem carne e produtos hortifrutíferos em barracas são os que estão nessa condição, já aqueles que comercializam esses últimos produtos em lonas sobre o chão, têm os menores lucros. Os feirantes-comerciantes de carne e de confecções são os que têm maior lucratividade na feira de Itarantim. Em Itororó e em Itapetinga beneficiam-se mais os que vendem carne e produtos hortifrutíferos em barracas. Nas feiras destes três últimos municípios, Itarantim, Itororó e Itapetinga, segundo informações obtidas em campo, não existe um único produto que produza menor lucro ao feirante-comerciante. Os que comercializam os demais produtos informaram que, semanalmente, obtêm menos de meio salário mínimo e outros ainda, obtêm um salário mínimo como lucro. A variação existente entre comerciantes de um mesmo produto e entre comerciantes de produtos variados se dá, dentre outros fatores, pelo investimento desigual feito pelo feirante-comerciante em seu empreendimento, o que também implica numa maior ou menor quantidade de produtos comprados a serem revendidos. Sendo assim, quem investe mais capital em seu negócio, comprando barraca, diversificando produtos e aumentando o montante a ser comercializado obtêm maior lucro, os que não se comportam assim, estão no grupo daqueles que recebem menor lucro. Percebeu-se ainda que os feirantes comerciantes de origem rural estão no grupo dos que lucram até meio salário mínimo por semana, ao contrário do que acontece na maioria dos municípios onde os que comercializam carne estão no grupo dos que obtêm maior lucro (figura 6). Sendo assim, embora o lucro obtido pelo feirante seja baixo se comparado ao lucro do comerciante no CS,

existe uma diferença em lucratividade entre os diferentes vendedores que trabalham na feira, diferença essa que se expressa na sua configuração espacial.

Um outro aspecto característico do circuito inferior é a forma como se dá a relação entre os que vendem e os que compram na feira. Essa relação caracteriza-se por ser a menos impessoal possível. Além de se comprar em determinado ponto de venda o consumidor conversa, discute com o comerciante sobre o produto e o preço, e a conversa quase sempre extrapola para questões outras, ligadas aos fatos locais e à relação estabelecida entre as pessoas. Nos municípios que apresentam menor população esse tipo de comportamento é parte integrante do acontecer semanal da feira.

Tabela 14 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Comerciantes: renda semanal – 2004

Renda	Municípios									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Até meio salário mínimo	21	60	17	66	12	43	17	54	17	46
Entre meio e 1 salário mínimo	9	26	5	19	9	32	6	19	11	30
Entre 1 e 2 salários mínimos	4	11	3	12	5	18	4	14	8	22
Entre 3 e 4 salários mínimos	1	3	-	-	2	7	4	13	1	2
Entre 5 e 7 salários mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não sabe	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
Total	35	100	26	100	28	100	31	100	37	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

VA – Valor Absoluto

VR – Valor Relativo



Foto: Gil Porto - 2005

Figura 6: Em Itapetinga, os feirantes-comerciantes de carne estão no grupo dos que obtêm maior lucro com a comercialização do produto.

Quanto à publicidade, ela é uma característica presente, sobretudo, no circuito superior. Segundo Santos (1979, p.36), ela é responsável pela maior parte dos negócios nele desenvolvidos. Essa característica é praticamente nula no circuito inferior, pois não há montante de capital suficiente para investir nesse tipo de estratégia, uma vez que o lucro obtido é para a sobrevivência da família. Ao invés da propaganda, o contato estabelecido socialmente entre o feirante vendedor e o feirante consumidor garante a venda dos produtos e uma clientela quase sempre fixa.

Tabela 15 – Municípios da Área de Estudo - BA

Atividades econômicas desenvolvidas pelos comerciantes dentro e fora da feira –  
2004

Municípios	Trabalham apenas na feira (%)	Trabalham em outras atividades (%)				Total
		Provisórias	Permanentes			
			Agropecuária	Comércio	Outras	
Maiquinique	37	6	12	25	20	100
Macarani	61	4	16	11	8	100
Iтарantim	57	7	21	-	15	100
Itororó	45	3	22	16	14	100
Itapetinga	56	-	8	19	17	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

No circuito inferior, o comerciante assume diferentes funções (Santos, 1979, p.176), para que seu estabelecimento funcione adequadamente, de acordo com as peculiaridades desse circuito. Em relação aos comerciantes das cinco feiras, todos afirmaram que compram e vendem as mercadorias e também se ocupam com a administração do local de venda. Além disso, muitos disseram transportar os produtos comprados ou produzidos; os que assim não o fazem pagam a terceiros para fazê-lo. Ainda existem aqueles que se dedicam a diferentes funções durante a semana. A tabela 15 esclarece essa multifuncionalidade dos feirantes-comerciantes das feiras estudadas. Considerando-se a percentagem média para as cinco feiras, 51,2% deles afirmaram dedicar-se apenas ao trabalho feirense. A feira de Macarani é a que concentra mais comerciantes com esse perfil, 61% dos mesmos. A feira de Maiquinique é aquela que possui menos comerciantes que se dedicam apenas à venda na feira, são 37% dos feirantes. Cerca de 48% dos vendedores afirmaram que

se dedicam a outras atividades durante a semana. Desses 48 %, muitos estão em serviços provisórios, como diaristas. Outros se dedicam à agropecuária. Nesse grupo estão àqueles que residem na zona rural e comercializam na feira o que produzem. Outros ainda dirigem estabelecimentos fixos em diferentes locais das suas respectivas cidades (bares, lanchonetes, mercearias, etc.) e há ainda aqueles que nos dias da semana trabalham em outras atividades ou sub-setores econômicos: serviços públicos municipais, atividades de construção e atividades domésticas.

O comportamento dos dados acima permite entender a existência de outras características do circuito inferior que estão presentes no desenvolvimento das feiras livres. Os baixos salários constituem uma razão que impulsiona muitos trabalhadores a tentarem, nas atividades feirenses, conseguir um aumento de sua renda. O fato de os vendedores chamarem para si diferentes funções inerentes ao funcionamento de suas atividades comerciais indica que os mesmos não têm recursos suficientes para terceirizar essas funções ou etapas. Essas características, dentre outras, são uma marca do circuito inferior nas feiras livres.

Tabela 16 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Urbanização – Feirantes produtores – 2004

Municípios	Taxa de urbanização (%) <sup>1</sup>	Feirantes produtores (%) <sup>2</sup>
Maiquinique	71,09	17
Macarani	73,45	19
Itarantim	76,58	18
Itororó	83,98	13
Itapetinga	95,25	4
Média	80,02	14,2

Fontes: 1) SEI, 2000 / IBGE - 2000.

2) Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.

Santos (1979, págs. 68 e 69) afirma que os produtos que abastecem o comércio alimentício do circuito superior têm sua origem em áreas exteriores à cidade e à região. No caso do comércio no circuito inferior, as fontes de abastecimento são principalmente locais. Embora sejam os produtos comercializados na feira principalmente de origem externa aos municípios, parte

significativa deles, como carnes, frutas, verduras e derivados têm sua origem nos respectivos municípios onde as cinco feiras acontecem (figura 7).



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 7: Produtos originários da Agrovila, uma das localidades rurais que abastece a feira livre de Itarantim.

Santos (1979, p.177), discutindo acerca da produção de alimentos, afirma que as relações diretas entre o produtor rural e o consumidor tendem a desaparecer com a urbanização e em função do tamanho da cidade. Nos municípios onde há menores taxas de urbanização ainda se encontra nas feiras um número significativo de comerciantes que vendem o que produzem. A tabela 16 possibilita compreender melhor esse comportamento. No grupo dos municípios estudados, Maiquinique é aquele que apresenta menor taxa de urbanização, logo, o fato de possuir uma expressiva população no campo, se compara a dos outros municípios, determina que sua feira livre possua uma percentagem relativamente alta, 17%, de feirantes produtores. Em Itapetinga, onde a taxa de urbanização é de 95,25%, existem menos feirantes-comerciantes produtores. Apenas 4% do entrevistados moram no campo.

Em todos os municípios, onde as feiras estudadas estão inseridas, as taxas de urbanização são altas. Como esclarece a tabela 16, em relação aos vendedores das feiras, cerca de 14% deles produzem a mercadoria comercializada, exceto em Itapetinga, onde apenas 4% dos feirantes são produtores. Essa peculiaridade da feira de Itapetinga é uma resposta à alta taxa de urbanização que possui. Como afirma Santos, em municípios onde a maioria da população habita o espaço citadino, os produtos que abastecem o comércio, e nesse caso a feira, têm a sua origem,

principalmente, em áreas distantes. Pode-se dizer que à medida que a taxa de urbanização aumenta o número de feirantes produtores tende a diminuir.

Tabela 17 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Comerciantes: formação escolar (%) – 2004

Formação Escolar		Municípios				
		Maiquiniqu e	Macarani	Itaranti m	Itororó	Itapeting a
Ensino incompleto	Fundamental	31	46	36	48	29
	Fundamental completo e Ensino Médio incompleto	25	12	25	10	33
	Ensino Médio completo e Superior incompleto	3	-	14	13	16
	Ensino Superior completo	-	-	-	-	-
	Nenhuma alternativa acima	41	42	25	29	22
Total		100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.

O ingresso nas atividades do circuito inferior aparece como possibilidade de adquirir o mínimo para a sobrevivência. Esse circuito torna-se então uma estrutura de abrigo para muitos cidadãos novos e até mesmo antigos que geralmente são desprovidos de capital e qualificação (Santos 1979, p. 159). A maioria dos agentes envolvidos no processo de compra e venda nos circuitos das feiras não tem qualificação profissional. A maioria dos feirantes-comerciantes tem baixa escolaridade como mostra os dados da tabela 17.

Nos municípios de Maiquinique e Macarani, acredita-se que mais de 40% dos “donos” de pontos de vendas são analfabetos, uma vez que, por meio da pesquisa de campo, não possuem nenhuma formação escolar. Os que estudaram, mas que não concluíram o Ensino Fundamental correspondem a 31%, 46%, 36%, 48% e 29%, respectivamente, para os municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga. A soma dos que nunca estudaram<sup>16</sup> com aqueles que freqüentaram a escola, mas não concluíram o ensino fundamental, chega a mais de 60% dos entrevistados, exceto Itapetinga que apresentou uma porcentagem de 51% dessa soma. Entretanto, 88% dos feirantes de Macarani estão nessa condição. Os

<sup>16</sup> Os entrevistados que afirmaram não estar incluídos em nenhuma opção referente à formação escolar foram incluídos no grupo dos que nunca tiveram acesso à escola.

que se encontram na condição de terem concluído o Ensino Fundamental e não terem chegado à conclusão do Ensino médio correspondem a 25%, 12%, 25%, 10% e 33%, respectivamente, para os municípios de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga. Em nenhuma das feiras foi encontrado feirantes que tenham iniciado ou concluído o Ensino Superior. Os dados acima serviram para mapear o nível de escolarização dos feirantes entrevistados, além de confirmar o que assegura Santos acerca do baixo nível de profissionalização-escolarização dos que estão envolvidos no trabalho do CI, no caso da questão aqui discutida, os que vendem seus produtos nas feiras livres. Essa característica, dentre outras, coloca a atividade feirense como parte das atividades do circuito inferior, desenvolvidas no espaço urbano.

### 3.2 O QUE NÃO SE APLICA AOS MERCADOS PERIÓDICOS

Algumas características do circuito inferior não estão presentes no “acontecer” das feiras livres. Isso se dá por conta de algumas situações ou peculiaridades nelas existentes. O fato de algumas dessas características não estarem presentes não torna a teoria criada por Milton Santos menos importante já que se passaram mais de trinta anos desde que ele analisou a economia urbana dos países subdesenvolvidos; ao contrário, o fato de algumas características não estarem presentes, a enriquece e a atualiza, embora daquele momento até hoje mudanças substantivas aconteceram no mundo pobre, que alteraram a economia de seus países produzindo mudanças estruturais e funcionais no seu conjunto populacional e também nas atividades comerciais. Além disso, o estudo acerca do comércio do circuito inferior sugere a análise de diferentes manifestações dessa atividade. A análise pode ser feita a partir da atividade desenvolvida pelos camelôs, ou pode-se atentar ainda para os pontos de venda fixos na periferia das cidades ou ainda analisar a produção das feiras livres. Existe uma teoria geral que explica as atividades desse circuito, no entanto, a depender da especificidade do comércio a ser analisada, algumas variáveis sugeridas por Santos não se aplicam à atual produção das feiras livres. Por conta disso, há restrições na construção de uma ponte entre alguns aspectos da teoria e o fenômeno em si. Santos afirma (1979, p. 188) que, no circuito inferior, o consumidor, por ser pobre e não possuir emprego fixo, utiliza-se do crédito, que se constitui numa necessidade indispensável para a

compra de mercadorias. Já o circuito superior não está adaptado para esse tipo de crédito, pois as relações impessoais entre os agentes e os consumidores não possibilitam essa prática. Porém afirma, que a modernização do consumo aumenta a necessidade de crédito tanto para a classe média como para a classe popular. Sendo assim, a primeira passaria a fazer uso do crédito, assim como o faz a segunda. Se a venda à crédito está presente em algumas modalidades de comércio, no circuito inferior, o mesmo não ocorre no desenvolvimento das feiras livres, onde essa prática é pouco desenvolvida. O fato de o feirante-comerciante precisar, durante a semana, comprar mercadorias para vender na próxima feira, constitui-se num empecilho à venda com pagamentos futuros. Logo, a venda a crédito não é uma prática comum nas feiras livres, pois desestabiliza a atividade do feirante-comerciante, que precisa, com o dinheiro obtido na venda, comprar produtos novos para revendê-los e adquirir os alimentos necessários para a sobrevivência. Como mencionado anteriormente, tomar empréstimo não é uma característica dos comerciantes do circuito inferior bem como a prática da poupança, uma vez que a própria natureza do negócio não permite. Por conta dessa realidade, essa variável, a venda a crédito, não está presente nas feiras estudadas.

A tabela 18 indica a distribuição, por sexo, dos feirantes-comerciantes das cinco feiras analisadas. Para as cinco feiras, o número de vendedores do sexo masculino corresponde em média a 66% do total. A feira de Macarani é a que apresenta maior quantidade de homens envolvidos nessa atividade. Nela, 73% dos feirantes são homens. Em Itarantim, encontrou-se a menor porcentagem, 57% dos entrevistados. Santos (1979, p. 164) afirma que, em se tratando do comércio no circuito inferior, as mulheres são as que mais se destacam como comerciantes. Os dados da tabela abaixo indicam que, no caso das feiras, esse comportamento se dá de forma contrária; diferentemente do que aponta Santos, são os homens que se destacam quantitativamente no ato de comercializar, embora o número de mulheres também seja expressivo. Esse aspecto corresponde a mais uma variável, definida por Santos, presente no circuito inferior da economia, que não se aplica à produção das feiras livres. Embora tenha sido mencionada essa questão anteriormente, reafirma-se que o fato de essa e outras variáveis não estarem presentes nas feiras, não enfraquece a teoria de Milton Santos, ao contrário, a valoriza, indicando sua contemporaneidade.

Tabela 18 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Feirantes: sexo (%) – 2004

Sexo	Feiras				
	Maiquinique	Macarani	Itarantim	Itororó	Itapetinga
Masculino	63	73	57	67	70
Feminino	37	27	43	33	30

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

Santos (1976, p. 191) diz que no circuito inferior há um enorme fracionamento da mercadoria. Isso significa que antes do produto chegar ao pequeno varejista ele passa pelas mãos de um grande número de intermediários. Esse aspecto, segundo os dados obtidos na pesquisa, como mostra a tabela 19, é mais um que não se aplica à produção das feiras.

Tabela 19 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Feirantes: posição do fornecedor de produtos – 2004

Municípios	Características do fornecedor			Total
	Produtor	Intermediário	O próprio feirante	
Maiquinique	51	32	17	100
Macarani	42	39	19	100
Itarantim	57	25	18	100
Itororó	41	46	13	100
Itapetinga	41	55	4	100
Média	46,4%	39,4%	14,2%	-

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.

Cerca de 46% dos feirantes afirmaram que compram a mercadoria diretamente dos produtores, tomando-se a porcentagem média das 5 feiras estudadas. Se a esse valor é acrescido à porcentagem dos que produzem a mercadoria vendida, chega-se então a um total de pouco mais de 60% dos comerciantes que não adquirem seus produtos nas mãos dos intermediários. Itororó e Itapetinga possuem respectivamente 46 e 55% dos feirantes que compram suas mercadorias na mão desses agentes. Escolhendo essa variável isoladamente para explicar o fenômeno em questão, chegar-se-ia à seguinte conclusão: as feiras de

Itororó e Itapetinga estão mais diretamente inseridas no circuito inferior da economia que as de Maiquinique, Macarani e Itarantim, pois a maior parte dos produtos nelas comercializados é adquirida via intermediários.

Tabela 20 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Comerciantes: tempo de trabalho na feira (%) – 2004

Tempo (anos)	Municípios				
	Maiquinique	Macarani	Itarantim	Itororó	Itapetinga
Até 1	20	12	4	13	11
2 – 3	17	19	7	10	11
4 – 5	20	16	25	10	4
6	11	-	7	6	-
+ de 10	32	53	57	61	74
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

Para Santos (1979, p. 199), a fluidez do emprego é a marca do circuito inferior. A desqualificação profissional, atrelada à crise do desemprego pela qual passa os países subdesenvolvidos, faz com que os indivíduos passem com frequência de uma ocupação para outra. Essa mobilidade do emprego é uma tentativa de adaptar-se às oscilações da conjuntura. Geralmente uma grande parcela das pessoas que trabalha no circuito inferior só está na atividade há menos de um ano. Com base na tabela 20, pode-se afirmar que, em média, 12% dos comerciantes trabalham há menos de um ano nas feiras estudadas. Aqueles que estão a mais tempo, entre dois e cinco anos, correspondem a 37, 35, 32, 20 e 15% dos vendedores das feiras de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga, respectivamente. Os que trabalham há mais de uma década nessa atividade chegam a mais da metade do total dos feirantes, exceto em Maiquinique, aonde esse valor chega a 32%. Os dados indicam que à medida que os municípios apresentam menor população absoluta e menor taxa de urbanização ou possuem uma parcela mais significativa da população sem rendimentos, há maior rodízio de vendedores nas feiras. Contudo, no conjunto das feiras analisadas, a maioria dos feirantes está na atividade há mais de 10 anos. Um dos fatores que explica essa pouca rotatividade da maioria dos feirantes é o fato de que, mesmo com a crise, o

trabalho na feira representa a única possibilidade de se conseguir o básico para a sobrevivência. A discussão aqui construída sobre a mobilidade do emprego no circuito inferior é um aspecto que não ocorre nas feiras estudadas com a mesma intensidade e representatividade como ocorre em outras modalidades de comércio no circuito inferior.

Mesmo identificando alguns aspectos do circuito inferior não presente nas feiras livres, fica evidente nesse trabalho a tentativa e o acerto de classificá-las como uma modalidade do circuito inferior presente nas cidades ou regiões dos países pobres e em desenvolvimento. As principais características do circuito inferior da economia construídas e teorizadas por Santos estão presentes no comportamento dos principais agentes que produzem essas feiras. Isso mostra que o circuito inferior tem a sua dinâmica interna, tem forças para criar atividades e para dar à população que o constrói, quando não uma vida melhor, a possibilidade de alimentar-se e ter um teto para repousar. Para o professor Santos, o dinamismo do circuito inferior é absoluto quando ele é considerado um subsistema fechado. Mas, se se leva em consideração sua dependência do circuito superior, esse dinamismo revela-se relativo. Acreditando nessa premissa iniciou-se a discussão que embasa o trabalho, discussão essa que não nega a dependência do CI em relação ao CS, mas o concebe, sobretudo, como uma manifestação humana, que é ao mesmo tempo histórica, econômica, cultural e espacial.

### 3.3 O “MOVIMENTO” DA FEIRA E A ANÁLISE DAS ATIVIDADES COMERCIAIS SOB A ÓTICA DE OUTROS PENSADORES

Santos e Serpa (2001), ao mencionarem a Teoria das Localidades Centrais, desenvolvida por Christaller, em 1933, discutiram a influência que determinados centros urbanos exercem sobre outros. A teoria desenvolvida pelo geógrafo alemão não se aplica em sua totalidade à organização dos centros urbanos nas diferentes regiões brasileiras. Sabe-se que alguns serviços existentes em aglomerações de grande e médio porte são utilizados pela população de cidades pequenas, entretanto, é contra-senso afirmar que a maioria desses serviços seja utilizada por essa população, como por exemplo, o comércio das feiras livres. Um outro motivo que impossibilitou a aplicação dessa teoria às cidades brasileiras é o fato de que esse arcabouço conceitual foi construído a partir de uma realidade espacial cujo

estágio de desenvolvimento econômico é diferente da realidade presente, onde a industrialização e o intenso processo de urbanização intensificou-se a partir da década de 50 do século passado. Quanto ao comércio desenvolvido nas feiras, não houve possibilidade de compreendê-lo a partir do modelo christaliano, pois ele serve, em quase sua totalidade, à população dos municípios onde ele se desenvolve. A tabela 21 mostra a origem dos consumidores de cada uma dessas feiras.

Tabela 21 – Municípios da Área de Estudo - BA

Consumidores: origem (%) – 2005

Origem	Municípios										
	Maiquinique		Macaran i		Itarantim		Itororó		Itapetinga		
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	
Maiquinique	79	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macarani	-	-	94	6	-	-	-	-	-	-	-
Itarantim	2	-	-	-	74	26	-	-	-	-	-
Itororó	-	-	-	-	-	-	71	6	-	-	-
Itapetinga	-	-	-	-	-	-	3	15	90	10	-
Outros	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.

U – Urbana

R – Rural

A análise dos dados acima permite afirmar que praticamente a maioria absoluta dos feirantes-consumidores provém dos próprios municípios. 100% dos entrevistados das feiras de Macarani, Itarantim e Itapetinga habitam nos respectivos municípios. No caso da feira livre de Maiquinique, 2% dos seus consumidores habitam na sede do município de Itarantim. Em relação à feira de Itororó, percebeu-se que, no conjunto das feiras estudadas, é aquela que apresentou maior percentagem de consumidores de outros municípios. 18% desses são do município de Itapetinga e outros 5% de outras cidades. A explicação está no fato de que o município de Itapetinga possui um distrito por nome de Bandeira do Colônia, que se separa da sede do município de Itororó por meio do rio cujo nome é Colônia. Como esse distrito não possui feira livre, sua população utiliza-se dessa atividade para satisfazer suas necessidades de compra. 18% dos 23% que compram não são de Itororó e habitam o distrito sob jurisdição de Itapetinga. A visita da população de Bandeira do Colônia à feira de Itororó dá-se por três motivos, a saber: inexistência de feira em seu distrito, a sede do município de Itapetinga dista 33 km e no campo da

configuração espacial e dos serviços urbanos, Bandeira do Colônia e Itororó constituem uma única cidade.

Bromley, juntamente com Symansky e Good (1980), foi um dos primeiro geógrafos a analisar a produção e o comportamento das feiras livres nos países desenvolvidos. Bromley, ao estudá-las, afirmou que sua substituição tem se dado por feiras especializadas e que à medida que as sociedades passam por um crescimento econômico elas entram em declínio. Considerando-se que o espaço estudado tem recebido investimentos, nas esferas pública e privada, para a criação e implementação de diferentes atividades ligadas à indústria, ao ensino e à saúde, pode-se dizer que o espaço sub-regional tem sido alvo de ações que visam, sobretudo, seu crescimento econômico. Mesmo com a materialização dos planos e dos investimentos, diferentemente do que sugere o autor, as feiras livres em questão não têm iniciado seu processo de declínio, embora, a depender do calendário das festas, das estações do ano e de outros eventos, elas apresentam maior movimento de feirantes-comerciantes e de feirantes-consumidores e uma maior variação de produtos no tocante à quantidade e à qualidade. Sendo assim, à medida que a população de determinada área aumenta seu poder aquisitivo e há um aumento quantitativo da classe média, as feiras tendem a enfraquecer-se, pois para esse autor as feiras servem em sua maioria à população pobre. No caso dos municípios estudados, a classe média corresponde a uma minoria absoluta da população total e a maioria da população desses municípios não tem nenhum rendimento ou recebe até um salário mínimo por mês como mostra a tabela 7, vista no segundo capítulo.

No que se refere à afirmação dos autores acima, as feiras livres em questão não são freqüentadas apenas pela população pobre, mas também são utilizadas pela classe média. Caso essa população de baixo poder aquisitivo aumentasse sua renda, continuaria talvez a freqüentar a feira por conta de outros fatores que serão discutidos no último capítulo.

Bromley (1980) afirma que em muitos países em desenvolvimento existe um dualismo social e econômico, onde a população pobre consome os produtos comercializados na feira enquanto que a população de classe média consome produtos em grandes lojas. Sob a ótica desse autor isso significa dizer que classes sociais diferentes utilizam-se de espaços de compra diferenciados. Aplicar a discussão acima ao funcionamento das feiras livres não foi possível, pois pessoas

de classes distintas compram produtos na feira, como mostra a tabela 22, que descreve a distribuição de renda dos feirantes-consumidores nas diferentes feiras.

Tabela 22 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Consumidores: renda mensal – 2005

Renda	Municípios									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Menos de 1 salário mínimo	16	26	16	28	21	31	14	21	6	9
Entre 1 e 2 salários mínimos	39	63	28	47	34	49	32	49	33	47
Entre 3 e 5 salários mínimos	6	9	6	11	8	12	9	15	17	24
Mais de 5 salários mínimos	1	2	2	3	3	4	8	12	14	20
Não sabe	-	-	7	11	3	4	2	3	-	-
Total	62	100	59	100	69	100	65	100	70	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.

VA – Valor Absoluto

VR – Valor Relativo

A tabela 22 indica que cerca de 74% dos consumidores recebe até dois salários mínimos mensais, tomando-se a percentagem média para as cinco feiras estudadas. No caso dos feirantes-consumidores de Maiquinique, 89% dos entrevistados apresentam esse rendimento. Itapetinga apresentou menor porcentagem em relação a esse intervalo, 56% dos que participaram da entrevista recebem até dois salários mínimos mensais. Em compensação, 20% dos entrevistados recebem mais de cinco salários mínimos mensais. Em Maiquinique, apenas 2% recebem esse valor. 3%, 4% e 12% correspondem respectivamente à renda dos freqüentadores das feiras de Macarani, Itarantim e Itororó que recebem mensalmente mais de R\$ 1.300,00 mensais. Acredita-se que uma família com rendimento mensal superior a cinco salários mínimos faça parte de uma classe média, para os padrões locais. Sendo assim, as feiras livres estudadas são freqüentadas não apenas pela população pobre, como afirma Bromley, mas a classe média local também se utiliza de suas vendas, enfraquecendo, assim, a possibilidade de existência de um dualismo social e econômico, para a realidade estudada.

No que se refere à cadeia de *marketing*, Bromley (1980) afirma que, à medida que o comércio se moderniza, o contato direto entre o produtor e o consumidor geralmente diminui e aumenta a importância dos intermediários. Sendo assim, se o comércio não se moderniza, a relação entre o produtor e o consumidor tende a continuar próxima. Se as feiras constituem-se numa modalidade de comércio não-moderna, parte significativa dos produtos nela comercializados é produzida nos seus respectivos municípios, como indicou a pesquisa de campo. As negociações diretas entre o produtor e o consumidor ainda são marcadas pelo relacionamento entre quem compra e quem vende na feira. No entanto, se se analisa a “cadeia de *marketing*” em relação às bugigangas ou em relação a uma considerável parte dos hortifruteiros e das confecções, Bromley (1980) tem razão porque, em relação a esses produtos, entra um novo agente viabilizando a compra dos mesmos: o intermediário. Pode-se dizer, então, que nas feiras livres estudadas existem duas possibilidades quanta à “cadeia de *marketing*”. Ou o consumidor adquire o produto diretamente de quem o produziu (figura 8), ou o compra na mão do comerciante que o recebeu via intermediários. Essas feiras apresentam-se então como locais de vendas onde parte dos seus produtos são produzidos nos próprios municípios e uma outra parcela tem origem a dezenas, a centenas ou milhares de quilômetros dali.



Figura 8: Em Maiquinique, a maior parte das confecções comercializadas nas feiras livres é comprada diretamente nas unidades de produção.

Ao discutir o comportamento das feiras a partir da economia e das sociedades locais, Bromley (1980, p. 654 e 655) diz que o impacto do progresso das comunidades locais, bem como das mudanças na produção e na estrutura social pode provocar grandes transformações nas mesmas. A validade de seu argumento dá-se ao mencionar o resultado de uma reforma agrária ocorrida nos Andes bolivianos a partir da década de 60 do século passado, onde os produtores camponeses que substituíram os grandes proprietários passaram a produzir para as feiras locais, provocando, assim, um dinamismo nas mesmas. No caso do contexto regional onde as feiras estão inseridas, dá-se o processo inverso. Segundo o projeto GeografAR, não existe nos municípios em questão registro de acampamentos, projetos de assentamentos de reforma agrária, comunidades de fundo de pasto ou comunidades quilombolas. A experiência dos Andes bolivianos indica que a reforma da estrutura da terra desencadeia um maior dinamismo nas feiras livres. No caso das feiras livres estudadas, um dos fatores que impede esse dinamismo é a organização do espaço rural.

Bromley, Synabsky e Good (1980) apontam que ao desenvolver pesquisas sobre feiras livres não se deve evidenciar apenas seu aspecto econômico, mas compreendê-las a partir do contexto social onde estão inseridas. A sugestão dada por esses autores serviu de incentivo para a busca de dados acerca das feiras e sobre a situação sócio-econômica da população desses municípios. Além dos diferentes atributos das feiras livres, discutidos nesse capítulo, deu-se atenção às informações representativas das condições de vida dessas populações. A descrição desse quadro regional permitiu visualizar esses aspectos e mostrar que nesses municípios não há um desenvolvimento socialmente equilibrado. A maioria da população não possui rendimentos mínimos e o acesso aos serviços que possibilitem uma boa qualidade de vida. Esse esforço de mapear as condições de vida da população local atendeu, sobretudo, à proposta dos autores mencionados, para os quais o estudo sobre as feiras, também desenvolvido pela compreensão do contexto social, permite entender com mais profundidade as relações existentes entre o *modus vivendi* de cada comunidade e os fenômenos por ela produzidos.

Jesus (1992), ao descrever a feira livre carioca, afirmou que nos últimos anos ela vem se inserindo cada vez mais no setor informal da economia, incorporando cada vez mais características do circuito inferior. Para ele, a causa dessa transformação é resultado de uma política que moderniza o varejo das estratégias

dos feirantes para continuar vendendo. No caso das feiras estudadas, as transformações refletem as condições sócio-econômicas onde estão inseridas e também é um reflexo da atual organização do espaço rural. O autor afirma que a mobilidade espacial das feiras cariocas sempre foi alta por conta do aumento do fluxo de veículos, do aumento de construções, obrigando os feirantes a migrarem sempre para logradouros mais distantes. Essa intensa mobilidade pela qual passou a feira carioca não está presente com a mesma intensidade nas feiras estudadas. Mesmo que todas não continuem acontecendo nas ruas ou praças onde surgiram, se se compara a mobilidade dessas, com a daquelas, haverá grande diferença, pois as feiras aqui tratadas mudaram de lugar apenas uma vez desde que surgiram. Quanto à flexibilidade, um dos atributos do circuito inferior, as feiras pesquisadas apresentam a mesma das feiras cariocas. Embora existam semelhanças entre as feiras de grandes cidades, nesse caso a feira carioca, e aquelas presentes em centros menores, as feiras estudadas, outros aspectos devem ser analisados. Esses vão desde o rendimento da população, acesso a serviços voltados ao lazer, taxa de escolarização à relação das mesmas com as áreas produtoras. Sendo assim, algumas diferenças substanciais devem ser enumeradas. No caso das feiras estudadas, a concorrência com os mercados e supermercados não é tão evidente, como nas grandes cidades, pois, o comércio do CS não é dinâmico devido sua importância apenas para a população local. Essa concorrência ganha maior destaque em Itapetinga, cuja população absoluta é maior e a taxa de urbanização é a mais expressiva nos cinco municípios estudados. Além disso, a população itapetinguense é que possui maior rendimento, o que implica em maior consumo. Esse quadro faz com que o comércio que vende os mesmos produtos encontrados na feira crie estratégias para atrair os feirantes-consumidores.

Santos (1985) afirma que o espaço geográfico deve ser considerado como uma instância da sociedade, assim como a economia, a política e a dimensão cultural-ideológica também o são. As feiras livres acontecem em frações do espaço urbano, que por sua vez constituem-se em fragmentos materializados no conjunto maior, que é o espaço em sua totalidade. Sendo assim, as feiras podem ser analisadas enquanto materialidade, mas são passíveis também de serem compreendidas em seu conteúdo social, econômico e cultural-ideológico. No presente capítulo a discussão foi feita no sentido de compreender o aspecto

econômico das feiras à luz do circuito inferior da economia. No capítulo seguinte a discussão vai enfatizar a morfologia e o conteúdo cultural-ideológico dessas feiras.

Tabela 23 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Origem dos comerciantes nas feiras livres - 2005

Origem dos comerciantes (%)	Feiras									
	Maiquinique		Macarani		Itarantim		Itororó		Itapetinga	
	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR	VA	VR
Maiquinique	25	71	1	5	-	-	-	-	-	-
Macarani	6	17	20	76	-	-	-	-	-	-
Itarantim	-	-	-	-	23	82	-	-	-	-
Itororó	-	-	-	-	1	4	17	55	-	-
Itapetinga	-	-	1	4	1	4	11	35	33	89
Outros	4	12	4	15	3	10	3	10	4	11
Total	35	100	26	100	28	100	31	100	37	100

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2005 .

VA – Valor Absoluto

VR – Valor Relativo

Corrêa (1997) define as feiras livres como núcleos de povoamento onde em um ou mais dias da semana tornam-se localidades centrais, afirmando que o dia de funcionamento de cada uma acha-se articulado ao funcionamento das outras. Essa articulação inexistente ou dá-se de forma incompleta, uma vez que os feirantes não podem se fazer presentes em todas as feiras nos respectivos municípios, pois acontecem num mesmo dia da semana. Esses municípios tornam-se localidades centrais apenas atraindo pessoas do próprio município, da zona rural ou da própria sede. A tabela 21 mostra a origem dos feirantes-consumidores em cada uma delas. Embora as feiras sejam utilizadas principalmente pela população dos respectivos municípios, não deixam de se transformar, em um dia da semana, em localidades centrais. A análise dessa tabela permite afirmar que o atributo vantagem comparativa não é uma característica das feiras estudadas, pois a maioria dos seus consumidores é dos respectivos municípios. Se esse comportamento estivesse presente, a tabela analisada indicaria que a origem da maioria dos consumidores seria de outras localidades e não da própria cidade e da sua área rural imediata. Bromley afirma (1980) que a vantagem comparativa é um dos fatores que possibilita

a persistência das feiras no tempo. No caso das feiras de Maiquinique, Macarani, Itarantim, Itororó e Itapetinga, elas persistem por conta de outros fatores que serão discutidos com maior detalhe no capítulo seguinte e não por conta da vantagem comparativa.

Quanto ao comportamento das feiras relacionado ao sincronismo temporal, atributo esse que possibilita aos comerciantes venderem seus produtos em todas as feiras regionais numa única semana, percebeu-se que o mesmo não está presente nas feiras estudadas porque todas acontecem aos sábados. O fato de elas acontecerem no mesmo dia já indica, a princípio, que essa sincronização não existe, pois a quase totalidade dos comerciantes é dos seus respectivos municípios. A tabela 23 indica a porcentagem dos feirantes que apenas trabalham nas feiras dos municípios onde habitam.

Cerca de 74,6 % dos comerciantes têm origem local, considerando-se a porcentagem média para as cinco feiras estudadas. No caso das feiras de Macarani, Itarantim e Itapetinga, esse valor sobe respectivamente para 76%, 82% e 89%. Itororó apresenta uma menor quantidade de comerciantes-feirantes nessa situação, 55%. Outros 35% são do município de Itapetinga. Desses 35%, a maioria habita no distrito itapetinguense de Bandeira do Colônia, que é separado da cidade de Itororó pelo rio que deu nome ao distrito, Colônia. Sendo assim, pode-se concluir que o fator que possibilita a ida desses comerciantes à feira de Itororó é a proximidade geográfica de seu local de moradia da referida feira e não a vantagem comparativa que essa exerce sobre àquela. Uma minoria dos feirantes não reside na localidade onde as feiras acontecem. Parte significativa desses afirmou que nas épocas de festividades (momento em que se deu a maior parte da pesquisa de campo), além de deixarem um “ponto de venda” nos municípios onde residem, aproveitam o momento de maior demanda para conseguir um pouco mais de lucro a partir das vendas em locais onde não comercializam todos os sábados. A maioria desses feirantes-comerciantes vende confecções, utensílios diversos ou cereais. No caso dos cereais, eles servem principalmente a parentes de familiares locais que aproveitam as férias ou festas para estar mais próximos dos seus consangüíneos. Sendo assim, percebe-se que em épocas de festividades, geralmente nas festas de final de ano e principalmente nas de São João e de São Pedro, que acontecem no mês de Junho, essas feiras tornam-se mais dinâmicas, atraindo comerciantes de outras localidades. Ao terminar essas festividades, as feiras voltam à normalidade,

com a diminuição desses comerciantes. Foi possível comparar a feira de Itororó em dois momentos, antes da festa de São João e no sábado seguinte ao momento festivo. Enquanto no primeiro momento a feira ocupava além do espaço destinado à venda, ruas próximas, na semana seguinte percebeu-se a redução do seu espaço, o que se traduziu num menor número de comerciantes e de consumidores. Esse comportamento possibilitou entender porque alguns feirantes-comerciantes vêm de outras localidades para comercializar nessas feiras, embora o objetivo desse trabalho não tenha sido discutir esse comportamento. A tabela 24 mostra mais um argumento que fortalece essa argumentação. Cerca de 82% dos feirantes-comerciantes trabalham apenas em uma feira, tomando-se a percentagem média para os cinco municípios analisados. Itororó apresenta uma porcentagem um pouco menor, por conta do fato já mencionado.

Como mostra a tabela 23, a maioria dos comerciantes das feiras tem sua origem no próprio município e trabalham apenas nessas feiras. Entretanto, alguns entrevistados afirmaram comercializar seus produtos em outras feiras.

Tabela 24 – Municípios da Área de Estudo - BA  
Comerciantes e feiras onde trabalham (%) – 2004

Municípios	Comerciantes		Total
	Trabalham apenas em 1 feira	Trabalham em até três feiras	
Maiquinique	77	23	100
Macarani	76	24	100
Itarantim	92	08	100
Itororó	70	30	100
Itapetinga	93	7	100
Média	82	18,4	-

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro – 2004.

Em relação aos feirantes de Maiquinique, os 12% que estão nessa condição vendem seus produtos nas feiras dos distritos de Nova Brasília e Coréa, respectivamente nos municípios de Ribeirão do Largo e Potiraguá, e na feira do bairro Primavera em Itapetinga. Essas três feiras acontecem aos domingos. Os 15% dos feirantes-comerciantes de Macarani que negociam seus produtos em outras

feiras, o fazem, sobretudo, no distrito de Nova Brasília e também no bairro Primavera. Os feirantes de Itororó que se enquadram nessa condição vendem seus produtos aos domingos nas feiras dos distritos de Itati e Rio do Meio, distritos esses pertencentes a esse município. Outros ainda trabalham nas feiras dos municípios de Floresta Azul e Anagé, que acontecem aos domingos, e aqueles que vendem na feira de Itapetinga e de Itarantim o fazem de forma alternada, ou seja, em determinados sábados trabalham em Itororó e em outros nas feiras desses municípios. Em Itarantim, os 10% que estão nesse contexto vendem seus produtos na feira da Coréa e na feira de Ribeirão do Largo e os 11% de Itapetinga comercializam suas mercadorias na feira do bairro Primavera e na feira de Itororó alternadamente.

Sendo assim, existe um pequeno número de feirantes-comerciantes que além de trabalhar nas feiras das sedes municipais vendem seus produtos em feiras livres de diferentes distritos, que acontecem, sobretudo, aos domingos. Alguns ainda, nesse mesmo dia da semana, comercializam suas mercadorias na feira do bairro Primavera em Itapetinga e outros alternam seu trabalho entre as feiras de seus respectivos municípios e de outros que acontecem aos sábados.

## 4. O “ACONTECER” DAS FEIRAS: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E ASPECTOS CULTURAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

### 4.1 A CONFIGURAÇÃO DAS FEIRAS NO ESPAÇO

Segundo Pirenne (1968, p. 102) a origem das feiras deve ser procurada nos mercados locais que a partir do século IX passaram a abundar em toda Europa. Elas se desenvolveram a partir desse momento e conheceram seu apogeu até o século XIII, quando enfraqueceram por conta de alguns fatores como a sedentarização de comerciantes, a Guerra dos Cem Anos e o desenvolvimento da navegação. As mais conhecidas eram as que se localizavam nas regiões da Champanha e de Flandres.

Conforme o mesmo autor, os mercados locais consistem em prover a alimentação cotidiana para a população que vive no lugar onde se realizam. Por conta disso, os mercados acontecem semanalmente, seu raio de atração é muito limitado e prestam-se à atividade de compra e venda no varejo; já as feiras, segundo Pirenne, são espaços em grande escala, onde acontecem reuniões periódicas dos mercadores profissionais, constituindo-se em centros de intercâmbio que se esforçam para trazer maior quantidade de pessoas e produtos. Elas acontecem apenas uma vez ao ano, quando muito são realizadas duas vezes, e sua frequência não está relacionada diretamente à população local.

De acordo com as idéias acima, seria conveniente aplicar o conceito de mercado e não de feira para se referir ao fenômeno estudado, entretanto, em qualquer cidade nordestina a expressão usada para designar mercado é a expressão feira. O que Pirenne chama de mercado, é no nosso entendimento a feira, que está presente no imaginário coletivo da população dos municípios trabalhados e da população regional e brasileira. Nesse capítulo, quando se fizer uso da expressão mercado ela referir-se-á a parte dos equipamentos da feira.

A Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios – SAREM, antigo órgão da república, publicou em 1982 um trabalho no qual caracterizou os diferentes tipos de mercados e as feiras. Para ela (p. 10), “mercado é um equipamento típico de varejo. Porém, dependendo das condições, pode abrigar operações por atacado”. De acordo com o IBAM (1976 *apud* SAREM, 1982, p. 15),

[...] os mercados municipais são locais construídos ou financiados pelo município, onde se arrendam boxes para a venda e compra de

mercadorias, sob pagamento de uma tarifa que o município arrecada para atendimento dos gastos de manutenção e administração dos mesmos.

Para a SAREM existem três tipos de mercados (p. 17), abertos, fechados e em planos. Os primeiros se caracterizam por não possuírem boxes nas extremidades e sim em sua área central. Os fechados possuem alas nas suas extremidades e às vezes no centro. O mercado em planos, geralmente, é construído nas encostas e possui boxes em toda sua extensão, boxes esses interligados por corredores de circulação e escadas, já que possui andares.

Sendo assim, a expressão mercado aqui utilizada equivale aos conceitos construídos pela SAREM e pelo IBAM. Dois dos mercados citados acima foram encontrados nas feiras pesquisadas: o mercado fechado (figura 9) e o mercado em planos. O quadro 2, descrevendo aspectos gerais da configuração espacial das feiras, mostra em quais feiras esses mercados existem.

Quadro 2 – Aspectos da configuração espacial das feiras livres.

MUNICÍPIOS	CARACTERÍSTICAS			
	Mercado(s) fechado(s)	Mercado em planos	Feira livre coberta	Feira livre não-coberta
Maiquinique	X	–	–	X
Macarani	X	–	X	X
Itarantim	X	–	X	–
Ilororó	X	–	X	X
Itapetinga	X	X	X	X

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 9: Aspecto interno do mercado da feira livre de Itarantim.

A compreensão da feira enquanto fenômeno econômico não esgota a possibilidade de entendê-la a partir de sua inserção no espaço citadino. Por isso, a análise acerca da produção desse fenômeno permitiu associá-lo à maneira como ele se projeta no espaço.

Ao discutir morfologia urbana, arquitetos, urbanistas, geógrafos e outros cientistas o fazem dando atenção a todo espaço da cidade ou privilegiando, em suas análises, fragmentos do mesmo como bairros, quarteirões, praças e ruas. Não se teve por objetivo analisar a morfologia das cinco sedes municipais e sim focar o olhar sobre um elemento das mesmas: a feira livre. A construção de um estudo morfológico das cinco feiras demandaria maior tempo, o que conduziu à escolha de duas delas para serem analisadas a partir dessa abordagem. A feira de Maiquinique, por ser o município de menor população absoluta, cuja sede, juntamente com a dos municípios de Macarani, Itarantim e Itororó, é considerada centro local e a feira de Itapetinga, município que apresenta maior população total, cuja sede é considerada centro sub-regional.

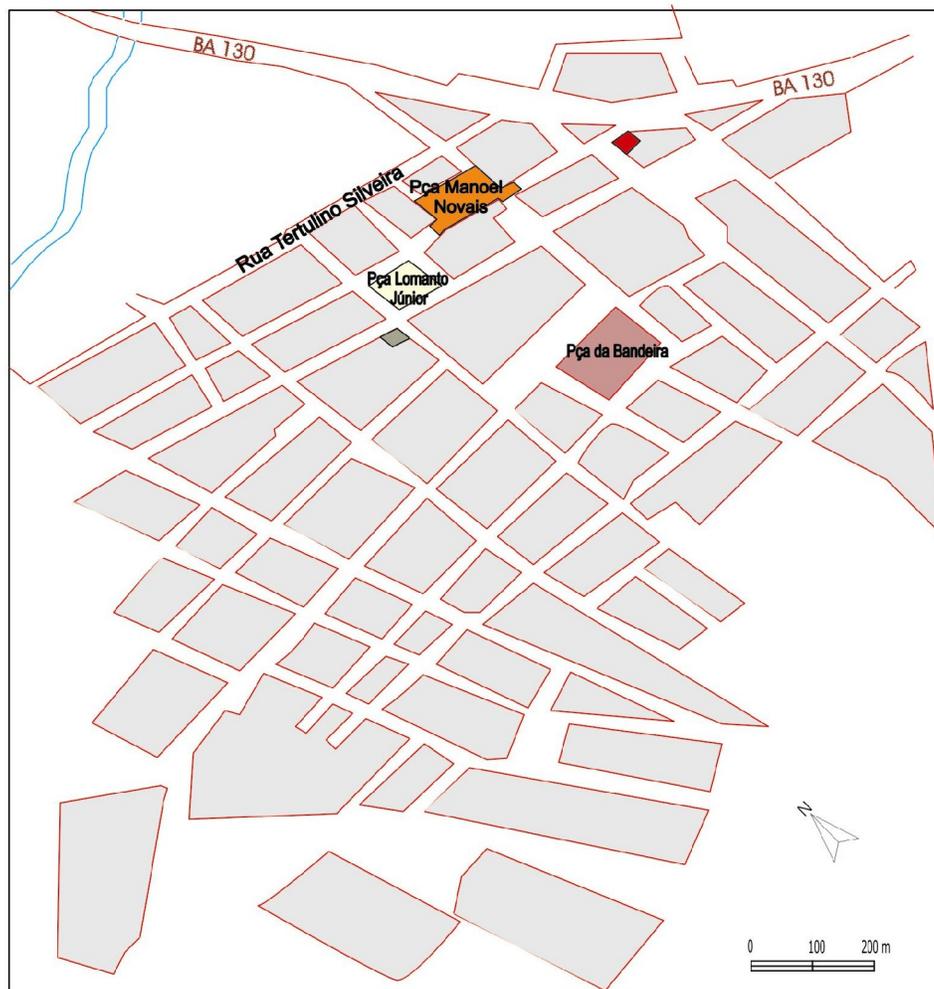
Antes de aprofundar a discussão sobre a morfologia das feiras de Maiquinique e Itapetinga, cabe descrever cada uma delas em suas principais características

#### a) MAIQUINIQUE

A feira de Maiquinique, como mostra a figura 10, localiza-se a sul da Rua Tertulino Silveira, antiga Rua Sangra Galo, onde foram construídas as primeiras casas. A primeira feira aconteceu na atual Pça Lomanto Júnior, onde se construiu um barracão e nele a população passou a comercializar os produtos que produzia. Na década de 50, do século passado, ela foi transferida para a Praça Manoel Novais, local onde continua a acontecer até hoje.

Está sob administração do Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal que arrecada taxas dos feirantes-comerciantes visando sua manutenção. Aqueles que vendem em barracas com mais de três metros de comprimento são taxados em R\$ 5,00 mensais e os que comercializam em médias e pequenas barracas, tabuleiros ou lonas pagam respectivamente R\$ 3, 00 e R\$ 1,00. Todos os pontos de venda da feira estão em barracas ou lonas que são retirados do local após o término da feira. O mercado (figura 11), localizado na extremidade sudeste da feira, é mais utilizado como local onde se guarda barraca dos feirantes, que como espaço de compra e venda de mercadorias. Durante a pesquisa e visita de/a campo, percebeu-

Figura 10:  
Sede do Município de Maiquinique



Fonte: Base Cartográfica Adaptada da Prefeitura Municipal de Maiquinique

- Local da Primeira Feira Livre
- Local Atual da Feira Livre
- Localização da Futura Feira Livre
- Prefeitura Municipal
- Entrocamento Rodoviário
- Demais Quarteirões
- Via Pública
- Rio Maiquinique

Situação da Área de Estudo



Concepção Cartográfica: Gil Porto e Robson Lins

se que, no sábado, apenas duas barracas funcionavam como pontos de vendas, onde eram oferecidos serviços de restaurante e na sexta, à tarde, um feirante comerciante vendia produtos hortifrutíferos. Segundo informações dos entrevistados,

num tempo não muito distante era comum no dia da feira encontrar barracas dentro do mercado, nos quais se comercializavam tecidos, confecções, frutas e legumes. Hoje, além de funcionar somente nas sextas e sábados, perdeu a função principal que era servir de local para a comercialização de produtos.



Figura 11 – Aspecto interno do mercado da feira livre de Maiquinique em dia de feira.

Os consumidores locais não podem comprar produtos nos demais dias da semana e esperam chegar a sexta, onde alguns produtos são comercializados, ou então chegar o sábado para visitar a feira. Dos mercados observados nas feiras livres pesquisadas, o da feira de Maiquinique é o que mais se diferencia dos demais. Não possui zoneamento ou paredes entre os locais de venda, há mais de 10 anos não passa por reformas. Esses e outros aspectos levaram os comerciantes-feirantes a subutilizarem-no e a vender seus produtos na feira livre.

#### b) MACARANI

A feira do município de Macarani está situada na periferia geográfica da cidade, a sul da praça central, como se observa na figura 12. A expansão urbana pela qual passou a sede municipal, em relação ao núcleo inicial, deu-se nos sentidos norte e sudoeste. O crescimento da cidade nessas direções coloca a feira mais distante de parcela da população que migrou para essas novas áreas de ocupação.

Figura 12:  
Sede do Município de Macarani



Fonte: Base Cartográfica Adaptada da Prefeitura Municipal de Macarani

-  Local da Primeira Feira Livre
-  Local Atual da Feira Livre
-  Prefeitura Municipal
-  Demais Quarteirões
-  Via Pública
-  Rio Manjerona

Situação da Área de Estudo



Concepção Cartográfica: Gil Porto e Robson Lins

Desde a década de 60, do século passado, a feira acontece no local ainda hoje utilizado para esse fim. Segundo informações obtidas em campo, sua época de maior movimento refere-se às décadas de 60 e 70 do século passado, onde um grande número de empregados, mantidos pelos fazendeiros locais em suas propriedades, nas horas vagas, dedicavam-se ao desenvolvimento da agricultura de subsistência e comercializavam o excedente na feira local. Mesmo com a diminuição da população rural, o município ainda é responsável por uma pequena parcela de

produtos que se vende na feira. Isso se dá pelo fato de possuir e de estar próximo de algumas localidades que abastecem sua feira. É o caso da área rural do distrito de Nova Brasília e do distrito de Bonito. Esse último, pertencente ao município de Ribeirão do Largo, que, diferentemente dos municípios envolvidos nessa pesquisa, apresenta maior população rural que urbana, apresenta predomínio de pequenas e médias propriedades em seu espaço rural e possui um dos maiores índices pluviométricos da região. Essa realidade possibilita que uma pequena parcela dos produtos comestíveis comercializados na feira sejam do próprio município e de seu entorno.

A feira está junto a dois mercados. No primeiro estão presentes 2 bares, 5 restaurantes, 34 açougues, dos quais 16 são de carne branca e no segundo existem 29 boxes, onde são comercializados produtos hortifruteiros. Além desses, encontra-se o espaço destinado ao “acontecer” da feira livre, onde se encontram alguns comerciantes urbanos e os vendedores da zona rural (figura 13).

Os feirantes-comerciantes de Macarani são isentos de taxas. A Prefeitura Municipal, que administra a feira, se responsabiliza pelos serviços de segurança, limpeza, higienização e manutenção da mesma. Das cinco feiras estudadas, é a única que dispõe de pousada para os produtores rurais que vêm para a cidade na sexta e comercializam seus produtos aos sábados.



Figura 13: Aspecto da feira livre de Macarani, onde são vendidos produtos rurais, de origem local.

### c) ITARANTIM

A feira de Itarantim localiza-se a sul do núcleo inicial da cidade, como mostra a figura 14, e é administrada pela Secretaria de Tributos e Finanças, órgão ligado à

Prefeitura Municipal. A expansão urbana em Itarantim ocorreu no sentido leste, nordeste e sudoeste da Pça Antônio Guedes, local onde se construiu as primeiras casas. Segundo informações obtidas junto à população mais idosa, a primeira feira aconteceu em 1º de junho de 1946 e era feita “pelo povo da roça”, quando a maioria dos produtos nela comercializados e dos agentes que a produziam tinha sua origem no espaço rural. Daquele momento até hoje, a feira mudou de localidade duas vezes. Na década de 1960 foi deslocada para a Pça Castro Alves, que dista daquela praça cerca de 400m e depois foi transferida para um quarteirão da Rua Luther King, distante da Pça Castro Alves aproximadamente 450m.

A feira de Itarantim é coberta em toda sua extensão e parece, num primeiro instante de observação, ser uma continuidade do mercado (figura 15). Nesse, existem 34 estabelecimentos fixos de açougues, 10 de confecções e 10 que vendem cereais, totalizando, assim, 54 boxes. Além desses, 30 se encontram fechados porque não há interessados em ocupá-los. Aqueles que ocupam, diferentemente de Macarani, são taxados pela prefeitura mensalmente. Os comerciantes que vendem carne vermelha e branca pagam respectivamente R\$ 15,00 e R\$ 10,00 mensais. Os donos de estabelecimento de confecções são taxados em R\$ 20,00. R\$ 12,00 são cobrados aos demais comerciantes, enquanto que os feirantes de origem rural estão isentos.

Segundo informações dos entrevistados, o local onde a feira se encontra é ideal, uma vez que está centralizada em relação aos extremos leste e oeste da sede municipal. No final da década de 90, do século passado, a feira foi transferida para a extremidade leste do município, no entanto, a população continuou a freqüentar a feira no antigo local, obrigando, assim, a prefeitura a rever a decisão.

Um aspecto diferente na feira de Itarantim é a proibição da venda de confecções por comerciantes que não sejam do município. Os demais produtos são comercializados por feirantes de diferentes origens, uma vez que Itarantim e demais municípios não são auto-suficientes na produção dos diferentes bens consumidos pela população local, porém a venda de roupas por esses comerciantes passou a ser proibida depois que os feirantes-comerciantes de confecções se organizaram e a Prefeitura Municipal, atendendo à reivindicação dos mesmos, proibiu a venda desse produto por comerciantes que não residem no município. Essa organização coletiva foi positiva na medida em que promoveu a união do feirante-comerciante local, valorizando seus produtos e assegurando-lhe maior lucro. Outro aspecto que

Figura 14: Sede do Município de Itarantim



Fonte: Base Cartográfica Adaptada da Prefeitura Municipal de Itarantim

-  Local da Primeira Feira Livre
-  Local da Feira Livre a partir de 1960
-  Local Atual da Feira Livre
-  Prefeitura Municipal
-  Demais Quarteirões
-  Via Públicas
-  Rio Jundiá



Concepção Cartográfica: Gil Porto e Robson Lins

chamou a atenção em relação ao comércio de confecções na feira de Itarantim é o fato de que esse produto só é comercializado em boxes.



Figura 15: Venda de cereais e de outros produtos de “supermercados” no espaço da feira livre de Itarantim, cuja extensão é totalmente coberta.

Sabe-se que qualquer mudança na estrutura organizacional do campo pode provocar uma mudança no comportamento da feira livre. Em Itarantim, uma tentativa de diminuir os índices de pobreza no local se deu quando, em 1985, a prefeitura comprou 54 tarefas de terras distantes 5 km da sede municipal e as distribuiu a 18 famílias pobres. Essa localidade ficou conhecida como Agrovila e passou, dentre outras funções, a abastecer a feira livre de Itarantim com o que se produzia. Quase 20 anos depois, essa localidade continua a abastecer a feira local, embora não forneça produtos com a mesma frequência e quantidade de outrora. Além disso, os “assentados” ainda não conseguiram formar sua associação, o que facilitaria a aquisição de créditos agrícolas junto a diferentes órgãos. Segundo o responsável pela Agrovila, um dos motivos que vem enfraquecendo a produção é o fato de algumas famílias deixarem de produzir e a rotatividade de proprietários. A experiência mostra que no processo de reformulação da propriedade da terra, a população precisa participar da conquista da mesma, para que também se construa coletivamente, paralelo ao sentimento de luta, o sentimento de conquista e de pertencimento; caso contrário, poderá acontecer o mesmo que vem ocorrendo na Agrovila.

#### d) ITORORÓ

A feira de Itororó acontece às margens do Rio Colônia e da BR 415, num quarteirão próximo à prefeitura e ao fórum, a sudeste da Pça Cel. João Borges, onde se deu a implantação do núcleo inicial da cidade. A cidade de Itororó expandiu-se no sentido norte, leste e nordeste. A figura 17 indica a situação locacional dessa feira em relação ao tecido urbano da sede. Consta em arquivos particulares que a primeira feira do município aconteceu na Pça 26 de Abril, atual Pça Castro Alves. Na década de 1960, a feira foi transferida para a Pça Cel. João Borges, que dista da primeira cerca de 300m.

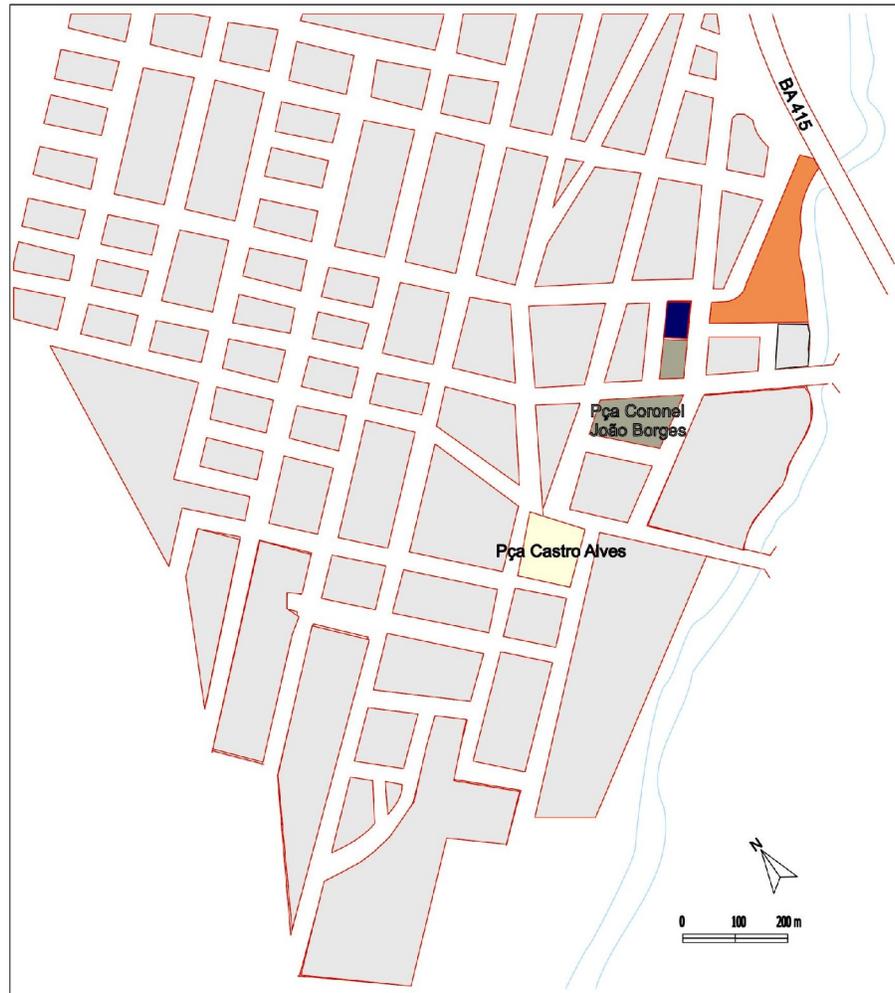


Figura 16: Área coberta da feira de Itororó, onde quase totalidade dos feirantes-comerciantes é de origem urbana.

Existem no mercado da feira de Itororó 178 boxes, cuja maioria é ocupada para a venda de carne bovina, suína e derivados. Uma quantidade menor é destinada a serviços ligados à estética (manicure e cabeleireiro) e à comercialização de peças e comidas. Esse mercado é parte integrante da feira e está aberto para visitas todos os dias exceto aos domingos. Quanto ao pagamento de “impostos”, os feirantes que comercializam em pontos fixos são taxados em R\$ 20,00 e aqueles que vendem em barracas em R\$ 10,00 mensais. Parte dos pontos de venda da feira livre é coberta (figura 16) e a outra metade está disposta ao “ar livre” ao redor do mercado central e da parte coberta da feira (figura 18). Os vendedores que não utilizam boxes, barracas ou tabuleiros vendem seus produtos em lonas, que são espalhadas sobre o chão e sobre elas os produtos expostos. Os bens vendidos são, em sua maioria, cultivados no próprio município. Essas lonas são utilizadas por

agricultores locais, que nos sábados dedicam-se à venda dos produtos por eles cultivados na semana e que são isentos de taxas.

Figura 17:  
Sede do Município de Itororó



Fonte: Base Cartográfica Adaptada da Prefeitura Municipal de Itororó

-  Local da Primeira Feira Livre
-  Local da Feira Livre a partir de 1960
-  Local da Atual Feira Livre
-  Prefeitura Municipal
-  Fórum
-  Demais Quarteirões
-  Via Pública
-  Rio Colônia

Situação da Área de Estudo



Concepção Cartográfica: Gil Porto e Robson Lins



Figura 18: Área sem cobertura da feira livre de Itororó, onde quase totalidade dos feirantes-comerciantes é de origem rural.

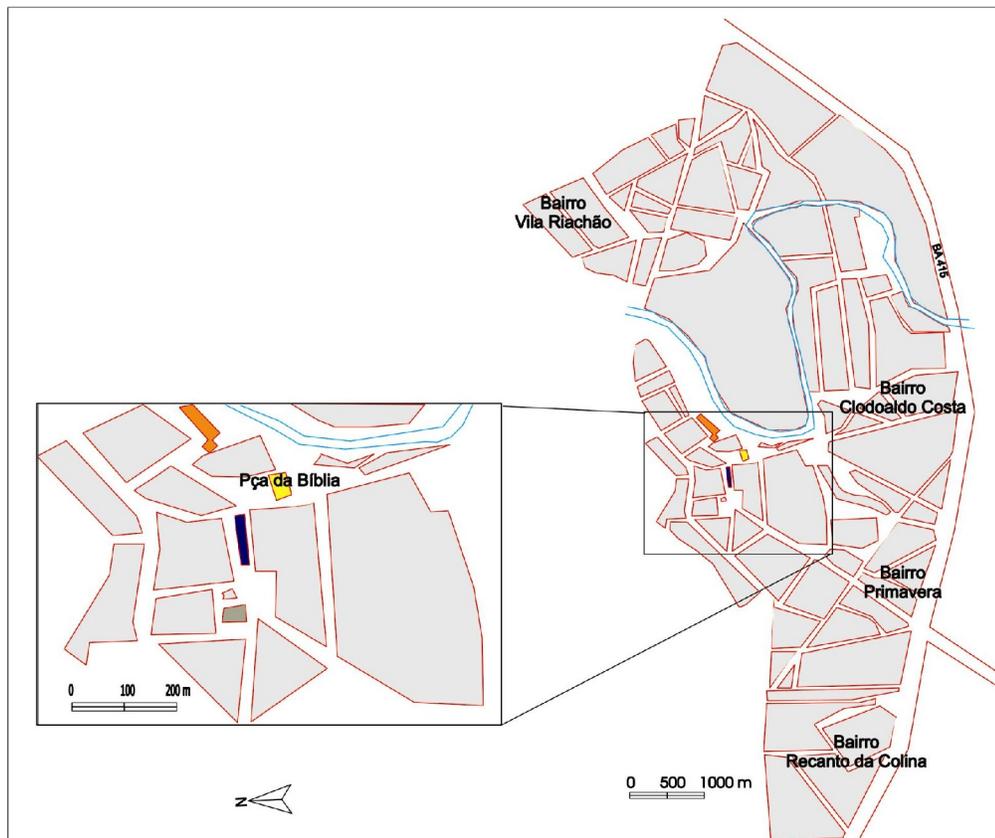
#### e) ITAPETINGA

Em Itapetinga existem três feiras livres que são administradas pela Secretaria de Serviços Públicos, órgão da Prefeitura Municipal. A feira principal acontece aos sábados e as feiras dos bairros da Primavera e do Clodoaldo Costa acontecem aos domingos. Essas últimas não foram analisadas, pois o objetivo dessa pesquisa foi estudar as feiras de cinco municípios. No caso de Itapetinga, que possui em seu tecido urbano três feiras livres, optou-se pela de maior movimento para sua população, e que, além disso, foi a primeira feira dessa cidade. Como mostra a figura 19 essa feira está localizada a NE do núcleo inicial da cidade, a Pça Augusto de Carvalho. A feira iniciou-se na atual Pça da Bíblia (antiga Praça da Bandeira) e no início da década de 1990, como já havia o projeto para transferi-la para o local que se encontra hoje, foi relocada para as margens da Av. Beira Rio, até que se construísse a central de abastecimento 1. Ao ser construída, a feira foi transferida para seu entorno. Ela atualmente é composta por duas “centrais de abastecimento”, 1 e 2, e pela área coberta, onde acontece o comércio livre. A primeira central possui 185 boxes, a segunda, 211, e na feira livre estão cadastrados apenas 120 pontos de venda. O fato de existirem mais pontos de venda nas centrais que na feira mostra que o poder público municipal, via Secretaria de Administração, tinha interesse em transferir parte dos feirantes-comerciantes para os boxes, contudo, o que se observou foi que muitos desses feirantes, embora tivessem sido cadastrados para comercializar nas centrais, vendem seus produtos na feira livre.

A expansão urbana de Itapetinga, a partir de seu núcleo inicial, se deu praticamente em todos os sentidos. Apenas se conteve nas direções N, NW e O e se

expandiu com maior intensidade nos sentidos NE e SW. A localização da feira não possibilita que todos os moradores do espaço urbano tenham a mesma acessibilidade a ela. Em consequência disso, ao longo do tempo, organizaram-se mais duas feiras, uma no bairro Primavera e outra no bairro Clodoaldo Costa (também conhecido como Nova Itapetinga). Essas feiras, que acontecem aos domingos, foram criadas de forma a atender à população que habita as áreas localizadas a sudeste, sul e sudoeste do centro, uma vez que a existência de uma única feira não possibilita o igual acesso a todos os habitantes da cidade.

Figura 19:  
Sede do Município de Itapetinga



Fonte: Base Cartográfica Adaptada da Prefeitura Municipal de Itapetinga

- Local da Primeira Feira Livre
- Local Atual da Feira Livre
- Prefeitura Municipal
- Pça Augusto de Carvalho
- Demais Quarteirões
- Via Pública
- Rio Colônia

Situação da Área de Estudo



A venda dos produtos na feira de Itapetinga está distribuída nos seus espaços da seguinte maneira: carnes e confecções são comercializadas nas duas centrais, havendo uma maior quantidade de açougues e de pontos de venda de confecções na Central 1; aves e peixes são encontrados na segunda central, cereais são encontrados tanto na Central 2 como na feira livre; serviços de restaurantes e bares estão localizados na segunda central e produtos hortifrutíferos, de origem local ou não, estão à venda na feira livre.

A prefeitura cobra anualmente para que cada feirante-comerciante possa vender seus produtos de R\$ 16,00 a R\$ 25,00. Segundo alguns entrevistados o valor chega a R\$ 40,00. Além dos encargos anuais, os vendedores eram obrigados a pagar taxas mensais que variavam de R\$ 1,00 a R\$ 10,00, porém, após publicação de portarias pelo poder público, ficaram isentos. Segundo a secretaria que administra a feira, os serviços de limpeza, segurança, energia elétrica e sanitários eram custeados por essas taxas. Com as portarias, a prefeitura passou a se responsabilizar por todos eles, inclusive pelo serviço de segurança, que é um dos mais caros. Em conversa com feirantes-comerciantes, eles afirmaram que os vigilantes eram pagos pela prefeitura, porém, atualmente, os “donos” dos pontos de venda contribuem com taxas mensais que vão de R\$ 1,00 até R\$ 5,00 para manter esse serviço funcionando.

Quanto à origem dos produtos comercializados na feira, pode-se afirmar que a maioria vem de outras regiões ou estados. As confecções têm sua origem nas cidades de Caruaru e Santa Cruz em Pernambuco, Belo Horizonte nas Minas Gerais, Petrópolis no Rio de Janeiro e de São Paulo no estado de mesmo nome. Cerca de 90% dos produtos hortifrutíferos vêm da CEASA em Vitória da Conquista, cuja origem primária se dá em diferentes estados. Em contrapartida, pequena parcela dos legumes e verduras comercializados vem da horta comunitária do município. Em relação à carne comercializada, 98% da mesma passa pelo frigorífico municipal, sendo, portanto, de origem local. Parte dos açougueiros compra os animais diretamente dos criadores, outra metade com intermediários. Aqueles que dispõem de maior capital de giro compram os animais diretamente dos criadores, diferente dos que não possuem, que compram de intermediários, pagando valor maior que aqueles.

No conjunto das feiras analisadas, o dia de maior movimento é o sábado, contudo em todas elas, nas sextas-feiras à tarde, o consumidor já encontra produtos no mercado ou na própria feira.

Embora os municípios de Maiquinique, Macarani e Itarantim possuam distritos, em nenhum deles existe feira. Elas acontecem apenas nas sedes municipais. Nos distritos de Itati e Rio do Meio, ambos localizados no município de Itororó, a feira acontece aos domingos. Eles distam, respectivamente, 10 e 16 quilômetros da sede municipal. Segundo a administração da feira desse município, é inexpressiva a quantidade de feirantes residentes da cidade que comercializam nesses distritos. Esse fato foi comprovado na pesquisa de campo junto aos feirantes da sede municipal, onde apenas 10% afirmaram que, além de trabalhar na feira de Itororó aos sábados, instalam suas barracas num ou noutro distrito aos domingos. Em Itapetinga, a feira principal acontece aos sábados, porém, aos domingos, outras três podem ser visitadas, duas em bairros mais afastados do centro, como foi mencionado, e a terceira no distrito de Palmares.



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 20: Vendedor de “antiquidades” (máquinas de costura) na feira livre de Itororó.

São inúmeros os elementos que imprimem uma dinâmica peculiar às feiras. É impossível imaginar a existência de cada uma delas sem a presença dos feirantes-comerciantes e consumidores. Outros elementos merecem destaque na abordagem sobre esse fenômeno: as barracas, os tabuleiros, as lonas, as “centrais de abastecimento”, dentre outros. Além dos citados, os produtos comercializados na feira têm relevância inquestionável. Sem dúvida, a feira pode até acontecer sem a presença das barracas, dos mercados e de outros elementos, mas nunca sem os

produtos. Esses são encontrados em grande diversidade e quantidade e foram incluídos nos seguintes grupos para facilitar a pesquisa de campo: carnes, confecções, cereais, hortifrutigrangeiros e produtos permanentes de uso doméstico e pessoal. As figuras abaixo representam parte dos produtos encontrados nas feiras estudadas (Figura 20 a 26) .



Figura 21- Plantas ornamentais à venda na feira livre de Itororó.



Figura 22: Aves vivas sendo comercializadas na feira livre de Itororó.



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 23: Venda de hortifruteros na feira coberta de Itapetinga.



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 24: Comercialização de produtos importados do Paraguai na feira livre de Macarani.



Foto: Gil Porto – 2005.

Figura 25:  
Confecções  
vendidas na  
feira livre de  
Itapetinga.



Figura 26: Produtos de origem rural comercializados na feira livre de Maiquinique.

#### 4.1.1 A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS FEIRAS DE MAIQUINIQUE E ITAPETINGA

Segundo Sampaio (1999, p. 331), a morfologia da cidade resulta de vários processos, que geralmente estão associados a conteúdos, sentidos e intenções. No caso das feiras livres, o conteúdo nelas presente caracteriza-se pela existência dos mercados e seus boxes, pelo uso de barracas, tabuleiros, lonas, geladeiras, *freezes*, caixotes, esses utilizados para o transporte e armazenamento de produtos (equipamentos diversos), ainda se caracterizam pela presença dos feirantes e consumidores (agentes que estão diretamente envolvidos na produção das feiras) e, finalmente, pelos produtos e mercadorias comercializadas nesses espaços (figura 27). Esses elementos se constituem nos principais componentes do conteúdo das feiras livres. Quanto aos processos ligados aos sentidos, sentimentos e intenções, eles estão presentes na maneira como os usuários das mesmas fazem uso da visão para localizar o espaço da feira e, estando nela, chegar a determinada barraca ou produto; fazem uso do olfato e do tato para comprovar a qualidade ou não das mercadorias e usam a audição para se integrar ao sistema de comunicação presente na feira (anúncios de ofertas de produtos, seus preços e diálogo entre consumidor e vendedor e entre aquele e amigos). A identificação dos mesmos constituiu-se em

mais um argumento que possibilitou o estudo da configuração espacial das feiras, entendida como manifestação da exterioridade das ações humanas no espaço.



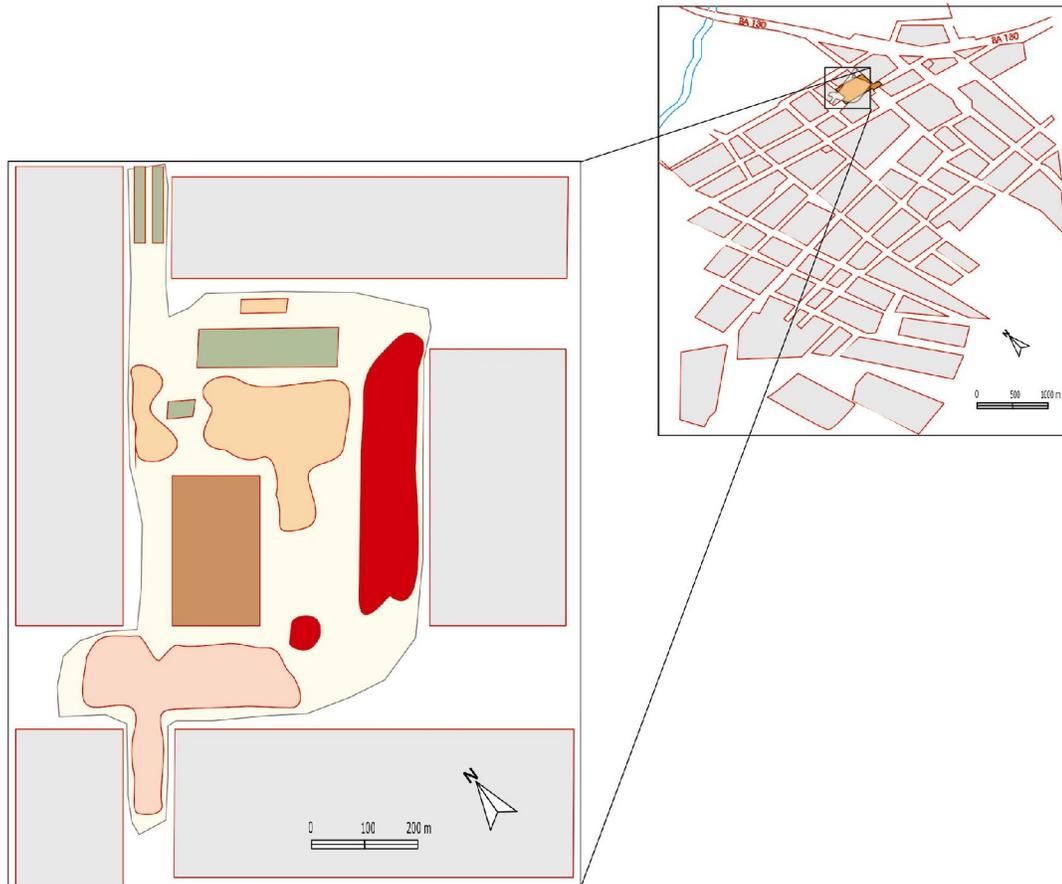
Figura 27: Em Maiquinique, assim como nas demais sedes municipais, as barracas constituem um elemento da configuração espacial presente nas feiras livres.

Apreende-se a forma urbana e também seus elementos a partir dos sentidos, com o uso ou não de instrumentos como fotografias, mapas e maquetes, e a partir de uma base quantitativa (Sampaio 1999, p. 342). Se para ele o espaço urbano é apreendido dessa maneira, e se a feira é um elemento ou fração desse espaço, acredita-se que ela, a feira livre, pode ser percebida e estudada a partir desses níveis. Sendo assim, para que a conformação da feira pudesse ser apreendida e representada nesse trabalho, fez-se uso do primeiro e do segundo níveis descritos por Sampaio. Em relação à feira de Maiquinique, a possibilidade de mensurar essa conformação deu-se através do primeiro nível de apreensão. Na pesquisa de campo iniciou-se o processo de “mapear” as diferentes composições de seu conteúdo material e de seus objetos. Quanto à feira de Itapetinga, além do uso desse procedimento, utilizou-se plantas dos mercados inseridos na feira, contribuindo, assim, para a construção da sua representação.

Quanto à maneira de se compreender a configuração espacial das feiras, as duas possibilidades definidas por Sampaio (1999, p. 342) foram utilizadas, tanto a que se baseia na estrutura superficial como a que se baseia na estrutura profunda.

A análise da estrutura superficial possibilitou a construção das figuras 28 e 30, e, nelas, a descrição da conformação das feiras dos municípios de Maiquinique e Itapetinga respectivamente. Quanto à configuração da feira livre de Maiquinique, representada na figura 28, vê-se a distribuição dos diferentes pontos de venda que comercializam seus respectivos produtos.

Figura 28: Configuração espacial da feira livre de Maiquinique – BA - 2005



Fonte: Base Cartográfica Adaptada da Prefeitura Municipal de Maiquinique

- |  |   |
|--|---|
|  Cereais e Hortifruiteiros de Moradores da Zona Rural |  Mercado Municipal           |
|  Confeções  |  Área de Circulação da Feira |
|  Carne e Derivados                                    |  Demais Quarteirões          |
|  Hortifruiteiros                                      |   |

Concepção Cartográfica: Gil Porto e Robson Lins

Tendo o centro da feira como ponto de referência, o comércio de carnes (figura 29) e derivados localiza-se na área sul-suldoeste da feira, representada na

figura 28 pela cor vermelha. A cor rosa-claro indica o local destinado à comercialização de confecções; expandindo-se para além do espaço destinado ao “acontecer da feira”. A extensão dessas barracas no sentido leste, ocupando uma área “fora” da feira, em detrimento do uso de um espaço interno, dá-se pelo fato de que a rua na qual elas se encontram conduz ao “ponto” rodoviário do município, local de embarque e desembarque dos feirantes-consumidores, aqueles que fazem uso do transporte como principal meio de condução à feira livre. As barracas que vendem hortifruteiros estão nas figuras representadas pela cor laranja. Os pontos de venda dos produtos cultivados pelos agricultores locais estão representados pela cor verde.

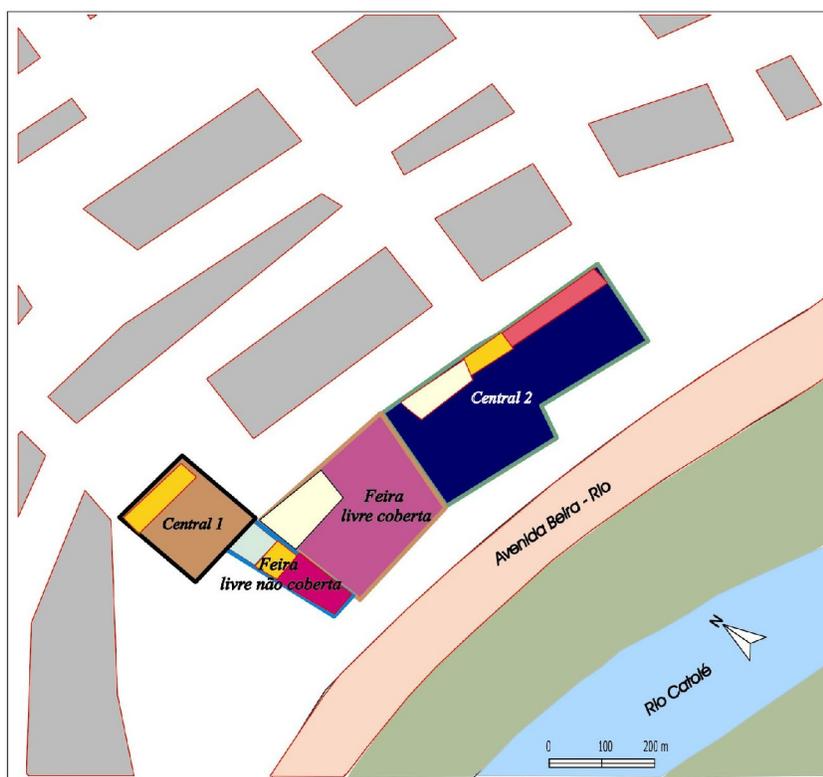


Figura 29: Área de comercialização de carne na feira de Maiquinique.

Como mostra a figura 30, a configuração da feira de Itapetinga se caracteriza por apresentar uma continuidade espacial dos pontos de venda que comercializam o mesmo tipo de produtos no seu espaço. A área destinada ao acontecer da feira está subdividida nos seguintes sub-espços: o mercado em planos, conhecido como central 1 (figura 31), delimitado no mapa pela cor preta, a cor verde delimita o mercado fechado, denominado de central 2, a feira livre coberta está delimitada pela marrom e a feira livre não coberta pela cor azul. Na central 1 são comercializados confecções e carnes. Esses dois segmentos de produtos estão representados, na legenda, pela cor amarelo mostarda e pela cor marrom, respectivamente. A área onde se encontram bares e restaurantes está representada, na central 2, pela cor rosa. Na feira livre coberta, encontra-se uma extensa área destinada à venda de produtos hortifruteiros, e de cereais, representados respectivamente pelas cores

vinho e amarela. Na feira livre sem cobertura são comercializados produtos hortifruteiros em lonas, confecções e produtos diversos na chamada feira do Paraguai (figura 32). Esses produtos estão representados, na figura, respectivamente, pelas cores vermelho, amarelo mostarda e verde claro. Esse último sub-espço da feira livre sem cobertura recebe esse nome porque além de se comercializar ali uma diversidade de produtos, vende-se mercadorias que já foram utilizadas. Peças de bicicleta, rádios e pássaros são alguns dos itens encontrados nessa fração da feira. Os pontos de venda que comercializam outros produtos estão distribuídos em diferentes espaços da feira.

Figura 30 – Configuração espacial da feira livre de Itapetinga – BA - 2005



Fonte :Base Cartográfica Adaptada da Secretaria de Urbanismo-Prefeitura Municipal de Itapetinga



Concepção Cartográfica: Gil Porto e Robson Lins

Além da conformação da feira livre ser resultante dos processos ligados ao seu conteúdo e aos sentimentos, sentidos e intenções dos agentes envolvidos em sua produção, no caso das feiras estudadas, outros elementos foram considerados. Para Santos & Serpa (2001, p. 54-55), além da acessibilidade, da circulação e da renda, que influenciam o poder de um centro na periferia, outros fatores também são responsáveis: a proximidade, o fato de ser uma área de ligação e o preço de produtos e serviços nele oferecidos.



Figura 31: O mercado em planos é um dos principais elementos da configuração espacial da feira de Itapetinga.



Figura 32: “Feira do Paraguai”: local na feira de Itapetinga onde se comercializa produtos diversos e usados.

Quanto à ação desses fatores na produção das feiras enquanto centralidade nas sedes estudadas é importante esclarecer que a relação que cada uma mantém com o espaço rural é significativa. No caso da produção das centralidades na periferia das metrópoles, essa relação é praticamente inexistente. A proximidade é condição *sine qua non* para a frequência nas feiras livres estudadas. Essa proximidade é um aspecto observado tanto para os que habitam no espaço rural como para os que habitam nas sedes e está associada à acessibilidade. A população da zona rural visita as feiras das sedes de seus respectivos municípios pela proximidade geográfica relativa entre suas moradias e a sede municipal. Essa proximidade relativa resulta da fácil acessibilidade à rede de transportes e estradas que serve a população de cada município. Esse aspecto ficou bastante evidente na pesquisa de campo realizada na feira de Itororó: uma parcela significativa dos consumidores dessa feira habita no distrito de Bandeira do Colônia, sob jurisdição do município de Itapetinga. Esses consumidores utilizam a feira de Itororó, ao invés de se dirigirem às de Itapetinga, porque ela está mais próxima de suas residências.

Quanto à acessibilidade, ela se constitui num fator de relevância para a centralidade das feiras, da mesma forma como se dá na produção de um centro na periferia. Embora as feiras se constituam em centros nas sedes municipais, um fator que dificulta a frequência da população às mesmas é a sua localização no tecido urbano, pois geralmente são localizadas na periferia geográfica das cidades e não na área central. É nesse sentido que a distância da feira em relação a alguns bairros dificulta a acessibilidade o que leva feirantes-comerciantes e consumidores dos bairros mais distantes a se organizarem de forma a surgirem nesses locais feiras, como ocorre, por exemplo, em Itapetinga. Percebe-se que em todas as cidades-sede estudadas, a localização das feiras não acompanhou a expansão urbana ocorrida em seu espaço. As cinco feiras localizam-se nas proximidades do lugar onde surgiram as primeiras construções e instalaram-se as primeiras feiras livres. Elas não estão localizadas de forma a atender igualmente aos moradores dos diferentes bairros, em relação à proximidade. Nos cartogramas de localização (figuras 10, 12, 14, 17 e 19) é possível observar a posição de cada uma em relação ao tecido da cidade.

Em relação à feira de Maiquinique, um dos motivos que possibilitou a fixação da mesma no referido local foi a sua proximidade da área de embarque e desembarque de pessoas. O local é margeado pela BA 130 que liga Maiquinique às

idades próximas, o que, por sua vez, possibilita sua comunicação com centros urbanos maiores. Quanto à existência de espaços sem utilização dentro da feira, um dos motivos causadores desse processo é o fato de a feira estar próxima de ruas pouco utilizadas, fechadas em si mesmas, não servindo de acesso a outras ruas, ao passo que os logradouros próximos aos locais de saída e chegada da cidade são utilizados para o comércio da feira, principalmente para a venda de confecções. Essa situação possibilita compreender que, além dos fatores já mencionados, outro que atua na produção da configuração espacial da feira de Maiquinique é a circulação de pessoas que, em algumas vias, é mais intensa e, em outras, menos. A feira estende-se em direção às ruas de maior circulação de pessoas, pessoas que visitam à feira para comprar e/ou vender seus produtos. Ainda discutindo acessibilidade, os moradores que residem nos bairros localizados a sul e a sudoeste, os mais distantes, não a freqüentam com a mesma intensidade que aqueles que residem nas suas proximidades. Com o objetivo de centralizar a feira em relação à cidade e colocá-la num espaço de maior dimensão, o governo municipal está preparando um novo espaço para recebê-la (figura 33). Com essa mudança, haverá maior acessibilidade, o que permitirá a maior parcela da população utilizar a feira com maior assiduidade.

A feira de Itapetinga está próxima da BA 263 que dá acesso aos municípios de Vitória da Conquista e Itabuna, porém esse motivo não favorece seu movimento, que é produzido em quase sua totalidade pela população da sede municipal, população essa superior a 50.000 habitantes. A área destinada ao “acontecer” da feira de Itapetinga é de aproximadamente 600 m<sup>2</sup>. Além disso, o espaço também se destina ao acontecimento de festas como São João e outras festividades locais no turno da noite. Com essa dimensão e servindo apenas à população local, o espaço é subutilizado, por isso, parte significativa do espaço permanece livre diariamente. Contudo, o espaço destinado ao “acontecer” da feira é todo ocupado por pontos de venda, não havendo assim ociosidade desses. Em relação às centrais de abastecimento, percebeu-se que, no momento da pesquisa de campo, metade dos 211 boxes da central 2 estavam fechados. Segundo informações dos que mantinham seus pontos de venda funcionando, os boxes fechados estavam nessa condição porque seus “donos” preferiam comercializar na feira livre, utilizando seus boxes apenas como depósitos ou porque não os abriam todos os sábados e nem

durante a semana. Essa realidade comprova o fato de o espaço da feira de Itapetinga ser ocioso, embora haja o agrupamento dos pontos de venda em determinado sub-espaço. A ociosidade está presente tanto no espaço livre como nos boxes, esses últimos, principalmente localizados na central 1. Em relação à acessibilidade, a principal feira livre de Itapetinga não é freqüentada igualmente por toda sua população. Certamente os habitantes dos bairros Recanto da Colina e Vila Riachão, localizados respectivamente a leste e a sudoeste da feira, freqüentam a feira com menor intensidade que aqueles que residem nos bairros centrais.



Figura 33 – Futuras instalações da feira livre e do mercado de Maiquinique.

Em relação à renda da população e os preços dos produtos (SANTOS & SERPA, 2001), fatores que também determinam a produção de centralidades dos serviços nas áreas periféricas urbanas, pode-se afirmar que o comportamento de cada um se constitui como parte integrante do circuito inferior da economia nos países subdesenvolvidos e foram, nesse trabalho, discutidos e aceitos como aspectos presentes nas feiras estudadas. Parte significativa da população dos municípios pesquisados possui renda inferior a um salário mínimo e vêem nas feiras a possibilidade de adquirir os produtos a um menor preço. Porém, em relação ao aspecto preços dos produtos, ele sofreria maior mobilidade, na hipótese de duas feiras acontecerem num único dia, aí, esse fator seria mais determinante para tornar uma feira centralidade em relação a outra, contudo, a baixa renda da população local constitui-se num fator importante para a centralidade da feira em cada sede municipal. Esses aspectos, somados àqueles ligados aos conteúdos da feira, aos sentidos e aos sentimentos dos seus usuários, são responsáveis pela morfologia das feiras.

A configuração das feiras de Maiquinique e Itapetinga resulta de processos construídos historicamente pela população local e que determinaram a atual

localização dos pontos de venda que comercializam diferentes produtos. Além disso, resulta também de processos ligados aos sentidos e aos sentimentos dos agentes nela envolvidos e ao conteúdo material das mesmas. Em relação à feira de Maiquinique, o fato de um mesmo produto ser comercializado em espaços descontínuos, não se constitui numa regra, uma vez que há continuidade espacial entre estabelecimentos que vendem determinados produtos. A exceção produz a seguinte distribuição de produtos no espaço da feira: os pontos de venda de cereais e de hortifrutíferos produzidos por agricultores locais situam-se em diferentes locais na feira, as barracas que vendem cereais industrializados são intercaladas pela presença dos pontos de venda de legumes, frutas e verduras e daqueles que vendem produtos importados.

A feira de Itapetinga, semelhantemente a de Maiquinique, apresenta zonalidade para facilitar o uso do espaço e a venda de produtos. O fato de a feira ocupar uma extensa área obriga, de certa maneira, os vendedores a se organizarem de forma a possibilitar a familiarização dos consumidores com os diferentes pontos de venda. Mesmo com predominância dessa organização, não há continuidade espacial entre todos os pontos de venda de produtos semelhantes. É o caso dos feirantes que comercializam carnes e confecções. Como mostra a figura 29, o primeiro produto é comercializado tanto na central 1, como na central 2. Quanto aos pontos de venda de confecções, é possível encontrá-los tanto na entrada da central de abastecimento 1, como na feira livre e ainda em alguns boxes da central 2. Por mais que esforços sejam dispensados pelos planejadores no sentido de ordenar a feira, determinando a localização fixa dos produtos nela comercializados e estabelecendo limites rígidos entre eles, os principais agentes que a produzem, nesse caso quem compra e quem vende, apresentam o comportamento de não seguirem certos padrões de organização, uma vez que, na maioria das vezes, não participaram de sua elaboração. Essa arrumação dos objetos presentes nas feiras, a forma como chegam aos sentidos de seus usuários e o conjunto de sentimentos neles encontrados constituem, dentre outros fatores, o conteúdo sustentador e produtor dessa configuração espacial, cuja apreensão se dá também por meio desses sentidos, que são elementos importantes na constituição da cultura de qualquer grupo ou comunidade.

#### 4.2 O “IR” A FEIRA: ASPECTOS CULTURAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Entender as feiras a partir de uma abordagem cultural constituiu-se, a princípio, num desafio na elaboração desse trabalho. Esse desafio esteve atrelado a dois motivos: primeiro, a inexistência de estudos de caso como resultado de pesquisa desenvolvida sobre as feiras livres, segundo, porque a análise de qualquer fenômeno a partir de diferentes abordagens demanda maior tempo e amadurecimento no trato com cada uma de suas partes. Santos (1985 p. 1) sugeriu que ao estudar a natureza do espaço, ele fosse considerado como fator de evolução social, retirando-o do lugar de passividade em relação aos acontecimentos sócio-econômicos e entendendo-o como instância da sociedade, ao mesmo tempo instância econômica e cultural-ideológica. Mesmo não privilegiando em sua obra a análise do espaço sob esse prisma, afirmou ser possível compreendê-lo dessa forma. Embora dificuldades tenham aparecido no processo de entendimento da feira em sua instância cultural, o caminho proposto por Santos foi aceito como desafio possível de realização.

A produção científica atual, ainda impregnada da racionalidade positivista, sobretudo nas ciências humanas, passa a dar atenção a outros elementos constituintes dos fenômenos espaciais. Por conta disso, atendendo às novas demandas desse início de século, torna-se cada vez mais necessário no estudo de qualquer ciência valorizar diferentes abordagens, abordagens essas que valorizem a história, os sentimentos, os valores e os costumes dos grupos humanos que produzem o espaço. Em Geografia, mesmo havendo resistências em tratar o espaço a partir da valorização desses conceitos, é crescente a quantidade de estudos que analisam a produção e a organização do mesmo a partir da cultura ou das sociedades que nele habitam. Antes, porém, de continuar essa discussão, cabe definir o que se entende por cultura. De acordo com o periódico *Géographie et cultures* (1992 *apud* CORRÊA, 1995, p. 2 e 3), cultura é o conjunto daquilo que é transmitido e inventado (técnicas, atitudes, valores, e as condições de transmissão) e caracteriza-se por “componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos”. Para Sauer (1963 *apud* CORRÊA, 1995, p. 3), a cultura “origina-se, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo, porém traçável no espaço onde se localiza”. Diante desses conceitos, a feira livre pode ser entendida como manifestação cultural pois:

- é transmitida de geração a geração;
- é um componente espacial da configuração urbana;
- é um produto da sociedade;
- possui conteúdo simbólico.

Embora se saiba que a feira é um fenômeno cultural, o que se propõe nessa seção não é apenas iniciar e terminar a compreensão das feiras analisadas a partir desse aspecto e sim começar, por intermédio de alguns pensadores, uma discussão teórica acerca dessa questão, que não deve se fechar nesse trabalho, mas sim continuar sendo aprofundada em momentos futuros. Na busca de uma justificação teórica para o trato dessas questões, alguns autores servirão de base para se chegar a algumas considerações.

Bromley, Symansky e Good (1980) afirmam acerca da origem das feiras livres, que quase sempre surgem em sociedades estratificadas. Segundo eles, elas tornam-se periódicas a partir do estabelecimento do comércio em tempo parcial e a designação de dias especiais para a sua realização. Uma das características mais presentes nas sociedades estratificadas é a presença, em suas estruturas, de diferentes classes sociais. As tabelas 7 e 22 respectivamente nos capítulos 1 e 2, que revelam as características sócio-econômicas dos municípios em questão, mostram a renda da população de cada município e a renda dos que compram na feira. A análise das informações contidas nas mesmas possibilitou concluir que mais de 80% da população de Maiquinique, Macarani, Itarantim e Itororó declararam não ter rendimentos ou receber até meio salário mínimo mensais. Em Itapetinga, a parcela da população que apresenta esse comportamento é menor, chegando a 73%, ao passo que considerando-se a percentagem média dos cinco municípios, apenas 2,88% da população recebe cinco ou mais salários mínimos mensais. O conjunto dessas características é resultado, dentre outros fatores, da estratificação social presente nesses municípios, o que determina, de certa maneira, a origem e a permanência das feiras livres. Esses autores afirmam ainda que elas também persistem no tempo por conta das necessidades dos produtores e consumidores, da organização do tempo, da inércia e da vantagem comparativa.

A necessidade que o comerciante tem de vender seus produtos com o objetivo de adquirir o mínimo de capital para manter o funcionamento do seu ponto de venda e para sua sobrevivência, bem como a necessidade de compra dos consumidores constituem-se em fatores indispensáveis na permanência dessas

feiras. Quanto à organização do tempo, pode-se afirmar que as feiras estudadas continuam a existir por causa da forma como, historicamente, as populações locais apropriaram-se da seqüência de dias e noites, organizando-os de forma a atender suas necessidades: dias para o trabalho, dias para o descanso e dias para as festividades. Nesse contexto, escolheram um dia da semana para que a feira de cada localidade acontecesse, nesse caso o dia de sábado. A escolha desse dia está ligada ao calendário das atividades semanais da sociedade e, particularmente, da população da área estudada. No mundo ocidental, ao longo do tempo, dos sete dias semanais, os homens trabalham cinco, do 2º ao 6º dia semanal, os demais, sábado e domingo, servem de lazer e descanso. O fato de a maioria das feiras nordestinas acontecerem aos sábados e aos domingos e, no caso das feiras estudadas, acontecerem no 6º dia semanal, indica que não originaram-se apenas para atender a necessidade de compra e de venda dos consumidores e comerciantes, mas também para servir de lazer, constituindo-se numa atividade festiva, onde seus participantes, ao ir à feira, pudessem conversar, socializando os fatos semanais ocorridos nas suas comunidades. Sendo assim, essa organização determina que o feirante não sobreviva apenas da atividade desenvolvida na feira. No caso em questão, como indica a tabela 15, a maioria dos feirantes trabalha em outras atividades durante a semana e o trabalho na feira é visto como mais uma possibilidade de aumentar a renda mensal. Esse fato ocasiona a existência de um comerciante com perfil diferente daqueles profissionais que vivem e sobrevivem de “fazer” a feira. O fato de as feiras em questão acontecerem no mesmo dia da semana resulta do fato de possuírem importância, sobretudo local, onde a população de cada município se constitui no agente responsável pelo “existir” de cada uma delas.

Em tempos não tão distantes, a maioria dos consumidores das feiras livres dos municípios em questão habitava o espaço rural. Esse fato implicava num comportamento tipicamente local. O fato que levava a população camponesa a ir à feira estava ligado, dentre outros motivos, à necessidade de, ao vender o excedente agrícola, conseguir o dinheiro para comprar o que não se produzia no campo. Entretanto, esse não pode ser entendido como o único motivo; a feira significava para essa parcela da população o lugar do encontro e do lazer para toda a família. As crianças, o casal, enfim, os membros da família viam, no dia de sábado, o momento de se informar dos acontecimentos regionais e a possibilidade de rever

parentes ou amigos. Os relatos abaixo mostram que a feira continua tendo o mesmo significado para os que moram no campo e para aqueles que não estão mais lá.

“Eu venho à feira para vender farinha, ovos de galinha e também para comprar. Além disso, eu encontro os conhecidos não é? Ela é bonita, o povo e as coisas também são; é por isso também que eu gosto da feira”, afirmou Eliene Bispo dos Santos, moradora na Fazenda Água Doce no município de Itororó. Odílio José dos Santos, 47 anos, residente na Fazenda Palmeira, município de Maiquinique, frequenta a feira pelos mesmos motivos apresentados acima, porém, para ele, ela tem um significado maior.

Venho à feira vender verdura, cereais e também para comprar carne e pagar alguma prestação. Também aproveito para ver os amigos e para visitar o médico. Somente no sábado é possível fazer tudo isso. Se eu deixo de vir à feira em algum sábado, sinto que falta alguma coisa em mim. Desde pequeno que eu frequento, então, ela faz parte da minha vida.

Odetino José dos Santos, de 66 anos, residente na mesma localidade, ao relatar sobre o objetivo que o traz à feira disse: “A gente vem para comprar, mas também a gente vem para saber como está a cidade e as novidades da semana”. Milton José dos Santos, 43 anos, morador da zona rural desse município reforçou a idéia anterior dizendo que:

A feira não serve apenas para comprar, a gente aproveita e faz outras coisas. Todo sábado encontro amigos e a gente prosa muito; cada um fica sabendo as coisas novas que acontecem nas outras roças. Às vezes eu aproveito para ir ao hospital pra fazer exames.

Outra feirante-consumidora, Ednália Vieira Oliveira, 39 anos, moradora na zona rural de Itarantim e que frequentava a feira livre da sede municipal de mesmo nome, ao ser questionada sobre os motivos que a levariam à feira, afirmou:

[...] tem parente que eu vejo só na feira, então a gente aproveita pra colocar o papo em dias. Às vezes nem compro muita coisa, mas venho à feira para ver esses parentes e também porque ela é muito alegre, movimentada e a gente encontra os amigos também. Quando sobra tempo, também vou à igreja.

Maria Rosa da Silva, 55 anos, moradora desse mesmo município disse vir à feira apenas para comprar frutas e feijão, embora aproveite a oportunidade para ver os parentes.

Patrícia de Jesus Santos, 23 anos, residente na fazenda Córrego d'Água, município de Macarani, afirmou que aproveita o dia da feira para ir à casa dos amigos “bater um papo”, visitar lojas, fazer exames, arrancar dente e resolver alguns

problemas. Ela também visita a feira porque gosta do seu movimento, das pessoas e de suas atitudes. “Além disso, rever os parentes é muito bom”, afirmou ela.

Nas falas acima percebe-se a diversidade de motivos que levam os feirantes rurais à irem às sedes municipais aos sábados . Todos afirmaram que visitam a feira para comprar. Além de adquirir os produtos outros ainda têm a feira como local de venda de seus produtos. Esses são de origem rural. Além desses motivos, outros de tamanha importância foram citados. A maioria afirmou que vir a feira significa reencontrar conhecidos, amigos e parentes. Além disso, aproveitam para se inteirarem dos acontecimentos semanais e para “fazer exame” como eles afirmaram. O fato de um dos entrevistados afirmar que a feira faz parte de sua vida mostra o significado que ela tem para parte da população que a frequenta. O “ir” à feira é uma necessidade que se não for satisfeita produz uma insatisfação, um desconforto entre os feirantes.

Ana Pereira da Silva, de 52 anos, residente na Fazenda Rio Pardo, também no município de Macarani, associa a existência da feira à presença divina: “Além de vir aqui para comprar e vender, também venho prosar com os amigos e sentir a presença de Deus. O que eu mais gosto na feira é dessa presença”.

Para Edivaldo Ferreira de Oliveira, 42 anos, domiciliado na sede do município de Itapetinga, o que ele mais gosta de fazer na feira é sentir a comunhão:

Nós queremos estar perto de outras pessoas, dar e receber carinho. Ver o povo unido na feira é algo muito bonito. As pessoas aqui são muito educadas e hoje a primeira coisa que você tem que ter é educação; é uma pena que a feira está um pouco devagar de uns tempos pra cá.

Esses dois últimos relatos mostram o grande valor simbólico que a feira possui para uma parte dos que a frequentam. Ao afirmar que o que mais se gosta na feira é a presença de Deus, a feirante vê a feira como local onde Deus se manifesta. Além de ser o local da compra, da venda, do estabelecimento de contatos, a feira é também locus onde se manifesta a presença de uma força superior. Quanto ao relato do último morador, ele mostra que a feira possui um aspecto diferenciado de outros espaços da cidade. O encontro, a conversa e a coletividade pulsam em toda sua extensão de forma que todos se sintam construtores desse acontecer, que é solidário, na medida em que são compartilhados entre seus participantes, alegrias, tristezas, planos e acontecimentos da vida diária.

Sendo assim, pode-se auferir que o “ir à feira” tem diferentes significados, significados esses ligados às necessidades humanas que são impregnadas de afetividade, de valores culturais, dentre outros. Para a população que habitava a zona rural e que migrou para a cidade, o ir à feira simbolizava o elo de ligação com o urbano, imaginado como o “lugar da modernidade”. Ela não deixa de ser o espaço da compra de produtos, porém o espaço da venda, pois os camponeses deixaram de produzir quando passaram a residir na cidade. Ainda assim, esses antigos moradores do campo continuam vendo a feira enquanto local de encontro, onde podem rever os que lá permanecem e satisfazer outras necessidades como mostra a tabela 25. Se a feira livre continua com essa importância, perde aquela, que lhe confere o lugar de contato com o espaço urbano, uma vez que parte da população que a via dessa forma foi alcançada pela “modernidade urbana”.

Com base nas informações da tabela 25, pode-se afirmar que a maioria da população rural além de ir à feira para comprar, a visita também por outros motivos. Aproveitam o dia de sábado para rever familiares, amigos, ir ao médico e também visitar a igreja. Esses motivos solidificam a discussão levantada sobre o conteúdo cultural presente nas feiras livres, onde seu funcionamento está associado a acontecimentos de ordem cultural ou funcional.

Tabela 25 – Municípios da Área de Estudo - BA

Consumidores rurais: motivos que o trazem à feira além da compra (%) – 2004

Motivos	Municípios				
	Maiquinique	Macarani	Itarantim	Itororó	Itapetinga
Visita ao médico	34	-	5	-	-
Visita ao médico e/ou rever parentes e amigos	33	-	50	14	56
Trabalhar	-	25	-	-	-
Visita ao médico e à igreja e/ou rever parentes e amigos	17	-	35	15	-
Nenhum	8	50	5	71	-
Outros	8	25	5	-	44

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro-setembro – 2004.

A inércia constitui um dos fatores citados por Bromley, Symansky e Good (1980) que possibilita a permanência das feiras no tempo. Ela se caracteriza por um

conjunto de comportamentos ou atributos que continuam presentes nas feiras, mesmo com as transformações ocorridas nas relações trabalhistas, de produção e de comércio. Ela se manifesta em diferentes atitudes de quem compra e de quem vende. Comprar na feira ao invés de adquirir os produtos num mercado ou mesmo deixar de vender produtos em boxes voltando a vendê-los na feira livre, comportamentos dos consumidores e comerciantes respectivamente, podem ser considerados como elementos da inércia das feiras estudadas. O fato de 30% dos boxes da central 2 da feira de Itapetinga permanecerem fechados, no dia em que a feira apresenta maior movimento, está ligado, dentre outras questões, à “escolha” que seus “proprietários” fazem em comercializar seus produtos no espaço livre. Por esse motivo, muitos boxes do mercado da feira livre de Itarantim também se encontravam fechados no momento da pesquisa de campo. Esse comportamento do comerciante e a perda da função primordial do box, ligado também ao costume de comprar na feira livre, é um dos elementos da inércia, que possibilita a permanência das feiras no tempo, que resistem em mudar os padrões tradicionais, padrões esses presentes no ato de vender o produto numa barraca ou tabuleiro, ou até mesmo no chão, constituindo-se em elemento característico na produção e na configuração espacial das feiras.

A implantação de projetos de reurbanização e padronização nas feiras livres, onde a feira livre é “tragada” pelo mercado, tem sido apoiada por muitos comerciantes e consumidores. Esses são usuários assíduos dos boxes, uma vez que defendem a modernização da feira livre. Dos mercados observados, o da feira livre de Macarani era o único que mantinha todos os seus boxes funcionando com a venda de mercadorias, tanto aqueles que vendiam hortifruteiros, como aqueles que comercializavam carnes eram freqüentados pelos feirantes-consumidores.

Conforme mencionado, Bromley, Symansky e Good (1980) afirmam ainda ser a vantagem comparativa um dos fatores que determina a permanência das feiras no espaço citadino. É possível que num conjunto de feiras em outro espaço sub-regional esse comportamento esteja presente, determinando que algumas sejam mais movimentadas e comercializem maior montante de mercadorias que outras, porém as feiras estudadas não apresentam vantagens que determinam a procura de consumidores que residem em outros municípios. Como mostra a tabela 21, quase totalidade dos consumidores, no momento da pesquisa de campo, afirmaram ser do próprio município onde a feira acontecia. Esse quadro permite afirmar que essas

feiras são centros locais, pois atendem, sobretudo, às populações que ali residem. Sendo assim, nenhuma delas apresenta vantagem comparativa em relação às outras, portanto, o fato de continuarem existindo não deve ser associado a esse comportamento.

Os motivos descritos e analisados até aqui serviram de suporte para entender a feira também enquanto fenômeno cultural. Os fenômenos, de diferentes naturezas, materializam-se no espaço constituindo elementos de diferentes paisagens. Cosgrove (1998), a partir de uma visão crítica, afirma que há dois tipos gerais de paisagens. A primeira é considerada a das culturas dominantes e, a segunda, das culturas subdominantes ou alternativas. Essa última é dividida em três tipos: paisagens residuais, emergentes e excluídas. As feiras estudadas, assim como a maioria das feiras brasileiras, pelas características que apresentam, constituem uma paisagem residual no espaço das cidades. Residual porque resistem no espaço das sedes municipais, por conta da organização do tempo, da inércia e por se constituírem num bem cultural.

O modo de produção capitalista produz espaços e paisagens diferenciados, onde o acesso de uma minoria a diferentes bens e serviços se dá em detrimento de uma maioria que consome o mínimo para a sobrevivência e que se utiliza do comércio e dos serviços com características próprias. Nesse sentido, essa maioria adquire os produtos para seu consumo em locais apropriados ao seu padrão de vida. O comércio informal tem sido essencialmente, e, nesse caso, as feiras livres, utilizado pela população de baixa renda. A organização desse comércio no espaço urbano produz uma paisagem excluída, em relação aos estabelecimentos de comércio formal: as lojas e os supermercados. As feiras livres não são entendidas como paisagens excluídas, no sentido de não estarem mais presentes no espaço citadino. Ao contrário, continuam existindo e refletem, de um lado, a atual organização e configuração do modo capitalista de produção, ou seja, são necessárias, juntamente com o comércio formal, para a reprodução desse sistema.

Na feira e em todo seu campo de signos e significados as relações culturais se dão de forma diferente daquelas que se estabelecem nas lojas e em supermercados. Essas relações não podem estar dissociadas da materialidade sobre a qual se dão e, para Cosgrove, não devem ser entendidas de forma estanque, sem levar em conta o estudo do poder. De maneira não declarada, as lojas de comércio formal disputam com os pontos de venda do comércio informal a

atenção e a procura do consumidor. Essa disputa configura relações de poder entre os dois circuitos. Outro poder que também se manifesta no espaço da feira e no seu entorno caracteriza-se pelas ações do poder público municipal que planeja, sem participação dos feirantes, intervenções visando à padronização dos pontos de venda e delimitando as áreas onde os diferentes produtos deveriam ser comercializados. Em contrapartida, o poder dos feirantes se manifesta na não-obediência às determinações do poder público municipal, com a não utilização dos boxes para venda de seus produtos, optando em comercializá-los na feira livre, ou mesmo não acatando as portarias criadas pelo poder público municipal definindo taxaço aos feirantes-comerciantes. Por conta desse comportamento, a análise da feira a partir das suas relações culturais não deve estar desassociada dos estudos sobre poder, que é construído e manifesto pelos principais agentes que a produzem. Esse poder além de se manifestar na relação conflituosa entre os proprietários de barracas e as administrações municipais, que elegem suas intervenções como as únicas capazes de produzir a “modernização” ou “reurbanização” das feiras livres, também está presente nas estratégias criadas pelo comércio formal para atrair o consumidor da feira livre para as suas lojas e supermercados.

Como foi mencionado anteriormente Cosgrove (1998, p. 103) afirma ainda que parte significativa das pessoas vive em sociedades que são divididas em classe, casta, sexo, idade ou etnicidade. Essa divisão reflete como se dá a organização social do trabalho. Uma posição diferenciada em qualquer comunidade a partir dessas características produz no indivíduo uma experiência e uma consciência diferenciadas, produzindo de certa forma aspectos culturais diferenciados. A população com baixa escolaridade e que recebe baixos salários constitui-se num grupo que possui experiência e consciência diferentes daquele que estudou mais anos e que tem maior renda. O baixo nível de escolarização dos feirantes-consumidores é um indicador relevante e deve ser considerado no entendimento da feira. A escolha de comprar nela se constitui num aspecto cultural característico de determinado grupo social, da mesma forma que a escolha por comprar em lojas de mercados e supermercados corresponde também a hábitos de determinada parcela da população. É certo que não existe um limite rígido, no sentido de que determinado grupo socioeconômico e cultural compra na feira e outro em lojas e mercados, porém, como já mencionado, as relações culturais da feira não são as mesmas que se manifestam no comércio do circuito superior.

Segundo Claval (1995 *apud* CORRÊA, 1995, p. 4 e 5) a paisagem é, de um lado, resultado de uma dada cultura, e, de outro, constitui-se numa matriz cultural. Matriz cultural porque serve como mediação na transmissão de conhecimentos, saberes, crenças, sonhos, valores símbolos e atitudes sociais. Para aquele, a paisagem possui uma faceta funcional e outra simbólica. As feiras, entendidas enquanto paisagens, apresentam uma faceta funcional e outra simbólica. Funcional porque existem para atender ao consumo das sociedades locais, simbólica, porque seus pontos de venda distribuídos em seu espaço apresentam características peculiares a esse tipo de comércio, uma tipologia do circuito inferior da economia, como foi discutido no capítulo 3, e também porque expressa os processos sociais de uma comunidade e seu conjunto de práticas e valores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionado poucos estudiosos da Geografia têm se debruçado sobre a atividade comercial e, em se tratando da feira livre, um número bem menor tem se dedicado a essa tarefa.

O presente trabalho propôs analisar a produção desse fenômeno sob a ótica da teoria dos dois circuitos econômicos de Milton Santos. O entendimento de que a feira livre se constitui numa manifestação do circuito inferior foi uma das premissas indispensáveis para a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa. Percebeu-se que a maioria das características do circuito inferior, apresentadas por Santos, está presente no “dia-a-dia” das feiras. Dentre essas se pode citar o caráter simples em que se dá a venda dos produtos, o baixo investimento em capital no funcionamento dos pontos de venda, a presença considerável de familiares trabalhando nesse processo, baixo estoque de produtos para a comercialização, o não-uso de empréstimos para investimento no próprio negócio, dentre outros. Durante a análise das informações obtidas percebeu-se que algumas das características desse circuito, mencionadas por Santos, não foram identificadas. Dentre essas se pode citar:

- a) A venda a crédito;
- b) A predominância de mulheres no desenvolvimento da atividade comercial;
- c) A presença de vários intermediários entre o produtor e o consumidor, dentre outras.

Sendo assim, ao contrário do que Milton Santos postulou, na feira livre a venda a crédito praticamente não existe, os homens são maioria na função de feirantes-comerciantes e parte significativa das mercadorias comercializadas no espaço da feira não passa pelas mãos de intermediários. Muitos anos se passaram desde que essa teoria foi construída. Daquele momento até os dias atuais a sociedade vem mudando com rapidez exigindo que qualquer teoria nas Ciências Humanas, criada num tempo distante, seja retomada e revisada no intuito de explicar os fenômenos na atualidade, cuja produção se dá no seio de uma sociedade que se transforma cada vez mais rápido. O fato de alguns aspectos do CI não se manifestarem no “acontecer” das feiras livres estudadas reforça a importância dessa teoria, que além de explicar outras manifestações do CI, pode ser utilizada para a compreensão de

um fenômeno que tem seu lugar no cotidiano de milhares de pessoas de cidades interioranas e de capitais.

Muitos feirantes comerciantes e consumidores afirmaram que as feiras têm enfraquecido. Para chegar à conclusão acerca dessa afirmação seria necessário um estudo mais específico e aprofundado, onde a obtenção de informações acerca do número de freqüentadores em cada sábado, do montante de lucro obtido por comerciante em cada dia de feira, da quantidade de produto comercializado, seriam indispensáveis. Essas informações deveriam ser obtidas num período considerável de tempo para então se chegar à conclusão se as feiras livres têm ou não passado pelo processo de enfraquecimento. Se com a pesquisa desenvolvida não foi possível comprovar esse pressuposto, outros aspectos foram percebidos. Um dos que mais chamou a atenção foi o fato de que em alguns sábados as feiras são mais dinâmicas. Nesses, elas recebem maior número de feirantes consumidores e comerciantes. Geralmente são sábados que antecedem “dias santos” ou festas que têm grande importância local como Semana Santa, São João e Natal. Nesses sábados, a comercialização de peixes e, sobretudo, de confecções é de maior expressividade no espaço da feira. Ruas próximas a elas são ocupadas por barracas que chamam a atenção dos consumidores e aumentam a expansão da área da feira. Não propomos entender as feiras estudadas a partir dessa peculiaridade, porém, acredita-se que esse é mais um aspecto que carece de estudos geográficos. A maior ou menor dinâmica da feira, além de estar associada às festividades locais, mantém íntima relação com as estações do ano e dias de pagamento de salários e de aposentadorias. Em meses de pouca chuva e nas duas últimas semanas do mês geralmente as feiras são menos movimentadas e os produtos, sobretudo os de origem rural, são mais escassos. Sem dúvida, esse comportamento percebido em relação a essas feiras determina uma configuração espacial com certa mobilidade. Em sábados com maior número de feirantes e maior quantidade e diversidade de produtos a feira possui uma arrumação espacial que se difere daquela visível nos dias de menor movimento.

A discussão das feiras a partir da forma como se apresenta na paisagem urbana foi de grande relevância, pois possibilitou visualizar sua configuração no espaço. Pode-se afirmar que a informalidade, além de estar presente no circuito da compra e da venda de mercadorias, necessita do espaço para se manifestar, nesse caso as feiras livres, tornando-se assim visível. O planejamento dispensado na feira

é diferenciado a depender da cidade, a depender da sua importância para o entorno e a depender da população que a frequenta. Essas diferenças apresentam-se, portanto, na configuração espacial das mesmas, que ficaram evidentes nos dois casos aqui trabalhados. A da feira de Itapetinga apresenta distribuição de suas partes e de produtos diferenciados daquela da feira de Maiquinique. No caso de Itapetinga, vê-se a presença mais evidente do órgão municipal responsável pela gestão do espaço feirenses. Essa presença se manifesta na tentativa de dividi-lo em sub-espacos para se comercializar os diferentes produtos. No caso de Maiquinique, a configuração espacial da feira revela a ausência do poder público, uma vez que não se verifica com maior clareza os diferentes sub-espacos para a venda de cada produto. Essas diferenças não impossibilitaram a existência de uma característica comum nas duas feiras estudadas: não há um limite rígido entre espacos que vendem produtos diferentes. É possível encontrar num espaco indicado para vender determinado produto outras mercadorias e pontos de vendas com diferentes tipologias: lonas, tabuleiros e barracas.

O entendimento da feira enquanto locus de relações culturais foi um dos caminhos mais difíceis de se percorrer. A falta de literatura específica que aprofunda a questão, a não construção de um caminho metodológico com etapas mais claras e até mesmo a não-inclusão de maior número de questões nos questionários que contribuíssem para uma avaliação da feira a partir dessa proposta se constituíram em entraves na elaboração do último capítulo. Diferentes autores apontam a possibilidade e a necessidade de trabalhar a feira como fenômeno cultural, porém não o fazem sob essa perspectiva. Ainda assim, a análise da feira a partir dessa abordagem foi possível graças aos esforços dispensados na tentativa de se construir um caminho metodológico possível. A feira, sendo aqui entendida como bem cultural imaterial da humanidade, resiste no tempo por conta, principalmente, desse seu conteúdo. A discussão aqui levantada se constitui num embrião que carece de cuidados e maiores reflexões de forma a ser, futuramente, compreendido em pelo menos parte de sua totalidade. Sendo assim, a discussão sobre as relações culturais presentes na feira, que nesse trabalho não foram aprofundadas, serão objeto de estudo no doutorado. No entanto, um ponto de partida para essa compreensão é o entendimento de que as feiras livres, e nesse caso, as feiras estudadas, persistem no tempo porque um dos motivos que conduz às pessoas a visitá-las é o hábito de comprar, vender, encontrar pessoas, etc.. Esse hábito é um componente da cultura,

construído historicamente e não se “desmancha” em dias, anos ou décadas. Se esse aspecto é relevante na compreensão da feira a partir dessa abordagem, outro aspecto tem sua importância. Embora o fato de consumidores de classes sociais diferentes apresentarem experiência e consciência também diferentes seja insuficiente para afirmar ser a feira uma manifestação de uma cultura subdominante ou alternativa, não se deve anular esse aspecto se se propõe analisar a feira como fenômeno cultural. Portanto, na continuação desse trabalho, esse aspecto será revisado no sentido de que contribua para o entendimento da feira como expressão cultural no espaço urbano.

Sabe-se que o conhecimento da evolução histórica de qualquer fenômeno, e em alguns casos, do local onde ele se manifesta é indispensável para a atual compreensão do mesmo. No caso das feiras estudadas, embora esforços tenham sido feitos no sentido de se encontrar registros escritos sobre cada uma delas, nenhum foi encontrado. Ao consultar os moradores mais antigos sobre a evolução dessas feiras, poucas informações foram dadas e as obtidas quase sempre eram contraditórias. Quanto à idéia de aqui se registrar a história dos cinco municípios, resultados mais satisfatórios foram obtidos, pois se teve acesso a relatos dos acontecimentos passados de cada localidade, relatos esses que valorizam os antigos detentores do poder, que são colocados como os homens “bons”, que zelaram pelas comunidades locais e que levaram a elas o desenvolvimento. Sendo assim, espera-se que esse trabalho desenvolva nos que o lerão o interesse de aprofundar no registro e na análise de uma história local reveladora dos acontecimentos construídos pela coletividade e não apenas por vultos.

Nas feiras de Maiquinique, Macarani, Itarantim e Itapetinga, percebe-se que o poder público municipal vem implementando reformas em seus espaços através de projetos de reurbanização, construindo mercados que antes se constituíam apenas como um dos elementos da feira. Essa intervenção do poder público fragmenta-a, determinando, assim, uma nova configuração do espaço. No nosso entendimento, a construção do mercado fechado “aprisiona” o feirante, que é impedido, quase sempre de ver e sentir a feira como espaço público, portanto espaço livre. Nesse sentido é que se afirma que essas feiras têm sido “engolidas” por esses mercados. Parte significativa delas já acontece sob essa estrutura e em alguns casos, como a de Macarani, é praticamente coberta. Isso mostra que o poder público municipal é um dos agentes que desterritorializa e reterritorializa a feira. Porém, no nosso

entendimento, os agentes que estão envolvidos diretamente e com maior intensidade nesse processo, sobretudo no último, são os feirantes: os que compram e os que vendem em seu espaço. São aqueles que mesmo não adquirindo produtos, visitam-na para apreciar sua beleza, já que é uma obra de arte inscrita na paisagem urbana, não pintada por um único artista, mas por todos que a freqüentam, que a observam.

Um aspecto que chamou atenção em todas as feiras foi o fato de se localizarem nas proximidades dos rios que banham as sedes municipais. Em todas as sedes elas têm sido “empurradas” para esses locais. Uma explicação para esse movimento das feiras na direção citada é o fato de os poderes públicos municipais não darem a importância devida para as mesmas, sendo elas vistas, ao longo do tempo, por esses gestores, como locais, que pelas suas características, precisam ficar na margem do tecido urbano. Essa situação se difere de outras cidades, onde o transporte fluvial foi e continua sendo importante para o conjunto da sociedade. Em alguns casos, as áreas mais dinâmicas dessas cidades são banhadas por rios, e quase sempre, as feiras livres estão ali localizadas. Essa situação não se aplica à realidade estudada, embora as sedes municipais estejam próximas aos cursos d’água.

Uma tendência observada em pelo menos três das feiras estudadas (Macarani, Itapetinga e futuramente em Maiquinique) é a crescente multifuncionalidade de seus espaços. Aos sábados, durante o dia, recebem as barracas, os feirantes e os consumidores e à noite transformam-se em palcos para festividades locais. É interessante observar que os freqüentadores diurnos do espaço diferem daqueles que o usam à noite e em nenhuma das feiras observou-se a manifestação de eventos culturais (apresentação de tocadores, cantores, piadistas, etc.) no momento em que as feiras aconteciam.

Por esses e outros motivos, é que a feira livre precisa continuar sendo objeto de pesquisa e de estudo para os cientistas sociais, pois, ao refletirem o movimento dos grupos sociais, podem ser estudadas para a compreensão da sociedade, para a compreensão do espaço geográfico, para a compreensão da vida nossa de cada dia.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas. Recife, SUDENE – Coord. Planej. Regional, 1982.

ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR. Rio de Janeiro, FAE, 1991.

BEZZI, M.L. Região – Uma (re)visão historiográfica – Da gênese aos novos paradigmas. UNESP. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 1996.

BRITO, Cristóvão. Revisando o conceito de território. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano IV, n. 6, Julho de 2002. Salvador. p. 12-20.

BROMLEY, R.J. Os mercados periódicos dos países em desenvolvimento; uma revisão crítica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 42(3), p. 646-57, jul. /set. 1980.

BROMLEY, R.J.; SYMANSKI, R.; GOOD, C.M. Análise racional dos mercados periódicos. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 42(1), p. 183-94, jan./mar., 1980.

CARLOS, Ana Fanni A. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

CARNEIRO, Maria Déa Ramos. Municípios do Médio Sudoeste da BA - Itapetinga: Gráfico Dimensão Editora, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. “A dimensão cultural do espaço: alguns temas”. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: Nepec, outubro, 1995.

\_\_\_\_\_. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSGROVE, Denis. A cultura está em toda parte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 92-123.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HARVEY, David. A condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HASSEGAWA, Welliton Rezende. A Crise da Economia Pecuária Bovino-Extensiva da Micro-Região Pastoril de Itapetinga: Subordinação, conflito e Mudanças nas

Relações de Produção nos últimos 30 anos. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Cruz das Almas, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. IBGE: 2000.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. IBGE, 54 (1), p. 95-120, jan. /mar., 1992.

LAGE, Creuza Santos. Refletindo sobre o projeto de pesquisa em Geografia. Salvador: UFBA, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

LEITE, Maria Ângela Farggen Pereira. Destruição ou desconstrução?. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert Moraes. Geografia pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, Antônio Carlos Robert. (Org.) Ratzel. Tradução Fátima Murad e Denise Bottman. São Paulo: Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais 59).

MORAES, Antônio Carlos Robert. e COSTA, Wanderley Messias da. Geografia crítica – A valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.

NETO, José Vitalino. Escorço história de Itororó. Itororó: 2001.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”: A constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Arquitetura – UFBA, Salvador, 2003.

PIRENNE, Henri. História Econômica e Social da Idade Média. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1963.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAMPAIO, Antônio Heliódoro Lima. Formas urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Quarteto Editora/ PPG/AV, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANTOS, Jânio & SERPA, Ângelo. A produção espacial do comércio e serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador – in Geosp: Espaço e Tempo, n. 8 – São Paulo: USP, 2001. p. 45-65.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978a.

- \_\_\_\_\_. Pobreza Urbana. São Paulo: Hucitec, 1978b.
- \_\_\_\_\_. O espaço dividido: os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos - Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- \_\_\_\_\_. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. Metamorfoses do espaço habitado 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. O que é preciso saber sobre MERCADOS & FEIRAS LIVRES. Rio de Janeiro, 1982. 96 p.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos Municípios Baianos 2000. SEI:2000.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos Municípios Baianos 2000. SEI:2002.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- VASCONCELOS, Pedro de A. Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Ilhéus, Editus, 1999.

## 7 ANEXOS

### ANEXO A: QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS FEIRANTES CONSUMIDORES E AOS FEIRANTES COMERCIANTES.

Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Geociências  
Mestrado em Geografia

Este questionário é um instrumento, que após sua aplicação, tabulação e análise de seus dados servirá de suporte para compreender o funcionamento das feiras livres dos municípios de Itapetinga, Itororó, Itarantim, Macarani e Maiquinique, objetivo de uma pesquisa em desenvolvimento nesta universidade.

#### QUESTIONÁRIO 01: CONSUMIDORES

Questionário número \_\_\_\_\_

Aplicado em: \_\_\_\_\_

01. Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

02. Qual faixa que melhor descreve sua renda familiar mensal?

- a) ( ) Menos de um salário mínimo
- b) ( ) Entre um e dois salários mínimos
- c) ( ) Entre três e cinco salários mínimos
- d) ( ) Mais de cinco salários mínimos

03. Em que faixa se encontra em relação à sua formação escolar?

- a) ( ) Primário completo e fundamental incompleto.
- b) ( ) Fundamental completo e nível médio incompleto.
- c) ( ) Nível Médio completo e superior incompleto.
- d) ( ) Superior completo.
- e) ( ) Nenhuma alternativa acima.

04. Em qual município mora?

- a) ( ) Itapetinga
- b) ( ) Itororó
- c) ( ) Itarantim
- d) ( ) Macarani
- e) ( ) Maiquinique
- f) ( ) Outro município

05. Onde se localiza sua residência? Se for da ZONA RURAL responda a 6ª questão, se for da ZONA URBANA responda a 7ª:

- a) ( ) Zona Rural
- b) ( ) Zona Urbana

06. Além de vir à feira qual outro motivo lhe trás à cidade?

- a) ( ) Visita ao médico
- b) ( ) Rever amigos ou parentes
- c) ( ) Visita à igreja
- d) ( ) Nenhum
- e) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

07. Você vem à feira apenas para comprar?

A) ( ) Sim ( ) Não

B) Por que vem à feira?

---

---

C) O que mais gosta na feira?

---

---

08. Você frequenta a feira semanalmente? Se a resposta for NÃO, responda a 9ª questão.

a) ( ) Sim b) ( ) Não

09. Então, quantas vezes ao mês?

a) ( ) 1 b) ( ) 2 c) ( ) 3 d) ( ) 5

10.

A) O que você compra na feira

a) ( ) verduras b) ( ) frutas c) ( ) carnes d) ( ) alimentos permanentes

e) ( ) roupas f) ( ) outros, favor especificar: \_\_\_\_\_.

B) Por que compra esses produtos na feira?

---

---

11. Você compra sempre no mesmo comerciante?

---

12.

A) Pesquisa preço?

---

B) É mais barato que em outros lugares?

---

13. Você acha que esta feira tem fortalecido ou enfraquecido ou continua da mesma maneira ao longo dos últimos anos? Se a resposta for **enfraquecido**, responda a 14ª questão.

a) ( ) fortalecido b) ( ) enfraquecido c) ( ) Continua da mesma maneira

14. Segundo seu ponto de vista esta feira tem perdido a importância por qual dos motivos abaixo?

a) ( ) Diminuição dos produtos produzidos no município.

b) ( ) Aumento dos preços das mercadorias.

c) ( ) Os produtos antes encontrados na feira hoje podem ser comprados em outros estabelecimentos.

d) ( ) Queda da qualidade e da diversidade dos produtos que nela são comercializados.

e) ( ) Todos os motivos anteriores

Universidade Federal da Bahia  
Instituto de Geociências  
Mestrado em Geografia

Este questionário é um instrumento, que após sua aplicação, tabulação e análise de seus dados servirá de suporte para compreender o funcionamento das feiras livres dos municípios de Itapetinga, Itororó, Itarantim, Macarani e Maiquinique, objetivo de uma pesquisa em desenvolvimento nesta universidade.

QUESTIONÁRIO 02: COMERCIANTES

Questionário número \_\_\_\_\_

Aplicado em: \_\_\_\_\_

01. Dados pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

02. Em qual município mora?

- a) ( ) Itapetinga b) ( ) Itororó c) ( ) Itarantim d) ( ) Macarani  
e) ( ) Maiquinique f) ( ) Outro município

03. Você trabalha por conta própria? Se a resposta for SIM, responda a 4ª questão, se for não a 5ª.

- a) ( ) Sim b) ( ) Não

04. Quais pessoas trabalham para você?

- a) ( ) Familiares  
b) ( ) Outros  
c) ( ) Trabalho sozinho

05.

A) Para quem trabalha?

\_\_\_\_\_

B) Além da feira o sr. trabalha com outra atividade?

- a) ( ) Sim b) ( ) Não.

Se SIM, especifique: \_\_\_\_\_

06. Há quantos anos trabalha nesta feira?

- a) ( ) 1 ano b) ( ) 2 anos c) ( ) 3 anos d) ( ) 4 anos e) ( ) 5 anos  
f) ( ) Mais de 10 anos

07. Você trabalha em feiras de outros municípios? Se a resposta for SIM, responda a 8ª questão.

- a) ( ) Sim b) ( ) Não

08. Em qual (quais) município(s) localiza(m)-se a(s) outra(s) feira(s) que você trabalha? Que dia da semana ela(elas) funciona(m)?

\_\_\_\_\_

09.

A) Que tipo de produto você vende?

\_\_\_\_\_

---

B) De onde vem esses produtos?

---

C) Você comprou diretamente do produtor ou do intermediário? Se for o **intermediário**, responda a 10ª questão.

a) ( ) Produtor                      b) ( ) Intermediário

10. O intermediário compra os produtos de qual região ou cidade?

---

11. Que tipo de transporte você usa para trazer os produtos até essa feira?

a) ( ) caminhão    b) ( ) carroça    c) ( ) animal    d) ( ) caminhão da prefeitura

12. Você paga taxas/impostos? Se a resposta for SIM responda a 13ª questão.

a) ( ) Sim    b) ( ) Não

13.

(A) A quem você paga taxas/impostos?

---

(B) Quanto você paga mensalmente?

---

14. Desde quando você começou a trabalhar nesta feira até hoje, você acha que ela tem se enfraquecido? Se a resposta for SIM, responda a 15ª questão.

a) ( ) Sim    b) ( ) Não

15. Segundo seu ponto de vista esta feira tem perdido a importância para este município por qual dos motivos abaixo?

a) ( ) Diminuição dos produtos produzidos no município.

b) ( ) Aumento dos preços das mercadorias.

c) ( ) Os produtos antes encontrados na feira hoje podem ser comprados em outros estabelecimentos.

d) ( ) Queda da qualidade e da diversidade dos produtos que nela são comercializados.

e) ( ) Todos os motivos anteriores

16. Qual a sua renda média semanal?

a) ( ) Até meio salário mínimo

a) ( ) Entre meio e um salário mínimo

b) ( ) Entre 1 e 2 salários mínimos

c) ( ) Entre 2 e 4 salários mínimos

d) ( ) Entre 5 e 7 salários mínimos

17. Quanto de dinheiro você emprega em seu negócio anualmente (inclusive com a compra de mercadorias)?

---

18. Em que faixa se encontra em relação à sua formação escolar?

a) ( ) Primário completo e fundamental incompleto.

- b) ( ) Fundamental completo e nível médio incompleto.  
 c) ( ) Nível Médio completo e superior incompleto.  
 d) ( ) Superior completo.  
 e) ( ) Nenhuma alternativa acima.

### GRADE DE OBSERVAÇÃO

Durante a visita técnica às feiras livres far-se-á uso da grade de observação abaixo construída para subsidiar as informações a serem obtidas na aplicação de questionários, bem como para permitir a compreensão das feiras nesse momento.

ELEMENTOS OBSERVADOS (Quantidade)	ITAPETINGA			ITORORÓ			ITARANTIM			MACARANI			MAIQUINIQUE		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Hortifruteiras															
Bazares															
Cereais															
Supermercados		NS	NS		NS	NS		NS	NS		NS	NS		NS	NS
Açougues															
Confecções															
Outros															

Elaboração: Gil Porto

- A – Pontos de venda fixos  
 B – Pontos de venda móveis (barracas)  
 C – Pontos de venda no chão (lonas)  
 NS – Não se aplica

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.